



UnB – Universidade de Brasília
CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar
PPGDH – Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania

Semeando Resistência: I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Raíssa Vaz Mendes

Brasília – DF
2021



UnB – Universidade de Brasília
CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar
PPGDH – Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania

Semeando Resistência: I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Raíssa Vaz Mendes

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestrado em Direitos Humanos e Cidadania.

Brasília – DF

FOLHA DE APROVAÇÃO

Raíssa Vaz Mendes

Semeando Resistência: I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestrado em Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovada em ____ de _____ de 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior – Universidade de Brasília

Prof^a Dra. Talita Tatiana Dias Rampin – Universidade de Brasília (Examinadora interna)

Prof. Dr. Antonio Sergio Escrivão Filho - Centro universitário IESB (Examinador externo)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mendes, Raissa Vaz
M538s Semeando Resistência: I Encontro Nacional das
Mulheres Sem Terra. / Raissa Vaz Mendes; orientador José
Geraldo Sousa Junior. -- Brasília, 2021.
123 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Direitos Humanos
e Cidadania) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. MST. 2. I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.
3. feminismo camponês popular. 4. campesinato negro.
I. Sousa Junior, José Geraldo , orient. II. Título.

Às memórias da minha bisa Geralda, minha avó Lourdes e minha madrinha Raquel.

Às mulheres do MST.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha mãe Rita, meu pai Paulo, meus irmãos João Paulo e Vítor Luís, pelo apoio em todas as fases da vida. Aos meus avós (Marina e Jair), tios (Júlio, Jairzinho), tias (Carla, Rejane e Ivanilda) e primos/primas (Rayna, Guilherme, Gabriel e João Pedro) que me dão a honra de fazer parte dessa bela família. Agradeço à memória das mulheres da minha família, que sempre incentivaram a minha independência e amor pelos estudos, bisavó Geralda e vovó Lourdes. Agradeço à memória da minha tia e madrinha Raquel e do meu avô João, base da minha vida, que fizeram a primeira matrícula na UnB por mim e me abriram a porta desse caminho.

Agradeço a imensa gentileza do professor José Geraldo, que é um farol de otimismo em tempos tão obscuros, de me orientar. Agradeço aos professores Menelick e Pablo Holmes, pelas contribuições na minha banca de qualificação. Agradeço as valiosas e atentas contribuições recebidas pelos colegas do grupo de pesquisa O Direito Achado na Rua, pela professora Talita Rampin e pela professora Sinara Zardo. Agradeço à sétima turma de mestrado em Direitos Humanos, meus colegas, pelas contribuições ao meu projeto de pesquisa e pelo brilho e garra com que defendem seus projetos e dissertações, que não são apenas pesquisas, mas norte de vida, agradeço principalmente a Jack e Elvis pelas horas de conversa e Gabi e Renata pela companhia de orientação.

Agradeço ao seu Ivo e à sua esposa que abriram suas casas e me mostraram os seus assentamentos. Agradeço novamente ao meu irmão João Paulo, que se dispôs a me acompanhar em várias dessas idas, e à minha companheira de coletivo, Meg, que foi à marcha das mulheres comigo. Agradeço aos meus amigos de graduação, muitos que trago desde os tempos de caloura, pelo incentivo, amizade e companhia, irei citar alguns, mas digo que são muitos mais, Ana, Camila, Henrique, Gabi, Rob, Pietro, Isabella, Luciana, Miriam, Nat, Gi, Fernando Teles, Daniel Saran, Matheus, os amigos que o politeia me deu, Iza, Maurício, Fefo. Agradeço também a Nailah e Juan que me inspiraram a ingressar no PPGDH.

Agradeço aos colegas discentes da pós-graduação da UnB, que nesse período difícil me ajudaram muito nos meus compromissos como presidenta da APG, Associação de Pós-graduação da UnB. Agradeço a oportunidade de poder como representante da pós-graduação dar uma pequena contribuição para a aprovação das cotas para negros, negras, indígenas e quilombolas para toda a pós-graduação da UnB. Agradeço também às companheiras e

inspiraram pela força da sua luta. A UnB me deu muito, mas o principal foi a vivência pessoal e a oportunidade de participar de diversos momentos de luta dentro e fora da universidade.

Por fim, agradeço às mulheres do MST que vieram ao encontro. Foi um privilégio imenso passar esse tempo com mulheres tão fortes, lutadoras, inteligentes e capazes, que por uma semana se separaram da família, da terra e do trabalho para se encontrarem e somarem forças. O feminismo camponês popular, a luta do MST e das mulheres do campo me renova, me inspira e me faz continuar a caminhar.

O patriarcado é pétreo. O feminismo, como o oceano, é fluido, poderoso, profundo e tem a complexidade infinita da vida; move-se em ondas, correntes, marés e às vezes em tempestades furiosas. Tal como o oceano, o feminismo não se cala.

(Isabel Allende, Mulheres da minha alma, p.16)

RESUMO

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa etnográfica, durante o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, ocorrido em março de 2020. Visa contribuir para o entendimento do encontro realizado e estabelecer uma ligação entre as teorias dos direitos humanos contra-hegemônicos, o sujeito Sem Terra e os sujeitos coletivos, na demanda de direitos sociais e coletivos na construção de iniciativas como a do encontro realizado. Procura também articular o feminismo camponês popular, vertente formulada pelas mulheres do campo, a um panorama histórico do movimento feminista brasileiro, a criação do setor de gênero do MST, sua apresentação de demandas e a construção do I Encontro das Mulheres Sem Terra. Por fim, se propõe discutir a presença de negros e negras no campo e a presença de mulheres negras dentro do MST.

Palavras-chave: MST; Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra; feminismo camponês popular; campesinato negro.

ABSTRACT

This work was made through an ethnographic investigation during the 1st National Meeting of Landless Women Meeting that took place in March 2020. It intends to contribute with the understanding of the meeting by presenting the event reports; it also tries to establish a connection between counter-hegemonic human rights theories, the landless subject and the collective subjects on the claim for social and collective rights and at the making of initiatives as the meeting accomplished. It also seeks to articulate popular peasant feminism, a strand formulated by rural women, with a historical overview of the Brazilian feminist movement, the creation of the MST's gender sector, its presentation of demands and the construction of the I Meeting of Landless Women. Finally, it proposes to discuss the presence of black men and women in the countryside and of black women within the MST.

Keywords: MST; 1st National of Landless Women Meeting; popular countryside feminism; black peasantry.

ABSTRACTO

El presente trabajo se realizó a través de una investigación etnográfica, durante el I Encuentro Nacional de Mujeres Sin Tierra, realizado en marzo de 2020. Tiene como objetivo contribuir al entendimiento del encuentro realizado y también establecer un vínculo entre las teorías de la contrahegemonía humana, derechos, el sujeto sin tierra y los sujetos colectivos, en la reivindicación de derechos sociales y colectivos en la construcción de iniciativas como el encuentro realizado. También busca articular el feminismo campesino popular, vertiente formulada por mujeres rurales, con un recorrido histórico del movimiento feminista brasileño, la creación del sector de género del MST, y su presentación de demandas y la construcción del I Encuentro de Mujeres Sin Tierra. Finalmente, propone iniciar una discusión sobre la presencia de hombres y mujeres negros en el campo y mujeres negras dentro del MST.

Palabras llave: MST; I Encuentro de Mujeres Sin Tierra; feminismo campesino popular; campesinado negro; camposinato negro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, data 08/03/2020.....	22
Figura 2: Espaço do evento, data 06/03/2020.....	31
Figura 3: Amostra da Reforma Agrária, data 05/03/2020	34
Figura 4: Mística de abertura, data 05/03/2020	35
Figura 5: Colagem de fotos das oficinas, data 07/03/2020.....	45
Figura 6: Colagem de fotos da marcha do 8M, data 08/03/2020	48
Figura 7: Colagem do protesto no Ministério da Agricultura, data 08/03/2020	53
Figura 8: Militante negra no encontro, data 06/03/2020 ,	102
Figura 9: Colcha de retalhos feitas na preparação para o encontro, data 06/03/2020	109

LISTA DE SIGLAS

ADUnB - Associação dos docentes da Universidade de Brasília.
ANMTR - Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.
CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MMC - Movimento de Mulheres do Campo
MNU - Movimento Negro Unificado
MST - Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra
OMS - Organização Mundial de Saúde.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PRONERA - Programa Nacional de Educação de assentados da Reforma Agrária.
SUS – Sistema Único de SaúdeUnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Chegada ao campo.....	14
1.2	Metodologia.....	16
1.3	Referencial teórico.....	19
2	A conspiração das sementes crioulas - I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.....	22
2.1	Fundação do MST.....	22
2.1	Organização do MST.....	24
2.2	As sementes crioulas e a conspiração das sementes.....	24
2.3	Cartilha de orientações políticas, orientações práticas e linhas políticas do Encontro.....	26
2.4	As participantes.....	27
2.5	A mística e a práxis do MST.....	27
2.6	Espaço do encontro.....	31
2.6.1	Decoração do encontro.....	33
2.6.2	Cartas.....	34
2.6.3	Amostra da Reforma Agrária Popular.....	35
2.7	Primeiro dia do encontro.....	36
2.8	Segundo dia do encontro.....	37
2.9	A formação política do MST.....	39
2.10	Terceiro dia do encontro.....	43
2.10.1	Cochicho.....	43
2.10.2	Oficinas de encantarias e Saber Fazer, Trocas de Experiências e Balaio dos Saberes.....	45
2.10.3	Ato político com aliadas e aliados.....	48
2.11	Marcha do 8M.....	49
2.12	Último dia de encontro.....	52
2.13	Protesto no Ministério da Agricultura.....	54
3	O TAMANHO DA NOSSA SOLIDÃO.....	56
3.1	Direitos humanos contra-hegemônicos e teorias críticas dos direitos humanos.....	56
3.2	O não-ser.....	59

3.3	Sujeitos coletivos de direito.....	62
3.4	Da ocupação da terra para a defesa dos direitos humanos.....	64
3.5	Reforma Agrária.....	66
3.5.1	Reforma Agrária Popular – a proposta atual do MST.....	69
4	ESTAMOS TODAS DESPERTAS!.....	72
4.1	Feminismo no Brasil.....	74
4.2	Feminismo camponês popular.....	79
4.3	Feminismo camponês popular no MST.....	87
4.4	Setor de gênero do MST.....	89
4.5	LGBTs no MST.....;	91
4.6	O Caderno de Formação – Setor de Gênero: A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base.....	93
4.6.1	Linha política central do setor de gênero do MST.....	94
4.7	Princípios e dimensões do MST e do setor de gênero (Caderno Setor de Gênero, 2017).....	94
4.7.1	Dimensão política organizativa.....	95
4.7.2	Dimensão econômica.....	95
4.7.3	Dimensão cultural e subjetiva.....	96
5	ERAMRANCORES ABISSAIS.....	97
5.1	A questão da terra no período escravagista.....	97
5.2	Brecha camponesa.....	98
5.3	Primeira Lei de Terras.....	99
5.4	A questão do território.....	100
5.5	Campesinato negro.....	101
5.6	Mulheres Negras e negritude no MST.....	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
7	REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

1.1 Chegada ao campo

Ao ingressar no PPGDH meus interesses eram falar sobre pobreza, segurança alimentar e Programa Bolsa Família. Iniciei então a busca por um fio condutor de pesquisa que possibilitasse uma interlocução entre a sociologia e a ciência política, minhas áreas de formação, e os direitos humanos, área temática do programa de mestrado, e que tivesse relação com a minha linha de pesquisa (Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia). Além desse enquadramento temático, buscava uma temática que possibilitasse o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica que dialogasse com a sociedade e com os movimentos sociais.

Na busca por uma temática que se encaixasse nesses pressupostos, procurei em minha atuação junto aos movimentos sociais um tema e um objeto de estudo. Em 2017, ingressei no Coletivo Quilombo, coletivo fundado na Bahia, durante a campanha pela criação de cotas raciais na UFBA, e que hoje se encontra ativo em outros estados, como Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rondônia e Santa Catarina. O Quilombo tem como pautas o combate ao racismo, a defesa das cotas raciais nas universidades, o feminismo interseccional, a agroecologia e a defesa da diversidade.

O Coletivo Quilombo possui um importante diálogo com o MST e em 2017, durante o Encontro do Coletivo Quilombo DF, realizado no assentamento Cunha, tive o meu primeiro contato com um assentamento do MST. Nesse encontro debatemos durante três dias a conjuntura política, raça, gênero e a história das ocupações de terra no DF, conhecemos o assentamento e seus cultivos. Esse primeiro contato com um assentamento foi muito proveitoso e me gerou interesse no assunto.

A partir da escolha de um objeto de pesquisa, o MST, e da opção em fazer uma etnografia comecei minhas idas a campo, após a minha qualificação. Inicialmente, tinha como tema falar sobre o MST, o papel do movimento na luta contra a fome e a pobreza, tendo o assentamento Cunha, localizado em Brazlândia-DF, como campo de pesquisa. Visitei o assentamento, conheci os espaços de cultivo, as casas e alguns dos moradores do assentamento. Conversando com os meus interlocutores e interlocutoras do assentamento Cunha me apareceram inquietações e possíveis questões de pesquisa.

No Assentamento Cunha, além do Seu Ivo, sempre estava presente sua esposa, ela se

mostrou uma outra observadora dos caminhos do movimento, me contando sobre a sua

15

vivência como Sem Terra, interações com outras mulheres dos assentamentos, como era acampar debaixo da lona, os temores de se encontrar em uma situação precária nos acampamentos, o enfrentamento à violência no campo. Esse relato da vivência de uma mulher dentro do MST me chamou muito a atenção.

Após essa visita ao assentamento Cunha, visitei o assentamento Pantera Negra, localizado em Planaltina-DF, onde mora uma colega que conheci na matéria do O Direito Achado na Rua que cursei no início do mestrado, Adriana, dirigente do MST em Brasília e mestra em Educação pela UnB. O assentamento Pantera Negra faz parte de um assentamento maior chamado Pequeno William, que fica ao lado do Instituto Federal de Planaltina.

No terreno do assentamento Pantera Negra foram construídas três residências e uma biblioteca pública, que é aberta aos demais assentados do Pequeno William. A casa de Adriana, que fica ao lado da biblioteca, é decorada com desenhos artísticos de mulheres negras, assim como a biblioteca. Durante a visita, Adriana me convidou para uma reunião preparatória do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, que seria realizado em 2019. O encontro teve que ser adiado e sua organização foi retomada em 2020 e o encontro marcado para a primeira semana de março. As minhas leituras pré-campo sobre o MST despertaram meu interesse sobre o papel do MST como demandante de direitos sociais e coletivos e defensor dos direitos humanos. A partir desse interesse no papel do movimento na demanda por direitos, esse contato com as vivências das mulheres dentro do MST e o convite para o encontro, defini meu tema de pesquisa.

Comecei então a me movimentar para participar do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, mandei mensagem para uma dirigente regional do MST e solicitei a participação, ficou combinado que solicitaria novamente durante a abertura do encontro. Ao chegar ao local do encontro, expliquei para a chefe de segurança do evento e para a responsável pela organização geral do evento que gostaria de acompanhar o encontro de maneira acadêmica para a minha pesquisa de campo. No entanto, depois me inscrevi no evento como convidada, para evitar que a credencial acadêmica colocasse uma hierarquia entre mim e minhas interlocutoras. Sendo assim, optei por me inscrever como convidada me apresentando como representante do Coletivo Quilombo. Ganhei uma pulseira de acesso, um crachá, os cadernos e cartilhas do encontro.

1.2 Metodologia

A metodologia predominante usada na presente dissertação foi a da etnografia, seguindo o método etnográfico. O método etnográfico envolve pesquisa de campo, vivência e aporte teórico em um mesmo método (PEIRANO, 2014). A etnografia não tem início nem fim, é método que se constrói na vivência. A etnografia não é apenas uma metodologia ou prática de pesquisa e sim a própria teoria vivida, juntando prática, teoria e vivência ao mesmo tempo (Peirano, 2008).

A etnografia e o fazer etnográfico emergiram em um contexto colonial com uma visão de que tudo que não era europeu não era propriamente evoluído e que o “nativo” era passivo no fazer etnográfico. A etnografia do fim do século XX e início do século XXI busca se afastar dessa visão limitante (URIARTE, 2012), questionando o passado e inaugurando uma nova forma de se relacionar com o habitante do seu campo de pesquisa. Ciente desse contexto colonial de criação do método procurei me afastar o máximo possível do papel de "estrangeiro observador" e adotar um papel de nativo/etnógrafo (PEIRANO, 2014), uma posição de pesquisa, mas também de diálogo/aprendizado. Buscando dentro de mim e dentro do meu lugar no mundo elementos que me fizessem apreender, ao menos em parte, a vivência das mulheres do MST.

Durante o campo me encontrei na posição que Favret-Saada (2005) classifica como "Ser Afetado", onde se inserir em um campo tem como uma das principais partes sentir esse campo, deixar que ele te afete e te sensibilize. Ser afetado envolve buscar a alteridade, revirar estruturas, descortinar teatros, olhar sob a lupa manifestações do dia a dia. Para questionar nossa forma de viver, inquietar e lançar dúvidas no ar. Mais que explicar o funcionamento de outra sociedade, a etnografia procura chacoalhar a nossa própria percepção, propor questões que pairam no ar por anos e, se for bem-sucedida, lançar novas utopias de vida.

Faz parte do método etnográfico realizar uma pesquisa teórica anterior para que a ida a campo seja a mais profunda e articulada possível. Recorri a leitura dos mais diversos assuntos relativos ao MST, a questão da terra, outros movimentos do campo, educação no campo, formação do movimento, vida no acampamento e no assentamento, debates existentes dentro do movimento, papel do movimento na sociedade civil e sua influência política, gênero e raça no campo, dentre outros temas. Busquei relatos etnográficos, pesquisas acadêmicas, cartilhas do MST, matérias escritas no site do MST, matérias de jornal e alguns vídeos e documentários

Usei como metodologia complementar à etnografia a pesquisa bibliográfica sobre os assuntos trabalhados na dissertação, tentando usar tanto autores escolhidos por mim, quanto autores trabalhados tradicionalmente pelo MST e material produzido pelo próprio movimento. O uso de fotografias do evento, trechos de poesia e de música foi também uma escolha metodológica que visou tanto acrescentar informações sobre o encontro quanto seguir metodologicamente a mística do MST, buscando agregar arte e representação de outras formas de saberes a metodologia tradicional.

A minha etnografia não me levou a atravessar um continente ou a imergir quase completamente em uma cultura ou grupo totalmente diferente do meu. Foi um campo curto, durante o encontro, e nas visitas anteriores ao encontro aos assentamentos e dentro da minha própria cidade. Mesmo assim não foi menos surpreendente e desafiador, me levando a refletir sobre a oposição cidade/campo, novos modos de vida mais ecológicos, formação de militantes, dentre outras temáticas.

A chegada ao campo é sempre um momento delicado do fazer etnográfico, precisamos ter acesso ao campo da forma mais ampla possível, de forma respeitosa e evitando ao máximo que o interlocutor se sinta intimidado ou desconfortável. A etnografia requer uma parcela muito grande de responsabilidade com todas e todos. Os nomes das minhas interlocutoras foram alterados – exceto do Seu Ivo e Adriana que me apresentaram seus assentamentos e Meg, colega de coletivo que me acompanhou na marcha –, procurando preservar a identidade das minhas interlocutoras. As idades foram classificadas apenas como jovem, adulta ou idosa, e a residência das interlocutoras está representada apenas pelas regiões do país, também para preservar suas identidades. Os relatos são os mais fiéis possíveis, mas sempre com a preocupação de proteger identidades e com algumas modificações em relação à ordem dos acontecimentos.

A minha condição de moradora da cidade não pode ser superada, nem deixar de ser notada nessa pesquisa. Meu lugar de fala, Djamila Ribeiro (2017), aqui é de uma pessoa que não foi criada no campo e não faz parte do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, o que traz um bem-vindo distanciamento do campo, mas também um recorte de observação que talvez não seja o ideal. O MST, o MMC e outras associações e movimentos sociais possuem entre os seus membros diversos militantes que estão produzindo academicamente e podem apresentar um potente lugar de fala, enquanto militantes e acadêmicos/as e escritores/as - Iridiani Seibert, Raumi Souza, João Pedro Stédile e Rosângela

trabalhos sejam visitados para que um olhar do camponês para o campo, seja encontrado.

18

Parte da pesquisa de campo foi limitada pela pandemia de covid-19, o encontro ocorreu 15 dias antes de Brasília ter decretado fechamento parcial, isso prejudicou entrevistas posteriores ao campo, mesmo assim considere as observações feitas em campo satisfatórias.

O presente trabalho se encontra dentro da linha de Pesquisa 2 do PPGDH: Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia.

Minha pergunta de pesquisa é: De acordo com uma visão etnográfica, como foi o Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra e como o gênero e a raça foram articulados?

Meu objetivo principal é: observar o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra e como os temas do gênero, feminismo camponês popular e raça foram construídos durante o encontro.

Meus objetivos específicos são: Compreender como as teorias emancipatórias dos direitos humanos e os conceitos de sujeitos coletivos de direito e sujeito Sem Terra levaram à construção da luta por direitos sociais do MST; Analisar a articulação entre o movimento feminista brasileiro e o feminismo camponês popular e como eles se relacionam ao setor de gênero do MST e ao encontro das mulheres Sem Terra; Aprender como as questões da terra, do território, da pós-abolição e do campesinato negro refletem no MST e nas mulheres negras do movimento.

No primeiro capítulo apresento uma introdução e em seguida a parte principal do meu trabalho, o relato etnográfico do encontro. Escolhi colocar o relato no começo da dissertação, primeiro por ser a parte principal e segundo por entender que os outros capítulos seriam uma reflexão teórica e metodológica feita a partir do trabalho de campo.

Nos capítulos seguintes busquei apresentar conceitos e reflexões feitas a partir do campo e que ajudam a servir de contexto teórico e epistemológico para o relato etnográfico. A terceira parte do trabalho apresenta um breve apanhado das teorias contra hegemônicas dos direitos humanos, dos conceitos de não-pessoa, sujeito Sem Terra e sujeitos coletivos de direito e sua articulação com O Direito Achado na Rua, entendendo que esses conceitos e elementos formam conceitos chave para a minha etnografia.

Na quarta parte do trabalho, busco apresentar a trajetória do feminismo no Brasil e a base teórica e a práxis política que sustentam o feminismo camponês popular e o setor de gênero do MST, com o objetivo de apresentar as reflexões e caminhos percorridos pelas mulheres camponesas na criação do feminismo camponês popular e sua entrada no MST e como essa trajetória levou a organização do encontro.

maioria no encontro nacional busquei apresentar os processos históricos que levaram a

19

presença de camponeses negros e negras no meio rural, uma reflexão acerca da existência de negras e negros dentro do MST e colocar algumas possibilidades epistemológicas e militantes para o movimento e para o debate.

1.3 Referencial teórico

O MST é um movimento que apresenta uma base teórica bem definida, principalmente em conceitos e teorias marxistas. No presente trabalho busquei referências que dialoguem com o campo e com os conceitos usados no trabalho. Teóricos/as que estudam o MST (Roseli Caldart; João Pedro Stédile), que são grandes formuladores das teorias adotadas pelo MST (Caio Prado Jr e Heleieth Saffioti, Paulo Freire), teóricos dos direitos humanos contra-hegemônicos (Boaventura de Sousa Santos, José Geraldo de Sousa Junior, Antonio Escrivão, Hélio Gallardo e Herrera Flores) que trabalham a questão descolonial, o feminismo e a interseccionalidade (Kinberlé Crenshaw, Céli Pinto e Ísis Taboas). Busquei também ter como referencial, teóricos e teóricas que são também militantes do campo (Iridiani Seibert, Rosangela Cordeiro), que pensam o feminismo negro e a questões de raça (Sueli Carneiro, Lélia Gonzales) sempre buscando diálogo entre correntes de pensamento diferentes, o campo e a multidisciplinaridade do programa. Além disso, procurei sempre enquadrar a minha observação e, posteriormente, as reflexões sobre o campo à luz do O Direito Achado na Rua e sua concepção de movimentos sociais, práxis emancipatórias e lutas contra hegemônicas.

Adiciono um QR Code com o endereço eletrônico de uma playlist no Youtube.com montada com músicas referenciadas na dissertação, que são parte da mística do MST e algumas entrevistas sobre o tema do trabalho.



Finalizo a minha introdução com uma poesia de Cora Coralina, poetisa da Cidade de Goiás, região próxima a Brasília e que, ao longo de sua vida, representou em sua poesia as

...evidências, cores e alegrias das palavras simples.

20

Todas as vidas¹

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...
Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de São-Caetano.
Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem-feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

¹ Poemas dos becos de Goiás e estórias mais, Global Editora, 1983 - S. Paulo, Brasil

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.
Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadreira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.
Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.
Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.

2 A Conspiração das sementes crioulas - I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Eles tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes
(poesia popular, autoria desconhecida).

Companheira, me ajude que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem,
mas com você ando melhor (música cantada durante a marcha).

Figura 1: I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra



Fonte: Matheus Alves, Instagram do MST.

2.1 Fundação do MST

O Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra “é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70 na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro” (CALDART, 2001 p. 207).

Antes da fundação do MST já existiam diversos movimentos sociais no campo, como as ligas camponesas, a pastoral da terra, associações de produtores rurais e pequenos grupos organizados de camponeses (FERNANDES, 2000). O MST foi gestado entre 1979 e 1984 e efetivamente fundado no I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Estiveram presentes 80 representantes de 13

O lema que guiou o primeiro encontro dos Sem-terra foi “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”, esse lema mostrava a importância da redemocratização para o movimento, e inseriu o MST nesse movimento de redemocratização a partir do entendimento de que a Reforma Agrária era fundamental para a democracia. O II Congresso, ocorrido em 1990, tinha como palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”. Os símbolos, cores, bandeira e místicas do MST começaram a ser definidos nesses primeiros anos do movimento (BARROS, 2008).

O III Congresso, realizado em 1995, foi marcado pela luta contra o emergente modelo neoliberal, contra o incentivo ao latifúndio e o modelo de agronegócio de exportação. A modernização da agricultura e a compra de grandes maquinários prejudicou muito o pequeno agricultor e o MST lutava contra esse modelo de agricultura (BARROS, 2008).

O MST tornou-se conhecido pela sua forma de organização socioespacial e por sua territorialização, ou seja, a forma de organização do MST constitui-se da construção de um espaço de socialização política que possibilita a formação de grupos de famílias e a conscientização da luta. Esse processo permite que ao MST continuar a luta pela terra após a conquista da mesma. A conquista de um assentamento, que é uma fração do território, gera as condições sociopolíticas que tornam possível a formação de um novo grupo de famílias que continuarão as lutas pela terra e pela Reforma Agrária, e assim consecutivamente. Esse processo de conquistas produz a territorialização do MST, que significa uma sucessão de conquistas de frações do território. Por causa desse processo diferenciamos o MST, como movimento socioespacial, dos outros movimentos sociais que denominamos localizados. Os movimentos sociais localizados fundam na conquista da terra. O processo de territorialização transformou o MST em um movimento nacional” (FERNANDES, 2000 p.343).

O MST se dedicou exclusivamente à questão da reforma agrária durante a fase inicial de sua formação, buscando ocupar latifúndios improdutivos, levantar acampamentos e lutar pela desapropriação dessas terras. Com o aumento dos episódios de violência no campo, como o massacre de Corumbiara e Eldorado do Carajás, o MST entendeu que deveria buscar maior interlocução com a sociedade civil e os governos locais e nacionais, para evitar as agressões e mortes de seus militantes, buscar a justiça contra esses crimes e maior investimento social nos acampamentos e assentamentos por parte do Estado (COMPARATO 2001, BARROS, 2008).

Os massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado do Carajás (PA) em 1996, onde dezenas de militantes do MST foram assassinados ou feridos, colocaram a violência no campo no centro do debate nacional. A violência no campo não era um evento novo, mas se encontrava em momento de acirramento devido à resistência oferecida pelo MST e outros

movimentos camponeses, as práticas de posse irregular da terra praticada por grandes, a

24

intimidação a pequenos e médios agricultores e a violência praticada por latifundiários e jagunços durante a posse de terras improdutivas praticadas pelo MST (BARROS, 2008).

Para denunciar esses dois graves episódios de violência, o MST saiu em marcha pelo país em 1997. A marcha ajudou a colocar o MST nas páginas dos jornais e no imaginário popular, como um movimento social e representante da sociedade civil, que apresenta demandas ao governo. (COMPARATO 2001).

2.1 Organização do MST

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra se encontra atualmente presente em 23 estados e no Distrito Federal. O MST possui representantes nos assentamentos e acampamentos, coordenadores locais, regionais e nacionais e uma direção nacional. Desde os núcleos, até a coordenação e direção nacional, os cargos devem ser ocupados 50% por mulheres e 50% por homens e as decisões devem ser colegiadas. O MST é associado à CLOC-Via Campesina, que é uma organização internacional de trabalhadores do campo.

O movimento se organiza também por setores e brigadas com a seguinte divisão: Saúde, Educação, Direitos Humanos, Formação, Projetos, Finanças, Produção, Gênero, Comunicação, Cultural, Meio Ambiente, Cooperação e Frente de Massas. E coletivos: LGBT, Relações Internacionais, Juventude. A organização nacional promove Congressos a cada 5 anos e encontros nacionais a cada 2 anos.

2.2 As sementes crioulas e a conspiração das sementes

O Caderno de formação do setor de gênero (2017), apresenta as sementes crioulas como sementes que geram o plantio – sementes-alimento – e como elemento metafórico – sementes-mulheres, sementes-homens, sementes-militantes – representando mulheres e homens militantes que através da conspiração das sementes geram a resistência e a luta protagonizada pelo MST.

As sementes-alimento são sementes crioulas, naturais, orgânicas, não geneticamente modificadas, não transgênicas e que são plantadas e replantadas. Essas sementes crioulas são armazenadas em bancos de sementes e levadas em viagens, encontros e marchas do movimento, para que possam ser trocadas e plantadas em outros acampamentos e assentamentos, garantindo a diversidade de produção do movimento. Essas sementes-alimento

representam a luta do MST contra os latifundiários, as grandes corporações de produção de alimentos e os agrotóxicos.

Na sua forma metafórica, as sementes-mulheres, representam as militantes do movimento, que possuem os saberes e segredos necessários para as resistências, na agricultura e na sociedade, contra as diversas formas de opressão existentes, lançando sementes de conspiração em diversos terrenos, semeando em roças rurais e terras urbanas sua luta política e emancipatória em todas as frentes.

O I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra representa a conspiração das sementes, que germinam as sementes de resistência. A semente da resistência é semeada no coletivo, nos encontros, nos grupos de estudo e trocas de ideias, na autoformação das mulheres. A semente da resistência é semeada no momento que elas se percebem como mulheres e trabalhadoras em uma sociedade patriarcal e racista e que juntas elas podem transpor barreiras, reivindicar direitos, agir como sujeitos de uma coletividade. São sementes, que quando sozinhas tem um tamanho pequeno, um volume quase insignificante, mas quando juntas o peso é enorme, ocupam um grande espaço e se encontram prontas para semear e resistir onde estiverem.

O encontro das sementes-alimento e das sementes-mulheres inaugurou o I Encontro das Mulheres Sem Terra MST. Na chegada das comitivas de todas as regiões do país cada comitiva trazia alimentos plantados em seu território a partir das sementes-alimento: arroz, feijão, couve, abóbora, chuchu, banana, todas as hortaliças, frutas e leguminosas com cultivo orgânico, abasteceram as três cozinhas montadas para o encontro. Como é comum nos encontros e reuniões do MST, parte dos alimentos cultivados foi colocado para enfeitar o palco e parte foi trazido para a venda no espaço da Amostra de produtos da Reforma Agrária.

Junto as sementes-alimento chegavam as sementes-mulheres. Depois de quase dois anos de preparo e reuniões, comitivas saídas de assentamentos e acampamentos de todas as regiões do país chegaram a Brasília para o encontro. Esse primeiro momento das sementes-mulheres foi um momento de reunião, abraços, reencontros e montagens das barracas na área de dormitórios.

O I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra foi um dos primeiros eventos, em escala nacional, organizado e protagonizado por mulheres desde a passeata #ELENÃO, movimento de oposição à candidatura de Jair Bolsonaro, notadamente machista, que disputava a presidência após um traumático processo político de impeachment da primeira

Após esse movimento contra a candidatura de Bolsonaro e uma intensa campanha eleitoral, Bolsonaro foi eleito e os movimentos de oposição ao novo governo perderam intensidade. O encontro realizado em Brasília, capital do país e sede do Governo Federal ganhou, assim, uma importância enorme pela magnitude do encontro, pelo papel que o MST ocupa dentro dos movimentos sociais e da sociedade civil e por ser o primeiro grande movimento de mulheres, que se movimentaram anteriormente contra a eleição de Jair Bolsonaro e que continuam a fazer críticas ao governo recém-eleito. O MST também enquanto movimento se encontra como um dos principais críticos ao governo federal.

Junto ao encontro, foi realizado no domingo, 8 de março, uma grande marcha em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. A marcha do 8M contou com a participação das militantes do MST, mulheres militantes de diversos movimentos sociais, representantes de partidos políticos, sindicatos e cidadãos no geral. O encontro e a marcha do 8M representavam a proposta de um outro caminho para a sociedade e a política brasileira, uma proposta que passava pelo fim da estrutura social racista e machista, pela melhor distribuição de renda e pela Reforma Agrária Popular.

2.3 Cartilha de orientações políticas, orientações práticas e linhas políticas do encontro²

A cartilha de orientações políticas e práticas do encontro apresenta em sua abertura uma mensagem da equipe de coordenação do encontro:

Vivemos tempos de grandes desafios políticos, econômicos, organizativos e subjetivos. Tempos que nos têm exigido a construção de um conjunto de ações de resistência ativa, capazes de preservar nossas conquistas nos fortalecer para seguir lutando contra tudo que nos oprime (o Patriarcado e o Racismo) na construção diária de uma nova sociedade: igualitária, fraterna e justa! Nós, mulheres Sem Terra, assumimos essa tarefa, através da realização de um intenso trabalho de base organizando um grande processo de fortalecimento da identidade da mulher Sem Terra, da projeção da construção do feminismo para o conjunto da organização e ampliação das frentes de articulação das nossas lutas. Este processo culminará no Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, a ser realizado entre os dias 05 e 09 de março de 2020, em Brasília. Sem feminismo não há socialismo!" (Cartilha de orientações políticas e práticas do encontro, p.2).

Em seguida, a cartilha apresenta os objetivos do encontro e do movimento (2020). Lutar contra a violência do capital sobre os nossos corpos e territórios; Lutar contra a reprodução do capital no campo, o agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio; Compreender, aprofundar e consolidar o debate do feminismo camponês popular na construção da Reforma

Agrária; Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da Jornada Nacional do Trabalho de Base sem por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural das diferentes regiões do país; Avançar na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo; Seguir construindo nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica em outras relações com a natureza e entre os seres humanos, produzindo alimentos saudáveis, através da agroecologia; Reafirmar a importância da participação da juventude, das mulheres, negros e negras e LGBTs na construção da Reforma Agrária Popular e no enfrentamento de todas as formas de violência; Manter vivo o princípio e os valores humanistas e socialistas, entre nós e com os povos em lutas e resistência.

Lema do encontro - “Mulheres Em Luta: Semeando a Resistência”

2.4 As participantes

O encontro teve a participação de 3500 mulheres do MST, de 23 Estados, mais o Distrito Federal. Convidadas e convidados, nacionais e internacionais, também participaram do encontro, que era aberto. Todo o evento foi estruturado a partir da divisão em regiões (amazônica, centro-oeste, sudeste, nordeste e sul) e mulheres de todas as regiões vieram ao encontro.

O evento era formado por militantes recentes e mulheres que militam há décadas pelo MST. Todas as faixas etárias estavam presentes em grande quantidade, se notava a presença de muitas mulheres idosas e muitas jovens mulheres e adolescentes. Entre as/os participantes se encontraram mais de 180 bebês e crianças, os sem-terrinhas, com idade entre alguns meses a 18 anos. Os bebês e crianças menores ficavam na ciranda infantil durante as atividades das participantes, as adolescentes a partir dos 12-13 anos já participaram das atividades com as mulheres adultas..

2.5 A mística e a práxis militante do MST

O processo de formação e atuação do MST inicialmente tinha como referência de conquistas apenas a posse da terra e a Reforma Agrária, à medida em que o movimento foi tendo acesso à terra, novas demandas sociais se fizeram urgentes. O acesso à educação foi um dos primeiros temas sociais que passou a ser discutido e demandado dentro do movimento. A

educação é vista pelo MSTI como extremamente necessária, não só necessária para o

28

aprendizado formal, ela é vista como um instrumento da luta política, de entendimento das dinâmicas sociais, sendo fundamental para a formação como cidadão e como militante. A educação para o MST não se limita à educação formal, a educação popular também é muito importante para o movimento e se baseia no ensinamento de mulheres e homens mais velhos, militantes detentores dos saberes tradicionais.

Dentro desse universo da educação popular, se inserem as práticas educativas não-formais. Dentre as práticas educativas não-formais, se destaca a prática da mística (TORRES, 2010). A mística do MST tem parte de sua origem dentro da Igreja Católica, mais especificamente em um movimento progressista originado na América Latina, denominado Teologia da Libertação, e que junto a outros setores progressistas da Igreja Católica, como a Pastoral da Terra, participaram ativamente dos processos da luta camponesa no país.

Originalmente a palavra mistério (mysterion, em grego, provém de múein, que quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado, de uma realidade ou de uma intenção) não possui conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, nos ritos de iniciação. A pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realizações de gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada, por um grupo determinado, e fechada. Importa enfatizar o fato de que mistério está ligado a essa vivência/experiência globalizante (BOFF, 1999, p.12).

Inspirado no ritual religioso presente em sua fundação, o MST incorporou a ideia da mística em sua formação. Durante esse processo, a mística do MST conservou parte da raiz religiosa, mas transformou a mística em uma celebração ecumênica baseada na cidadania e nos direitos sociais. A mística incorporou também elementos culturais, artísticos, educativos, políticos e ideológicos.

Segundo Cristiane Lima Torres (2010), a mística se encontra presente em todas as ações do movimento: reuniões, assembleias, marchas, conversas com autoridades, festas. Ela é, ao mesmo tempo, resgate da memória do movimento, esperança de futuro, síntese dos ideais políticos e sociológicos, caminho a ser seguido, meio de valorização de seus militantes e do caminho que já foi percorrido, fortalecimento das convicções e forma de identidade coletiva.

Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam pessoas e movimentos na vontade de mudanças, inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos (BOFF, 1999, p.24 apud TORRES, 2010).

Segundo Rafael Souza (2012), a mística emerge dos problemas e vivências do dia a

dia e a partir dessa vivência se torna elemento mediador entre teoria e práxis, para formar um

29

conjunto de ideias e práticas do que é ser militante, formando um sujeito histórico próprio, que, segundo o autor, tem sua base no agir contra o capital, produzir sociabilidade histórica e praticar a luta emancipatória.

[...] a mística tem um papel de destaque na dinâmica do MST. Ela aparece como uma mediação fundamental da luta desenvolvida no âmbito do grupo, proporcionando a construção de mecanismos que, desde o princípio, visam auxiliar a integração do trabalhador que ingressa no movimento. Ou seja, o indivíduo que afluí para o MST se vê diante de práticas e fundamentos ideológicos novos dos quais a mística se destaca como uma revitalização da luta pela terra e pela transformação social. Essas manifestações emanam desde o contexto cotidiano mais imediato dos acampados e assentados, até os momentos mais agudos da práxis social desses trabalhadores, marcados pelas marchas, ocupações (de terras, de prédios públicos e privados) e demais formas de reivindicação, confronto e denúncia (Souza, 2012 p 9).

Dentro da mística, além da formação do sujeito histórico do MST, se encontra a dimensão do simbólico: palavras de ordem, lemas, gritos de guerra, músicas, dramatizações demonstrando a história do movimento e seu cotidiano. O ato de marchar, a formação da marcha em colunas, as bandeiras e foices hasteadas, os lenços vermelhos, as camisas e bonés com o símbolo do movimento, os chapéus de palha, as flores de chita nos cabelos das mulheres, os alimentos orgânicos produzidos pelos acampamentos e expostos nos eventos, as músicas, o hino, o teatro, as danças, os pensadores do movimento e das lutas por emancipação que viraram símbolo, os militantes que tombaram na luta vítimas da violência camponesa. Esses e outros elementos que serão apresentados ao longo do trabalho formam a mística do MST.

A mística representa o prático e o utópico do movimento (SOUSA, 2012). A mística também cumpre um papel institucional, os símbolos ajudam a forjar a identidade do movimento e do militante, o que promove identificação e permanência do próprio militante, a identificação do movimento por outros movimentos e pelas autoridades e a disseminação da mensagem. Fazendo com que o movimento se encontre presente em corações e mentes, tanto de seus militantes, quanto dos seus inúmeros simpatizantes.

O conceito de práxis é aprofundado por Karl Marx e teóricos marxistas ou que bebem da teoria marxista, segundo o dicionário de política (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2014). Marx define práxis como atividade político-crítica, relação entre homem e natureza, onde a natureza representa o material e a sociedade. "O conceito de práxis exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural, quanto social" (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 201 p. 988).

Paulo Freire se apropria do conceito de Marx de práxis e apresenta sua própria formulação de práxis, a práxis revolucionária, de acordo com a sua pedagogia militante. A práxis para Paulo Freire seria fundamento e condição da ação para a libertação dos oprimidos e alienados, ação e reflexão, teoria e prática, que agiriam de forma dialógica " se o momento já é o da ação, está se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica" (FREIRE, 1987 p. 33).

Para Freire a práxis reuniria os elementos necessários para a superação da relação oprimido/opressor "os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação" (FREIRE, 1987 p. 27). A práxis se daria dentro de um contexto histórico e político e não poderia se limitar a esfera pedagógica, só a práxis revolucionária de toda a sociedade levaria a uma ação libertadora" esforço sério e profundo da conscientização, com que os homens, através de uma práxis verdadeira, superam o estado de objetos, como dominados, e assumem o de sujeito da História"(FREIRE, 1987 p 98), onde os oprimidos superariam a sua condição de opressão.

A práxis revolucionária freiriana parte da educação, mas não se limita a ela, a educação é base fundadora para compreender os processos históricos, para que se conheça a relação entre oprimidos e opressores e a partir dessa consciência político-social se construa a práxis revolucionária que buscaria novas estruturas sociais que romperiam com todas as formas de opressão (CARVALHO, PIO, 2017). "O objetivo da ação dialógica está, pelo contrário, em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porquê e o como de sua "aderência", exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta" (FREIRE, 1987 p.108), a partir dessas reflexões.

Paulo Freire propõe a práxis revolucionária que provém de uma relação dialógica entre educadores e educandos, ao articular o conhecimento da realidade de forma crítica, a práxis libertadora, a oposição a práxis opressora das elites e a junção entre a práxis dos líderes e das massas, de forma dialógica. O MST, a partir do conceito desenvolvido por Paulo Freire, adota a práxis militante em suas ações, pedagogia, reflexões e horizonte de luta. A práxis também aparece sob a forma de práxis libertadora (SOUSA JUNIOR, 2020) ou práxis militante que também dialogam com o conceito de Marx.

2.6 Espaço do encontro

O encontro foi realizado entre os dias 05 e 09 de março de 2020, no Pavilhão do Parque da Cidade, na área central de Brasília. Ao chegar ao encontro me apresentei na entrada às participantes que estavam trabalhando na segurança, solicitei à organização do evento para participar como pesquisadora, mencionei também que participava do Coletivo Quilombo, me inscrevi como convidada, peguei meu crachá, pulseira e os cadernos distribuídos no evento.

Figura 2: Espaço do evento



Fonte: Matheus Alves, Instagram do MST e Unicopas

O Parque da Cidade Sarah Kubitschek, situado na área central de Brasília recebe o nome da ex-primeira-dama, esposa de Juscelino Kubitschek, presidente que construiu a cidade. Possui cerca de 420 hectares, o que o torna o maior parque urbano da América Latina. O local do evento leva o nome de pavilhão do parque, uma construção de alvenaria e metal localizada em uma das áreas do parque, sua estrutura é própria para eventos, exposições e feiras, com um grande estacionamento ao lado e a área verde do parque em volta.

O espaço do evento foi dividido em três áreas. No espaço maior foi montado um palco, à frente do palco, uma enorme plateia com diversas fileiras de cadeiras com um espaço de passagem no centro que acomodava todas as participantes do encontro. Na lateral direita,

separado por tapumes de metal, ficava a área dos dormitórios. Essa área foi ocupada pelas barracas das participantes, organizadas por regiões.

Na parte dos fundos do pavilhão se encontram os banheiros e as cozinhas. As cozinhas foram separadas por região, nesse caso em três, região sudeste/sul, região nordeste/centro-oeste e região amazônica. Trabalhando nas cozinhas, em sua maioria, cozinheiros homens, fato curioso, já que fora da cozinha se notava pouquíssimos homens no evento, somente alguns apoios e os filhos das participantes. Imagino que essa organização se deu para que as mulheres pudessem participar do evento sem interrupções. Na parte da segurança, controlando a porta, a área de dormitórios e a organização geral do evento, a função era das mulheres, assim como toda a parte de organização e apresentação do evento.

A parte dos fundos do pavilhão também abrigava a enfermaria, com medição de pressão, glicose e outros atendimentos básicos. Além da medicina convencional, terapias alternativas como acupuntura, acupuntura auricular e ventosas eram aplicados. Saberes tradicionais também eram oferecidos, como, benzedoiras e ervistas. Nas paredes externas da enfermaria se encontravam afixados cartazes com orientações de saúde e sugestões de chás e remédios naturais com ervas e suas indicações médicas. Diferentes tipos de chá eram oferecidos todos os dias na enfermaria. O ambiente interno da enfermaria era de silêncio e acolhimento. Os atendimentos do espaço da saúde eram oferecidos pelas participantes do setor da saúde do movimento.

No domingo, após a marcha, fui à enfermaria, a primeira coisa que o responsável pelo setor da saúde, um dos poucos homens do evento, me perguntou foi se tinha almoçado após a marcha e tomado água. Esse pequeno episódio demonstra como o setor da saúde do MST pensa a questão da saúde. Antes de perguntar sobre queixas e sintomas de qualquer mal-estar eles se preocupam no bem-estar geral do indivíduo. Após uma longa marcha debaixo do sol, tomar água era a primeira atitude de manutenção de bem-estar que poderíamos tomar.

Uma pessoa sem uma alimentação adequada e desidratada pode apresentar desde um pequeno mal-estar até vir a desenvolver alguma doença grave devido à desnutrição e desidratação. No movimento, a segurança alimentar é uma das maiores preocupações, sem alimentação adequada o ser humano se encontra privado do seu mais básico direito de viver com dignidade.

Ao lado da enfermaria e ao longo da lateral do pavilhão diversos boxes para exposição foram montados, cada espaço, tinha cerca de 9 metros quadrados e abrigava diferentes

MST. Uma das exposições tinha uma barraca de lona, igual às que são montadas nos

33

acampamentos do MST, antes que se tornem assentamentos definitivos e se construam casas de alvenaria. Plantação de mudas reais se encontravam ao lado da barraca de lona. Uma representação e destaque importante dado ao dia a dia dos militantes. Uma exposição fotográfica representava mulheres importantes na história e dava destaque às mulheres negras, brasileiras e estrangeiras. Outra exposição trazia fotos das mulheres do MST.

2.6.1 Decoração do encontro

O MST além de possuir uma estrutura e unidade programática bem definidas, possui uma concepção estética bastante elaborada. A decoração do encontro é um bom exemplo desse apuro estético e do uso da mística na decoração. A estética do MST traz elementos da estética camponesa, como elementos do vestuário camponês, chapéus de palha, botas e lenços amarrados no pescoço, materiais usados na colheita, como foice, facão, rastelo. Os alimentos colhidos também fazem parte da decoração, assim como as mudas prontas para plantio.

A estética do MST tem também elementos comuns a outros movimentos políticos identificados com a esquerda, como o uso da cor vermelha, que representa ideais socialistas, o uso de músicas identificadas com a esquerda latino-americana e a representação de figuras históricas com um passado comum de luta.

O palco do encontro estava enfeitado na parte de baixo com alimentos (frutas e legumes) e mudas de árvores que são cultivadas pelo MST para seu projeto de reflorestamento, trazidos pelas caravanas dos estados. Ao lado do palco, um estandarte de tecido possuía a seguinte mensagem “Mulheres em luta: semeando resistência”, lema do encontro, também ao lado do palco uma faixa com a frase “Estamos todas despertas”. Na lateral esquerda do espaço, três faixas penduradas apresentavam as seguintes frases: “Socialismo”, “Lutar, construir Reforma Agrária popular” e “Resistência”, outro conjunto de faixas trazia a frase: “Plantar alimentos saudáveis”. No teto do encontro, enfeites pendentes feitos com elementos circulares e pedaços de tecido, outras faixas de tecido foram penduradas em outros espaços do pavilhão e apresentavam lemas que faziam referência ao socialismo, agroecologia e feminismo.

A entrada do encontro foi enfeitada com um arco feito de galhos e folhas secas. Fora essas decorações permanentes, todos os dias do evento a frente e a lateral do palco ganhavam decorações de acordo com as místicas apresentadas no dia. Cenários com barracas de lona

terra, e outros elementos surgiam diariamente para representar a luta das mulheres no MST.

34

2.6.2 Cartas

O evento começou a ser organizado no fim do ano de 2019 e, durante sua organização, uma das propostas foi de que as mulheres do MST escrevessem cartas com depoimentos contando suas histórias de vida, vivências no movimento, entrada na militância, motivações para a luta, passagens importantes da sua militância e vivências pessoais. Durante o encontro essas cartas foram reunidas em um livro e apresentadas em um espaço próprio em um varal de cartas e sobre uma mesa, onde todas nós poderíamos lê-las. Parte das cartas também foram selecionadas para serem lidas no palco, em alguns momentos do encontro, após as místicas de abertura e antes das atividades da tarde.

As cartas lidas durante os dias do encontro e as outras mais de mil cartas escritas falavam de diversos assuntos e experiências. A questão da terra, a luta nos acampamentos para conquistar seu pedaço de terra, a vida nos assentamentos e as conquistas diárias estavam presentes. O motivo da entrada dessas mulheres no MST, preconceitos com o movimento antes de conhecê-lo e como se sentiram acolhidas dentro do movimento também foram temas recorrentes nas cartas. Assim como as experiências dessas mulheres enquanto mulheres, a luta contra o machismo, as experiências das mulheres negras na sociedade que lutam duplamente contra o machismo e o racismo, a vida em família também são temas importantes dessas cartas. A luta contra a violência doméstica e a violência no campo, tema discutido no encontro, também apareceram bastante nas cartas. Assim como as dificuldades para a criação de filhos e netos e a felicidade experimentada quando esses conseguem se formar em uma faculdade também são temas recorrentes.

Junto a esse espaço de cartas, existia também um mural de trabalhos acadêmicos sobre o MST, escritos pelas próprias militantes do movimento. Trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses e artigos foram fixados no mural para lembrar e homenagear a produção acadêmica das militantes do MST. A dissertação da minha interlocutora Adriana, dirigente do MST do DF e mestra em educação pela UnB, estava lá. Uma colcha de retalhos feita pelas mulheres do MST DF em homenagem às mulheres do MST também estava enfeitando esse espaço.

2.6.3 Amostra da Reforma Agrária Popular.

A Amostra da Reforma Agrária era uma feira com um espaço reservado no pavilhão e aberta entre as atividades do encontro, durante o almoço e o jantar. Sua estrutura foi montada do lado direito do palco, organizada em forma retangular com mesas de madeira, cada região possuía um espaço reservado dentro da amostra.

Figura 3: Amostra da Reforma Agrária



Fonte: Matheus Alves Instagram do MST

A variedade de produtos vendidos era grande, desde produtos relacionados ao plantio: feijão, farinha de mandioca, sementes crioulas, castanhas, todos orgânicos, até produtos que se relacionavam aos saberes tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e outros povos da terra: remédios fitoterápicos e produtos de beleza naturais. Manufaturas tradicionalmente produzidas pelo MST: café torrado, cerveja e cachaça artesanal. E camisetas, bonés e ecobags do MST, panos de prato, bonecas com vestidos feitos à mão e diversos outros artesanatos.

2.7 Primeiro dia do encontro

Figura 4: Mística de abertura



Fonte: Matheus Alves. Instagram do MST

A abertura do encontro ocorreu no dia 05 de março às 20 horas com uma mística de abertura. A mística de abertura começou com as participantes do encontro saindo do fundo do pavilhão em marcha, carregando bandeiras vermelhas do MST e cantando. Elas finalizaram a marcha na frente do palco. Depois dessa mística inicial, as participantes sentaram-se, divididas por estados e regiões.

Após a mística de abertura, uma dirigente do MST subiu ao palco e deu as boas-vindas e os informes iniciais. A dirigente leu todas as atividades previstas para os dias do evento e as orientações gerais e recomendou que as participantes anotassem falas e ideias que achassem relevantes, nos seus caderninhos ao longo dos dias.

Para o encontro foi confeccionada uma mochila roxa, cor associada ao feminismo, distribuída a todas as participantes do encontro. A mochila continha um caderninho para anotações, a programação do evento, o caderno produzido pelo setor de gênero do MST, uma caneta e um caderno com as letras das músicas do evento, para que as participantes acompanhassem as músicas cantadas na mística.

O encontro das mulheres do MST para as organizadoras e participantes é visto, não só como uma celebração ou reunião de mulheres, mas como um encontro para o aprendizado, troca de ideias, debates e, principalmente, luta política emancipatória. As principais temáticas discutidas no encontro foram: feminismo, anticapitalismo, socialismo, fim da violência contra a mulher, machismo e racismo.

Ao fim do momento de boas-vindas, a dirigente do MST reafirma que não é tolerado nenhum tipo de racismo, machismo e lgbtfobia no evento, que o espaço possui 1 banheiro trans, mas enfatiza que as mulheres trans podem usar o banheiro que se sentirem

mais à vontade. Todas as mulheres aplaudem entusiasticamente esse pedido de respeito e tolerância.

Ao final da mística de abertura e dos avisos se inicia a apresentação cultural. Mais de 100 artistas se inscreveram para se apresentar, 80 delas militantes do MST. A música começa e uma banda formada apenas por mulheres negras canta músicas populares brasileiras com temáticas de luta e resistência, começando com o “Canto das três raças”, música que ganhou fama na voz de Clara Nunes: “Negro entoou, um canto de revolta pelos ares. No Quilombo dos Palmares, onde se refugiou... E de paz. De paz em guerra. Todo povo dessa terra. Quando pode cantar. Canta de dor”.

As atividades culturais que ocorrem depois das atividades de formação são tão importantes quanto as mesas e oficinas, fazendo parte da mística do encontro e da formação militante. O encontro conta com uma mística de abertura todos os dias no início das atividades, esse momento de mística é organizado cada dia por uma região. Após a mística é feita a leitura de uma das cartas escritas pelas mulheres como preparação para o encontro e servido o café da manhã, depois do café da manhã começam as atividades e mesas, após o almoço tem mais atividades e mesas e no começo da noite atividades culturais, hora do banho e jantar.

2.8 Segundo dia do encontro

A sexta-feira, dia 06 de março, começou com a mística comandada pela região sul e com o café da manhã. Após o café, leitura de cartas e a primeira mesa de debate: “Análise da ofensiva do capital e mulheres” com Marina Gouveia e Kelli Mafort.

Essa mesa discutiu o caráter predatório do capitalismo e do neoliberalismo e sua campanha de retirada de direitos. A pressão pela diminuição dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores que vem sendo ampliada desde o Governo Temer foi um importante elemento desse debate. Foram citadas a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, que ainda se encontravam em curso. O ataque a outros direitos sociais feito pelas políticas neoliberais foram citados também. Na visão do neoliberalismo, os direitos coletivos teriam um lugar inferior em relação aos direitos individuais (FLORES, 2019) e essa lógica estaria sendo aplicada no Brasil. Direitos sociais e coletivos estariam sido reduzidos com a justificativa de proteger as contas públicas e os direitos individuais. O uso de agrotóxicos, a preferência do Ministério da Agricultura pelo plantio de commodities deixando de lado a agricultura familiar

e orgânica também foram tópicos importantes da discussão.

38

A segunda mesa foi realizada após o almoço e tinha como tema, “Capitalismo, patriarcado, racismo e violência”, e contou com a participação de Divina Lopes e Miriam Nobre. A mesa buscava discutir a relação da estrutura capitalista com o patriarcado e o racismo. Na fala de Divina Lopes ela afirma que o encontro tem como um dos seus objetivos, pautar as lutas necessárias contra o racismo, o patriarcado, o neoliberalismo, e a violência contra a mulher além de criar estratégias de resistência contra a estrutura patriarcal, racista e neoliberal. Para ela a dominação capitalista se junta a dominação patriarcal e a sociedade racista e produz diversas formas de violência nos nossos territórios, tanto rurais quanto urbanos. Diante da violência produzida por essa estrutura, devemos construir horizontes e possibilidades de luta pela terra buscando a mudança das estruturas sociais e o fim das opressões capitalistas, racistas e patriarcais.

Após a mesa, se realizaram reuniões de núcleo e a noite foi reservada para atividades culturais, com o Festival Cantando e Semeando a Resistência.

Maria, militante do MST nasceu na região nordeste, mas veio morar em Brasília e trabalhava como terceirizada no restaurante da UnB, viu a oportunidade de entrar para o MST quando voltou a morar na sua região de origem. No MST ela encontrou a possibilidade de ter casa própria, sair do aluguel e possuir um pedaço de terra para cultivar o seu alimento. O convite partiu da sua irmã, que já era assentada. No dia seguinte ao convite para morar em um acampamento do MST, ela se mudou com sua filha. Hoje, já residindo em um assentamento e tendo a posse da sua terra, ela vive com sua filha, que faz faculdade de licenciatura no campo. Segundo ela, seu assentamento tem uma boa estrutura, que foi conquistada ao longo dos anos, com uma escola pública de educação básica, posto de saúde, transporte público, conquista essas graças a luta do MST pela efetivação dos direitos sociais e coletivos.

O despertar do MST para a busca de direitos sociais e coletivos aconteceu a partir da busca por melhorias nos seus acampamentos e assentamentos. Se a Constituição Federal de 1988, em seu texto, garante o acesso a direitos como moradia, saúde, educação, dentre outros, o movimento passou a lutar para que esses direitos fossem efetivados na área rural em seus assentamentos e acampamentos.

Os assentamentos são unidades permanentes, que tem sua posse confirmada após o processo de desapropriação da Reforma Agrária, e recebem, ao longo dos anos, estrutura de água, luz, construção de escola, posto de saúde, oferta de transporte público, abertura de estradas, de terra e asfalto para facilitar o acesso, dentre outras melhorias demandadas e

até a posse definitiva do assentamento, que leva de alguns dias até meses ou anos. Muitas

39

vezes, até serem assentados, são montados diversos acampamentos diferentes, em várias possíveis terras aptas à Reforma Agrária. Esses acampamentos são alvo de violência de ex-donos, jagunços, posseiros e grileiros, além de diversas ações de despejo que podem ser cumpridas de forma muito violenta pela polícia. A vida em acampamentos, ou como se referem os militantes, debaixo da lona, faz parte da luta do movimento pela posse de terras e é um importante mecanismo de pressão política para que a posse seja efetiva. Porém, é uma vida difícil e precária, onde todos sonham em mudar logo para suas moradias definitivas nos assentamentos.

2.9 A formação política do MST

O MST tem a formação política como um dos elementos-chave do movimento, essa formação se baseia em elementos pedagógicos e epistemológicos, que podem ser formais, como cadernos e cartilhas produzidas pelo movimento, livros de pensadores do próprio movimento como João Pedro Stédile ou de pensadores que são inspiração para o movimento. Ou não-formais, como o uso de elementos dos saberes tradicionais, de princípios da pedagogia freiriana, dos aprendizados do dia a dia. A vida no campo, os instrumentos do plantio como enxadas e foices, as sementes, as cantigas populares, o teatro, músicas populares, contos, poemas, rodas de conversa e debates são usados para promover o aprendizado e a autoformação.

A pedagogia de Paulo Freire é uma das bases da formação educacional e pedagógica do MST e do sujeito Sem Terra. Sua teoria, que leva em conta a existência de oprimidos e opressores, e sua proposta prática para superar essa dialética são fundamentais para compreender a práxis militante do movimento. A partir do conceito de que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.68), o MST busca construir uma pedagogia militante onde o aprendizado se dá pelo diálogo entre as pessoas com o objetivo de primeiro se reconhecer enquanto oprimido, reconhecer que outros também são oprimidos e assim superar a luta de classes se juntando a outros oprimidos e promovendo uma aprendizagem libertadora que leve à libertação de todas e todos de seus lugares de oprimidos e espoliados. Com essa base epistemológica, o movimento busca a pedagogia libertadora, o diálogo e a superação da condição de oprimido. [...] " a pedagogia do MST contribui para a formação humana de seus militantes de modo a emponderá-los da consciência crítica da autonomia e da necessidade de

se lutar para conquistar direitos humanos, sociais, civis e políticos. Dessa forma, desenvolve

40

em seus militantes, a compreensão do caráter educativo e pedagógico da participação no MST, como um sujeito coletivo estruturado na história, possibilitador de propostas contra hegemônicas " (ALENCAR, FIGUEIREDO, 2019 p 22).

A promoção de uma educação emancipatória e libertadora em todos os níveis educacionais, desde o ensino fundamental até o ensino superior faz parte da práxis emancipatória do MST. O conceito de Paulo Freire de educação para a transformação social "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p31), exemplifica bem o papel da formação e da educação emancipatória, que é fundamental a práxis do movimento, e do entendimento que só a educação não emancipa, mas sem ela não se é possível emancipar. A educação para o MST é um dos pilares capazes de promover a práxis militante do movimento e a emancipação de seus militantes e de toda a sociedade.

O esforço pedagógico do movimento na formação social e política dos seus militantes e o respeito aos saberes tradicionais é sentido na qualidade dos debates do encontro, nos textos escritos no site do MST, nos debates feitos com outros movimentos sociais e com a sociedade civil, nos trabalhos acadêmicos produzidos pelos militantes, nas artes produzidas, como músicas, fotografias e poemas. O incentivo à educação formal é muito importante para o movimento, mas isso não é feito em oposição aos saberes populares e à educação não-formal. A educação popular é uma das bases da formação do MST e a busca com que toda a sua militância compreenda a base de formação e os objetivos do movimento são elementos fundamentais da vivência e formação enquanto militante.

A educação para o MST não é só a busca por um aprendizado formal, mas elemento de formação do indivíduo enquanto Sem Terra, cidadão/cidadã portador de direitos e que busca, a partir do movimento, existir de forma emancipadora dentro da práxis militante.

Devido ao atraso histórico do Brasil em relação a alfabetização, permanência na escola e conclusão do ensino fundamental e médio e oportunidade de ingresso no nível superior, problema grave tanto no campo quanto na cidade, muitas mulheres ainda possuem pouca escolaridade, principalmente as mais velhas, mas isso não impede que elas tenham uma compreensão profunda dos temas defendidos pelo movimento, como Reforma Agrária, socialismo, agroecologia, feminismo, antirracismo e, mais recentemente, lgbtfobia, temas debatidos e defendidos pelo movimento, mostrando que os esforços do movimento em

As mulheres adultas e jovens do MST vem quebrando o ciclo de baixa escolaridade entre mulheres do campo e devido ao esforço do movimento em busca do acesso à educação agrande parte consegue terminar o ensino médio e muitas delas ingressam na educação superior. As jovens mulheres que encontrei durante o encontro, ainda adolescentes com 13, 14 anos ou um pouco mais velhas com 18, 20 anos, debatem as principais bandeiras e temáticas do movimento de forma muito articulada, consciente das temáticas debatidas pelo movimento.

Temáticas como o feminismo, o antirracismo, a parte cultural e a vivência LGBT despertam bastante a atenção das jovens dentro do movimento e eles se encontram bastante ativos nesses debates. Essas jovens têm como característica muito destacada continuar nas formações internas do movimento, participar das diversas atividades de formação promovidas dentro do MST e integrar algum dos setores organizativos do movimento. Elas também fazem planos para o ensino superior, a grande maioria quer cursar ou já cursa uma faculdade. Muitas cursam licenciatura no campo. Algumas também cursam medicina na Venezuela, através de parceria firmada pelo MST e outros cursos regulares em diversas Universidades.

A busca do MST pelo acesso à educação, levou a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária), um programa de fomento a educação superior formulado e mantido pelo INCRA, outros movimentos do campo, como o MMC com a parceria de diversas Universidades públicas do país. O PRONERA tem como objetivo incentivar e promover o acesso à educação superior das assentadas e dos assentados pela Reforma Agrária, integrantes de comunidades tradicionais, quilombolas, de pequenos agricultores e camponeses.

O PRONERA, dentro do seu objetivo de promoção da educação superior aos assentados, promoveu a criação de cursos e turmas especiais em diversas universidades públicas. Se destaca a criação dos cursos de licenciatura em educação no campo em quase todo o país. O modelo de licenciatura no campo apresenta dois tipos de habilitação, habilitação em sociais e humanidades e habilitação em ciências da natureza e matemática. Muitos militantes do MST cursam ou cursaram licenciatura no campo e agora trabalham em escolas públicas voltadas a educação no campo, inclusive participando da formulação de sua matriz curricular que tem Paulo Freire e o respeito aos saberes tradicionais como base. Além de cursos de licenciatura em educação no campo, existem cursos de veterinária, agroecologia, engenharia agrônoma e outros cursos voltados ao campo e os assentados da Reforma Agrária

turma especial em direito para assentados, assentadas e pequenos agricultores da Universidade Federal de Goiás.

A implantação de turmas e cursos mantidos pelo PRONERA na educação superior sofreu diversas resistências e críticas por parte das autoridades. O Ministério Público Federal de Goiás, estado que sedia a UFG, organizou ação contrária à implantação do Curso de Direito Agrário para assentados pela Reforma Agrária alegando privilégio. Em artigo da coluna Lido para Você, no Jornal Estado de Direito, José Geraldo de Sousa Júnior discute a questão. Ele afirma que as alegações do Ministério Público Federal contra a diferenciação que leva à criação dessas turmas e cursos em favor da preservação da igualdade formal e material apresenta as armadilhas da igualdade que ajudam a perpetuar uma série de injustiças sociais e que a discriminação positiva é instrumento válido dentro das políticas públicas e tem como comprovante o sucesso das cotas raciais nas universidades públicas.

Para ele, a defesa da autonomia universitária passa pela defesa da criação de turmas especiais que visam incluir em um meio ainda extremamente elitista e restrito, as universidades, pessoas historicamente excluídas dela, por meio de iniciativas como a criação de turmas ou cursos especiais, cotas e vestibulares especiais, que possuam ingresso diferenciado para sem terras, indígenas, imigrantes, negros e negras, PcDs, respeitando uma das funções primordiais da universidade pública, fazendo com que se respeite, "os princípios da igualdade de condições de ensino, do pluralismo de ideias, do respeito à liberdade, do apreço à tolerância, da gestão democrática do ensino e da vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais e que ao Judiciário, cabe sim fortalecer a execução de Políticas Públicas que busquem reduzir desigualdades sociais, nas cidades e no campo" (SOUSA JÚNIOR, coluna Lido pra Você).

Após a cerimônia de abertura do encontro no dia 05 de março, continuo sentada no espaço principal do encontro e começo a conversar com duas participantes do encontro, vindas do Piauí. Uma delas, uma jovem de 18 anos, Gabriela, que estava terminando o ensino médio e pretendia cursar ciências da natureza, a outra, Júlia, uma estudante do último ano da licenciatura no campo em ciências da natureza e matemática.

Os cursos de licenciatura em educação no campo que integram o PRONERA têm sua organização feita a partir da pedagogia freiriana, procuram acrescentar à sua metodologia a vivência dos estudantes em suas comunidades, valorizar os conhecimentos tradicionais e integrar conhecimento científico e popular para que os estudantes tenham uma aprendizagem

Benedita, outra participante do encontro, me conta que é professora formada em licenciatura do campo, ciências da natureza e entrou para o movimento junto com a sua mãe ainda adolescente. Atualmente, leciona em uma escola rural na Chapada Diamantina. Ingressar no movimento para acompanhar parentes que entraram antes foi um relato muito comum ao longo do evento. Assim como a escolha de muitos militantes por ingressar na licenciatura do campo e voltar para lecionar nas suas comunidades, assentamentos e acampamentos. Essa escolha por lecionar nas escolas dos assentamentos e acampamentos faz parte da formação do movimento e reflete sua luta pelo direito à educação.

2.10 Terceiro dia do encontro

Terceira mesa: Feminismo camponês popular e Reforma Agrária Popular com Itelvina Masioli e Débora Nunes (Direção Nacional do MST) e intervenção (cochicho).

“O nosso papel é fundamental. Somos nós, mulheres, que construímos a Reforma Agrária Popular no dia a dia, construímos a resistência e, assim, a perspectiva de um mundo novo” Débora Nunes. Essa mesa falou do papel da mulher dentro dos movimentos do campo e a formação de consciência das mulheres do MMC, Via campesina e do MST, da estrutura racista e patriarcal que acompanha a estrutura capitalista e o despertar do feminismo. As participantes da mesa ressaltaram a importância de um feminismo que fale das vivências e saberes das mulheres do campo e, por isso, a escolha pela construção de um feminismo camponês popular, um feminismo que expresse não somente suas bandeiras sociais e políticas, mas sua vivência enquanto mulheres do campo.

2.10.1 Cochicho

Após as mesas da manhã, fizemos uma atividade denominada cochicho. Uma das palestrantes apresentou um roteiro e todo mundo copiou as perguntas nos cadernos que estavam nos kits de participação do encontro. Ela sugeriu que grupos de 15 a 20 pessoas se reunissem para debater as perguntas. Nos reunimos em um grupo de cerca de 20 mulheres e passamos a discutir as perguntas que foram anotadas. Ao final, deveríamos entregar a organização uma sistematização do cochicho. Eu me ofereci para registrar as falas. Nosso grupo era formado por mulheres das regiões centro-oeste e sul, de diversas faixas etárias,

idosas, jovens e adultas, uma professora do Distrito Federal e outras duas convidadas, as demais mulheres eram militantes do MST.

Questões do cochicho:

- 1 Como a análise histórica dialoga com a nossa realidade?
- 2 Qual o ponto de intersecção entre racismo, patriarcado e capitalismo?
- 3 Como estamos enfrentando a violência racista, capitalista e machista no nosso território?

Respondendo a uma das perguntas, uma participante afirmou que achava que os homens deveriam liderar a casa e as mulheres e os filhos deveriam obedecer ao homem da família. Várias outras mulheres da nossa roda de cochicho, que estavam tímidas até então, começaram a argumentar de forma contrária. Afirmavam que as mulheres deveriam falar e fazer o que tivessem vontade, sem obedecer aos homens, maridos ou não. Uma das mulheres relatou que criava os filhos sozinha, outra que era a chefe de família, e outras que decidiam sobre os assuntos familiares em parceria com os seus maridos e não só obedecendo à decisão deles

Quando fomos responder à questão 2, que falava de racismo, uma senhora negra idosa que estava no nosso grupo de cochicho relatou suas experiências de racismo. Afirmou que tinha passado por situações difíceis, que o racismo ainda existia, mas que ela achava que as pessoas negras estavam mais combativas e que o racismo diminuía gradualmente. Que mais negros e negras se tornavam advogados e advogadas, médicos e médicas, professores e esse era um movimento importante de combate ao racismo. Afirmou também que agora se sentia uma mulher realizada na vida, que tinha trabalhado muito e que seus filhos e netos hoje estudavam graças a esses esforços. Essa senhora relatava suas conquistas e conquistas da sua família como não só como o sucesso delas e sim o início de um processo.

Me chamou atenção dessa atividade que as participantes faziam questão de relatar que seus filhos e filhas tinham feito faculdade ou estavam fazendo faculdade, demonstrando a importância que o movimento e essas mulheres dão à educação e como a educação superior é referência de sucesso para elas. Falaram também que a ascensão de mulheres aos postos de poder e como ocupar esses postos trazia uma representação importante para as mulheres e ajudava a combater o machismo. Citaram a eleição da Presidenta Dilma como um desses exemplos. Essas mulheres se viam atualmente mais fortes e empoderadas que em épocas passadas e muitas relataram as suas conquistas que para elas era sinônimo da mudança de vida

“ ”

As mulheres na discussão da terceira questão passaram a falar de casos de violência no campo e doméstica. As participantes do cochicho consideravam a violência doméstica um problema sério e grave nas suas vidas. A violência contra as pessoas do campo foi citada, mas a violência doméstica ganhou maior destaque.

A violência doméstica era uma das principais temáticas do evento e tema muito presente nas cartas escritas pelas mulheres. Várias relatavam nas cartas escritas em preparação para o evento que já tinham sido agredidas por companheiros e encontravam forças para fugir dessa violência no apoio do coletivo, das mulheres e homens do movimento e assim passavam a viver separadas dos ex-companheiros, se afastando da violência doméstica.

2.10.2 Oficinas de encantarias e Saber Fazer, Trocas de Experiências e Balaio dos Saberes.

As oficinas foram realizadas durante a tarde, após o cochicho. As atividades disponíveis eram: Produção de estandartes, produção de canetas e porta panos de prato, observatório de direitos humanos e alimentares, fotografia no celular, nosso corpo nossa luta, defesa pessoal (Kung fu), manifestações e produções de cartas, prática teatral para mulheres, cozinha (temperos), política é coisa de mulher, contação de histórias, conhecimento popular de saúde, bordando a política (oficina de bordado), artesanato em material reciclado, direito a literatura no campo, mulheres no mapa, mulheres, hortas e frutas (produção agroecológica), produção de sementes agroecológicas, mulheres cabulosas da história, Coletivo Terra de Direitos, percussão militante, carimbó, autocuidado, massagem e relaxamento, enfrentamento da violência doméstica (Promotoras Legais Populares – PLP), Coletivo mulheres – autonomia econômica e política das mulheres.

As oficinas possuíam diversos objetivos, sempre dentro do ideal de formação do movimento. Algumas tinham como objetivo a valorização da negritude e da cultura negra e a valorização de símbolos do movimento, como a oficina de turbantes, mulheres cabulosas da história e mulheres no mapa. Outras procuravam fomentar conversas sobre elementos políticos formadores do gênero, a discussão do patriarcado e as violências e opressões que afetam as mulheres, como as rodas de conversa sobre o corpo, as oficinas das promotoras legais populares e do coletivo mulheres e a a roda de discussão. Outras combinavam elementos políticos com arte e esporte como a percussão militante, a oficina de bordado, de carimbó oficinas teatrais e a oficina de autodefesa. Outras buscavam a capacitação

profissional e complementação de renda, como as oficinas de confecção de canetas e porta

46

panos de prato. Algumas oficinas eram voltadas para o bem-estar e autocuidado e outras para a preservação agroecológica e manejo de mudas e sementes, temas importante no encontro e no movimento.

Figura 5: Colagem de fotos das oficinas



Fonte: Matheus Alves, Wellington Lenon, instagram do MST

Pela manhã, enquanto assistia às mesas de debate, conheci uma assentada chamada Raimunda. Raimunda reside em um dos assentamentos do centro-oeste, é aposentada, mas durante a semana trabalha como empregada doméstica porque precisa complementar a renda da aposentadoria. Aos fins de semana, vai ao assentamento trabalhar na sua terra. Ela me conta que trabalhar na terra é sua maior fonte de alegria, além dos netos. Como ela se encontrava sozinha e não tinha conseguido pegar seu kit de participação, fui com ela até a coordenação do movimento. Lá pegamos o seu kit e fomos participar da oficina.

Raimunda tinha escolhido a oficina de artesanato com fitas e fui acompanhá-la. Um grupo de assentadas da região sul estava ensinando a fabricar canetas decoradas com uma flor de pano e porta panos de prato feitos de fuxico. Sentamo-nos na área de aprendizado de canetas decoradas. O objetivo da oficina, segundo as organizadoras era ensinar a fazer artesanatos fáceis e baratos, que pudessem ser vendidos para complementar a renda das assentadas. Cerca de 20 mulheres e 3 instrutoras participaram dessa oficina. Ao final, ganhamos as canetas que fizemos.

Após a oficina de confecção de canetas, fui participar de uma oficina de confecção de

madeira para estruturar e carregar o estandarte. No meio do tecido florido uma impressão também em tecido de figuras importantes do próprio MST, das lutas camponesas e das lutas emancipatórias em toda a América latina. Os estandartes tinham figuras como: Paulo Freire, Chico Mendes, Pacha mama, Margarida Alves, Santa Dica, Dorothy Stang, Marielle Franco, Teresa de Benguela.

Comecei a montar meu estandarte junto a outra participante do encontro. Colamos nossa figura impressa, Santa Dica, na faixa de chita e enfeitamos nosso estandarte com fitas coloridas. Ao final dessa etapa de confecção dos estandartes, nos reunimos com as outras mulheres da oficina. Cerca de 30 mulheres se reuniram em círculo com seus estandartes hasteados. Cada figura escolhida possuía dois ou três estandartes e a responsável pela oficina convidava as participantes que possuíam determinado estandarte a irem ao centro da roda e apresentassem usando um microfone a sua personalidade homenageada. As mulheres quando chamadas se posicionavam no centro da roda e falavam sobre o que sabiam da história das figuras representadas no estandarte, algumas pesquisaram na internet, outras perguntavam para as suas companheiras de oficina ou já tinham escolhido as figuras porque já conheciam e se identificavam com a sua história.

Eu e minha companheira de atividade não conhecíamos nossa figura homenageada, pesquisamos e descobrimos que Santa Dica morou em Pirenópolis, região goiana próxima a Brasília, na década de 20. Ela era conhecida na cidade por aplicar e receitar ervas medicinais, também transmitia seus conhecimentos de ervas e cura para outras mulheres. Era considerada uma mulher moderna, de atitude feminista e após a sua morte ganhou fama de santa que fazia milagres. Contamos a história da nossa homenageada no centro da roda e ouvimos as histórias das outras figuras coladas nos estandartes, contadas por outras participantes.

Os estandartes produzidos nessa oficina foram levados na manifestação do dia 8 de março e foram hasteados em meio as bandeiras e faixas. Essa atividade demonstra bem a forma de trabalho do MST, que junta formação, mística e troca de saberes em suas atividades, por meio da confecção do estandarte aprendemos sobre figuras importantes do movimento e dividimos nossos conhecimentos com as nossas companheiras.

Finalizamos nossas atividades e voltamos ao centro do evento para jantar e aproveitar o encerramento da noite com a programação cultural. Dona Raimunda foi encontrar conhecidas do assentamento. Todas falavam das atividades de que participaram. Uma senhora mais velha tinha ido para uma oficina de turbantes e falava de como tinha gostado do seu

que valorizem a estética e a cultura negras dentro do movimento.

48

Elas me perguntaram se eu também era assentada, expliquei que não. Que estudava o movimento no meu curso de Mestrado. Esse momento é sempre um momento complicado para mim. Primeiro explicar o que seria um mestrado em Direitos Humanos já é bastante complicado, sendo o conceito de Direitos Humanos bastante abstrato, segundo que até o conceito de mestrado é desconhecido para uma grande parcela da população brasileira. Para muitas pessoas, após a graduação não existem outros níveis acadêmicos. Ser vista como estudante de mestrado também coloca um distanciamento em relação às minhas interlocutoras no encontro. Passo a ser vista como uma pessoa com um status distante, de intelectual. Essa senhora também me perguntou se a universidade que eu frequentava era paga. Por incrível que pareça, a existência de universidades públicas e gratuitas não é uma informação que todas as pessoas tenham acesso e tive que responder mais de uma vez essa pergunta.

2.10.3 Ato político com aliadas e aliados

O encontro reservou a noite de sábado para fazer um evento político com amigas, amigos, apoiadoras e apoiadores do MST. Foram convidadas Maria de Jesus (coordenação nacional do MST), Nalu Farias (Marchar Mundial das Mulheres), Élidea Elena (UNE), Mazé Moraes (campo unitário). Gleisi Hoffman (Partido dos Trabalhadores), Paula Coradi (Psol), Ana Prestes (PCdoB), Maria Kasé (CLOC- Via Campesina), Carmen Foro (CUT/FBP), Carol Proner (ABJD), Makota Celina (coordenadora geral do CENARABE), Romi Bencke (secretaria geral do CONIC), Deborá Duprat (Procuradora Geral da República), Monique Murga (Solidariedade internacional). Talíria Petrone (deputada federal, Psol), Natália Bonavides (deputada federal, PT) participaram em outros dias do encontro.

O encontro recebeu visitantes durante todos os dias, com um grande fluxo no dia 08 de março, na concentração da marcha do Dia Internacional das Mulheres. Contou ainda com a visita de parlamentares durante os dias do encontro e com a presença de representantes de diversos movimentos sociais da América latina e da África do Sul. Recebeu também um recado gravado pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e contou com a participação presencial e discurso da ex-Presidenta Dilma Rousseff, primeira presidenta mulher do país, que foi recebida com muito entusiasmo pelas mulheres do encontro.

Foi lançado durante essa noite a biografia da ex-Primeira-Dama do Brasil, Marisa Letícia. Durante o lançamento, a questão da existência de poucas biografias de mulheres, que são invisibilizadas pela estrutura patriarcal da sociedade foi um ponto importante levantado

pelo autor Camilo Vannuchi. Outro ponto importante apresentado foi de que Dona Marisa era

49

uma militante ativa e dona de casa e que a atividade do cuidado com a casa e com a família poucas vezes é reconhecida como uma atividade laboral, só recentemente sendo uma atividade beneficiária de aposentadoria, outro reflexo da estrutura patriarcal da sociedade. A noite terminou com o evento Mulheres em festa.

2.11 Marcha do 08M de março

Figura 6: Colagem de fotos da marcha do 8M



Fonte: Matheus Alves, Instagram do MST e Brasil de Fato.

A marcha foi o encontro das sementes da conspiração do campo e da cidade. No dia 08 de março, Dia Internacional das Mulheres foi realizada a marcha das mulheres. Apelidada de 8M, a marcha contava com as participantes do encontro, a Frente de Mulheres do DF, sindicatos de trabalhadoras, partidos políticos, movimento negro de mulheres, movimento feminista, movimento LGBT e mulheres e homens da sociedade civil. A manifestação 8M pediu igualdade de gênero, fim da violência doméstica, manutenção dos direitos trabalhistas, fim do racismo e da lgbtfobia, oposição a política de restrições de direitos e a chamada pauta de costumes do atual governo Bolsonaro.

A concentração da marcha aconteceu no Pavilhão do Parque, às 8 horas do domingo. As mulheres do encontro, membros de grupos feministas da cidade e demais participantes da marcha se organizavam no pavilhão e no gramado ao lado. À frente da marcha ia um pequeno grupo de mulheres ativistas de alguns partidos políticos (PT, Psol, PSTU) e um grupo musical de percussão, depois as mulheres do MST organizadas por regiões: região amazônica, centro-oeste, sudeste, sul e nordeste e, no fim, as demais participantes da marcha, mulheres, crianças

e homens. Ao longo da marcha foi oferecido um folheto com cantos e palavras de ordem.

50

A marcha foi organizada em forma de coluna, forma tradicional de organização das marchas do MST, a exemplo da marcha de 97 (COMPARATO, 2001). Essa forma de marcha por coluna se encontra presente também em diversos outros momentos de grandes manifestações como a Coluna Prestes (1925) e a Grande Marcha de Mao Tsé-tung (1934).

A marcha em coluna faz com que a marcha se torne maior que uma marcha aglomerada, com todos andando lado a lado, facilita também a contagem de pessoas, se sabemos quantos metros ou quilômetros a marcha ocupa fica fácil saber quantas pessoas estão marchando. Essa forma de marchar torna a caminhada mais organizada e segura, sendo possível visualizar todos os participantes e perceber facilmente se alguém se machuca ou passa mal. Para o MST, que costuma marchar em coluna à beira de rodovias, a questão de segurança é muito importante.

A marcha contou com bandeiras do MST e os tradicionais bonés do movimento, mas não com as enxadas, foices e facões levantados, elementos comuns em muitas marchas do MST. As ferramentas de trabalho diário do camponês são também usadas em suas marchas, como símbolo da luta e do trabalho do movimento.

Três colunas foram formadas com as mulheres organizadas por região, estado e assentamento. Marchar em coluna não é uma tarefa fácil para alguém que não tem costume com essa forma de caminhar. O andar tem que ser cadenciado para não se correr o risco de abrir um buraco no meio da marcha. Estava nesse dia com a minha amiga do Coletivo Quilombo, Meg, e marchamos na coluna do centro-oeste ao lado das nossas companheiras, dos assentamentos e acampamentos do Distrito Federal. Tivemos dificuldade de caminhar em forma de coluna, levamos várias broncas por perder o passo.

Participavam da marcha, adolescentes, adultas e senhoras idosas. Poucas crianças estavam na marcha, a maioria ficou no pavilhão com os monitores da ciranda das crianças, com exceção dos bebês pequenos, que precisavam de maior atenção de suas mães. Os bebês eram carregados nos braços, apoiados pelos quadris das mães e cobertos por lenços e guarda-chuvas para se protegerem do sol. No dia da marcha o sol estava muito forte, mesmo sendo de manhã.

A imagem das mães carregando seus bebês no colo e das senhoras idosas marchando com firmeza naquele sol forte, representando o MST em uma marcha do dia internacional da mulher, sabendo das dificuldades políticas e sociais e dos ataques às instituições progressistas foi muito forte para mim. Uma representação viva da resistência das mulheres camponesas

hora paradas em frente ao Palácio do Buriti em pleno sol e confesso que para mim foi bastante penoso.

Sáimos do Parque da Cidade em direção à sede do governo do Distrito Federal, o Palácio do Buriti. Ao longo da marcha nossa coluna foi aumentando com a chegada de outras pessoas a marcha. Chegando ao Buriti, o volume de pessoas fez com que fosse necessário passar de três colunas para cinco colunas.

Ao chegar próximo do Palácio do Buriti colocamos lenços feitos de chita cobrindo a parte inferior dos nossos rostos. Os lenços cobrindo a parte inferior do rosto deixando apenas os olhos de fora é usado no dia a dia de alguns camponeses para se proteger do sol durante o trabalho, também serve para proteger o rosto durante o corte de algumas plantas que podem machucar. Cobrir o rosto também compõe a mística do MST, como representação da luta diária no campo e remete a diversas lutas e movimentos em toda a América latina.

O lenço que cobria o rosto na marcha era feito de chita, pano popular de algodão adornado de flores coloridas. A chita é um pano muito representativo da cultura popular brasileira, tanto pela paginação, com flores muito coloridas, quanto pela simplicidade do material. O uso da chita lembra a força da mulher camponesa, da mulher trabalhadora, que não deixa de expressar a beleza e a alegria nas cores e nas flores do tecido. Cobrimos o rosto, nos organizamos e marchamos em direção ao Palácio do Buriti e depois descemos em direção à Torre de TV, entoando cantos e frases de luta, com nossos punhos esquerdos levantados, representando ali incontáveis anos de luta e resistência no campo.

Após a concentração e passagem em frente ao Palácio do Buriti nos organizamos para marchar em direção à Torre de TV, atração turística da capital formada por uma torre de transmissão de ondas de rádio e tv e uma grande praça elevada. Parte das manifestantes já se encontravam concentradas na Torre de TV, para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Durante a tarde, após a marcha, as festividades e o almoço, ocorreu a mesa: Mulheres construindo a resistência ativa, com Rosana Fernandes e Antônia Ivoneide.

A noite do dia 08 de março recebeu atividades de encerramento do encontro, uma mística feita pelas crianças, uma feita pelas mulheres e a leitura do manifesto do encontro e, por fim, a última noite cultural com mais um Festival Cantando e Semeando a Resistência.

Os sem-terrinhas fizeram uma apresentação onde cantavam músicas que falavam da vida como crianças Sem Terra. As crianças vieram caminhando do fundo do pavilhão do espaço das crianças, junto dos seus monitores. Durante o encontro as crianças ficavam na

ciranda das crianças é uma estrutura que existe nos assentamentos e acampamentos também,

52

para que mães, pais e responsáveis possam sempre participar das atividades de formação. Monitoras e monitores voluntários brincavam, ensinavam e cuidavam das crianças durante todo o encontro.

2.12 Último dia de encontro

No último dia do encontro, dia 09 de março, algumas mulheres mais velhas, algumas mães com filhos pequenos e as crianças foram participar de um evento de plantio de mudas para reflorestamento, na Universidade de Brasília. As mudas foram plantadas a convite da ADUnB (Associação dos/das docentes da UnB) na sede da associação no campus Darcy Ribeiro.

Após o plantio, foi realizada uma atividade de roda com as crianças, junto a docentes da universidade, conversaram sobre a importância de brincar e aprender e tomaram café da manhã. Fiquei acompanhando as mulheres após a atividade na ADUnB, na sede da associação, aguardando notícias da ação direta no Ministério da Agricultura e a volta dos ônibus que iriam para o pavilhão e depois para as suas cidades de origem.

As mulheres me contavam das dificuldades de viver em um acampamento. Muitas vezes os acampamentos não têm fonte de água potável e as mulheres ou andavam quilômetros para buscar água em rios e lagos ou negociavam com os donos das fazendas ao redor para pegar água de poços ou cursos de rio.

A busca por água era apenas o obstáculo inicial, montar as barracas de lona do zero e começar a plantar uma roça, são feitos a seguir. Vigiar a terra dia e noite contra ameaças verbais e físicas de jagunços e posseiros descontentes é rotina. O medo da violência no campo é constante e a terra precisa ser vigiada contra-ataques de ex-donos, jagunços, grileiros. Decisões judiciais tentando o despejo são constantes. Os obstáculos após a montagem do acampamento são imensos e cotidianos, ir à escola, ao hospital, pegar um ônibus, ter fornecimento de luz, ter acesso à alimentos são problemas que precisam ser resolvidos diariamente em uma situação precária de acampamento. Por isso é fundamental a luta para o acesso aos direitos sociais feita pelo movimento.

O MST é visto, por parte, da sociedade e dos indivíduos como usurpador, invasor, essa visão do MST como pessoas que conquistam suas terras contrários à lei é reiteradamente apresentada na mídia, por políticos e por diversas instituições ligadas ao agronegócio e ao latifúndio. Uma das interlocutoras me contou que ao chegar em uma nova

terra para montar acampamento não tinha nenhuma fonte de água à vista. Ela foi então à

53

fazenda vizinha negociar o acesso à água de um rio próximo. Há muita violência e desconfiança por parte dos fazendeiros, posseiros e latifundiários. Nessa negociação de acesso à água as assentadas esperavam a violência física e simbólica que sofriam regularmente, mas encontram certa solidariedade do dono da fazenda que disse que já tinha sido um simples trabalhador rural e sabia das dificuldades enfrentadas por quem sobrevive da terra e, contra as recomendações dos seus filhos, permitiu o acesso à água. Esse episódio infelizmente não é a regra e os militantes do MST ainda sofrem todo o tipo de violências e hostilidades por parte de fazendeiros, grileiros e latifundiários.

A escolha da ação direta de ocupação da terra como principal meio de acesso à terra é um dos elementos centrais da formação do movimento. Diferente de movimentos e lutas sociais que primeiro buscam ações na justiça, desapropriações e interlocução com governantes, o MST parte da ação direta, com a ocupação e o estabelecimento de acampamentos e só depois de desencadeado desse processo passa a demandar a desapropriação e interlocução com governos. Processo inverso do utilizado por muitos movimentos sociais. (CALDART, 2001).

Relembrando que o movimento tem como política apenas ocupar terras consideradas improdutivas e pleitear sua desapropriação, como prevê a Constituição de 1988, que tem em seu artigo 184 a seguinte redação: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

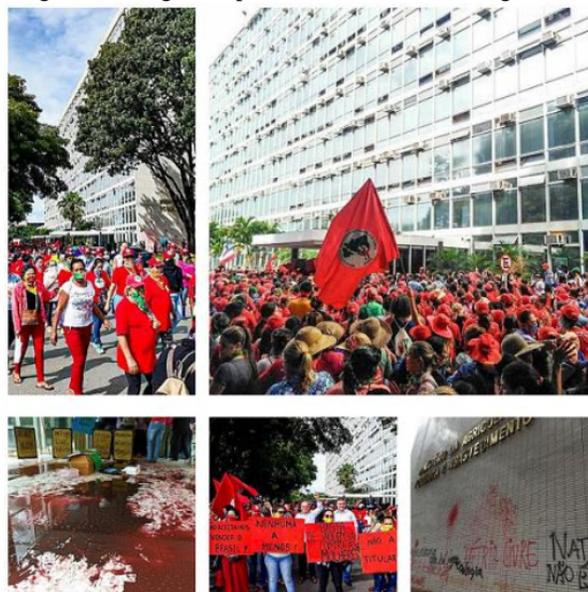
O MST em suas ações de ocupação, seguindo a determinação do artigo 184 da Constituição, só ocupa terras improdutivas que não cumprem a sua função social. Essas terras não possuem produção de alimentos ou outros plantios, servindo apenas de patrimônio imobilizado, essas terras que não produzem um único grão de feijão ou uma única espiga de milho são muitas vezes herdadas desde as capitânicas hereditárias ou invadidas e depois regularizadas de forma fraudulenta, tem grandes extensões, formando verdadeiros latifúndios e nenhuma função social. Esses grandes latifúndios fazem com que um contingente enorme de camponeses fique sem terras, sem meios de trabalhar e se sustentar e sem alimentos, para favorecer grandes senhores de terras que não se preocupam em alimentar a população e dar terra a quem precisa de terra. Esse artigo fornece a base legal para a desapropriação das terras

Agrária, mas a concentração de terras ainda é enorme e o poder político e econômico dos latifundiários não dá nenhuma mostra de diminuir, na situação atual.

2.13 Protesto no Ministério da Agricultura

Ao mesmo tempo que algumas mães de filhos pequenos, algumas mulheres mais velhas e as crianças participavam da atividade na ADUnB, a maioria das mulheres participava de uma atividade que não estava na programação oficial do encontro, a ocupação do Ministério da Agricultura.³ Essa última atividade foi mantida fora da programação oficial porque envolvia o que denominamos de ação direta.

Figura 7: Colagem do protesto no Ministério da Agricultura



Fonte: Matheus Alves, instagram do MST.

O protesto das mulheres do MST no ministério da agricultura não estava na agenda oficial do encontro e foi discutido na noite anterior entre as lideranças. Ele representa uma forma de ação direta, uma das táticas mais usadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, que consiste em uma ação ou atividade prática visando obtenção de direitos ou respostas dos poderes públicos. Dentro das ações diretas que o MST promove, se encontram o rompimento de cercas e a ocupação de grandes fazendas improdutivas, a destruição de plantios predatórios para a terra como a celulose, a ocupação de latifúndios de políticos, a destruição de máquinas agrícolas de fazendas que se encontram em dívida com o

³<https://g1.globo.com/dt/distrito-federal/noticia/2020/03/09/mulheres-sem-terra-ocupam-ministerio-da-agricultura-durante-protesto-em-brasilia.ghtml>

55

Estado e deveriam ser desapropriadas para saldar as suas dívidas e a ocupação de espaços dos governos federais e locais que podem tomar decisões de demandas do movimento, como aconteceu no Ministério.

A ocupação que ocorreu pela manhã do dia 09 de março não é uma execução fácil, porque envolve uma possível repressão das forças de segurança pública, acidentes, detenção de militantes e abertura de inquérito contra os militantes e as militantes. Por isso, essa decisão tem sempre que levar em conta a disposição das militantes em promover essa ação direta, a formação de uma rede de assistência jurídica de advogados populares para acompanhar possíveis detenções, excessos policiais e negociar com autoridades, redes de apoio médico e a garantia de que as mulheres mais velhas e as crianças estejam em segurança, nesse caso, na sede da ADUnB, distante do Ministério. Essa ação teve que ser negociada entre as mulheres, procurando tentar evitar pressões externas de parte do movimento ou de outras pessoas, porque se refere diretamente a segurança dessas mulheres.

Essa ocupação ganhou ampla divulgação no noticiário local e nacional, divulgação muito maior que a realização do encontro em si. Mostrando que as ações diretas têm um papel importante para chamar a atenção da mídia e da sociedade para o movimento e suas demandas. A ação direta de ocupação ocorreu simultaneamente em alguns outros Estados com a ocupação de algumas sedes do INCRA nos estados.

Durante a ocupação, as mulheres entoaram gritos e lemas de protestos e jogaram tinta vermelha, simbolizando a violência no campo, que aumentou substancialmente desde o Governo Temer e piorou de forma significativa em 2019 e 2020, ano do encontro, incentivada pela animosidade do presidente Bolsonaro aos movimentos do campo. Acrescido à violência no campo, outros ataques vêm sendo praticados pelo atual governo, ataques às trabalhadoras e trabalhadores feitos pela reforma trabalhista e previdenciária, incentivo às queimadas, à posse de grileiros, ao garimpo ilegal e ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Ameaças a militantes de direitos humanos, ameaças e pouca assistência a indígenas e ataques a direitos de minorias no geral.

A atual pandemia de covid-19, que teve seus primeiros casos no país identificados logo após o Encontro Nacional das Mulheres d Sem Terra, agravou esse quadro de violência, desmantelamento da proteção social do governo, ataques ao meio ambiente e desemprego, acrescentando uma péssima gestão de saúde, desprezo pela vida, aumento da pobreza, carestia, fome e uma longa série de tristezas, males e incontáveis mortes, que não somos

voltaram ao pavilhão e iniciaram a volta para casa.

56

3 O TAMANHO DA NOSSA SOLIDÃO

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e canalhas, todas as criaturas desta indomável realidade, temos pedido muito pouco da imaginação, porque nosso problema crucial tem sido a falta de meios concretos para tornar nossas vidas mais reais. Este, meus amigos, é o cerne da nossa solidão.

A solidariedade com nossos sonhos não vai nos fazer menos solitários, enquanto isso não for traduzido em atos concretos de apoio legítimo às pessoas que aceitam a ilusão de ter uma vida própria na divisão do mundo.

A América Latina não quer, nem tem qualquer razão para querer, ser massa de manobra sem vontade própria; nem é meramente um pensamento desejoso que sua busca por independência e originalidade deva se tornar uma aspiração do Ocidente. (Trechos retirados do discurso de Gabriel García Márquez em ocasião de recebimento do Nobel de literatura em 1982).

3.1 Direitos humanos contra-hegemônicos e teorias críticas dos direitos humanos

Os direitos humanos teriam sua origem filosófica fundamentada em duas correntes, o jusnaturalismo e o juspositivismo. A corrente jusnaturalista, usando da metafísica situa a origem dos direitos humanos na origem da condição humana, onde os direitos humanos nasceriam da própria natureza humana, a essência da humanidade seria formada por indivíduos que nasceriam iguais, racionais, universais e proprietários (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JÚNIOR, 2016).

Corrente oposta, mas que também aparece como origem do conceito de direitos humanos, o juspositivismo situa a origem dos direitos humanos nas normas positivadas pela Constituição de cada país, declarações universais e demais leis. Seriam as normas que delimitariam o conjunto de direitos. Essa origem se contrapõe ao direito natural, não existindo uma condição fundamental do homem e sim um conjunto de normas adotadas pela sociedade e pelas instituições. A fonte do direito seria a lei e só seria constituído como direito o que pudesse ser demandado a partir do formal, da norma. Os direitos humanos existiriam a partir do momento em que pudessem ser reivindicados em um tribunal, nacional ou internacional, seguindo uma ordem jurídica formal (GALLARDO, 2019).

Ambas as correntes, jusnaturalista e juspositivista, colocam de lado as lutas por emancipação e os processos históricos, sociais e políticos que levaram a mudanças sociais e à formulação dos direitos humanos. Por outro lado, as teorias contra-hegemônicas dos direitos humanos buscam, em sua formulação, não deixar de lado os processos históricos e sociais de

filosóficos e políticos que emergem dessas lutas sociais. Inclusive, apresentando elementos

57

dos “derrotados” nessas lutas e rupturas. Para a teoria dos direitos humanos contra-hegemônica, só a luta social poderia explicar o surgimento de um fenômeno que necessita de uma ruptura do estado anterior das coisas.

As teorias contra-hegemônicas seriam fundadas na disputa social e histórica das lutas por direitos, no combate aos direitos negados ou violados e na busca pela emergência de lutas e direitos, que antes não se encontravam na esfera política e social. As teorias emancipatórias formulariam conceito e prática sem deixar de lado o local, o caráter sócio-histórico e as dinâmicas da luta (ESCRIVÃO FILHO, SOUSA, JÚNIOR, 2016).

Os direitos humanos não são técnicas neutras, mas sim inseridas social e politicamente, fruto de lutas políticas e demandas de diversos grupos sociais, como movimentos sociais, sociedade civil, ONGs, sindicatos, dentre outros. As lutas pelos direitos humanos são tão diversas que podem emergir tanto de cima (partidos políticos, técnicos do governo), como de baixo (movimentos sociais, sociedade civil).

Os direitos humanos em sua concepção crítica não pode ser compreendido como separado das lutas sociais e das práticas emancipatórias. “ Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam o seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio das práticas sociais de ONGs, de Associações, de Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos, de Iniciativas Cidadãs e de reivindicação de grupos, minoritários(indígenas) ou não (mulheres), que de um modo ou de outro restaram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e reconhecimento institucional de suas expectativas (FLORES, 2009 p.71).

Para Joaquim Herrera Flores (2009), a redução dos direitos humanos a normas e leis, nos âmbitos nacional e internacional, inviabilizaria ou diminuiria muito a efetividade dos direitos humanos. A redução dos direitos humanos a norma, tanto conceitualmente quanto na prática, diminuindo o horizonte de ação dos direitos humanos a letra da lei, impediria que os direitos humanos que não se encontram positivados nas normas encontrem espaço para sua efetivação. Além de limitar muito a implementação efetiva dos direitos, nessa visão de direitos humanos enquanto norma, ele só precisaria existir na lei e a implementação do direito na forma de políticas públicas não seria o principal. Essa prevalência dos direitos humanos enquanto norma, se torna, então, não só um problema jurídico e sim um problema social, econômico, político e cultural.

Os direitos humanos na sua forma contra-hegemônica pleiteiam a (re)invenção dos direitos humanos, apresentando um contraponto não só teórico, mas também prático, com a construção de uma nova teoria e práxis política que abarque não só o campo jurídico como o

processos sociais dos processos institucionais, e entende que ambos fazem parte dos

58

processos de luta que envolve os direitos humanos. Os direitos humanos (re)inventados devem deixar de lado a ilusão de que existe um indivíduo universal, e o liberalismo social e político, a racionalidade capitalista, o individualismo e o colonialismo. (FLORES, 2019).

Para Herrera Flores (2019) a (re)invenção dos direitos humanos seria uma busca por dignidade, garantia de acesso a bens materiais e imateriais, que possibilitem uma vida digna representando as lutas pela dignidade como o ponto fundamental da busca dos direitos humanos. A luta pela dignidade humana é a luta pela democracia e pela justiça, como causa e consequência da mesma

Os direitos humanos no século XXI enfrentam diversos desafios com o ataque aos direitos sociais e coletivos para que se mantenham apenas direitos individuais e de propriedade. O Estado de Bem-Estar Social, base da reconstrução dos países europeus pós Segunda Guerra e adotado em parte pelos Estados Unidos e por diversos países na América Latina já não é o objetivo/modelo ideal desses países, sendo notado, em muitos deles, uma ofensiva do modelo de neoliberalismo em detrimento do modelo de Bem-Estar Social. Ataque aos direitos conquistados por trabalhadores rurais e urbanos, com reformas nas leis trabalhistas e na previdência realizada em diversos países, junto ao ataque de diversos direitos sociais duramente conquistados por mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQs e várias outras minorias aumenta desde o início do século XXI. O aumento das desigualdades econômicas entre países ricos e pobres, a perda de poder dos Estados-nação para empresas privadas, a desregulação dos direitos trabalhistas de trabalhadores rurais e urbanos, a desigualdade de raça e de gênero, a radicalização e a emergência de governos de extrema-direita, as fakes news colocam em risco os direitos humanos e a luta por dignidade (FLORES,2019).

3.2 O não-ser

As teorias hegemônicas de direitos humanos, além de deixarem de lado os processos históricos de luta, apresentam como detentor dos direitos humanos um modelo específico de receptor dos direitos humanos, o sujeito universal. Esse sujeito universal é a imagem e semelhança das pessoas que formularam o conceito de direitos humanos e representa um modelo bem específico de indivíduo. Esse modelo é proveniente de uma sociedade ocidental, patriarcal, colonial e heteronormativa e assim tem no seu modelo de sujeito universal essas características. O sujeito universal que foi criado para ser o modelo tem raça, gênero, orientação sexual e origem geográfica - é homem, branco, ocidental, do norte global e heterossexual. Esse sujeito universal seria, para as teorias hegemônicas, o alvo dos direitos humanos e todas as pessoas que não se enquadrem nesse modelo total ou parcialmente tem dificuldade de se colocarem como receptoras dos direitos humanos. As leis, normas, constituição e tratados internacionais asseguram os direitos humanos aos sujeitos universais e quem não se encaixa nesse modelo esta totalmente ou parcialmente afastado do papel de receptor de direitos humanos.

O sujeito universal é um modelo formulado por europeus e norte-americanos e que foi transposto para o sul global, sem nenhuma adaptação, como se esse indivíduo universal fosse a representação do indivíduo mais comum no sul global. Esse modelo de indivíduo universal que já não se encaixa nos países que o formularam, se encaixa muito menos nos países do sul global. Essa dissonância entre os sujeitos reais e o sujeito universal causa uma enorme fissura entre realidade e o modelo. Um modelo universal irreal faz com que toda a estrutura montada sobre ele seja desigual, condenando todas e todos que não se enquadram nesse padrão de sujeito universal a viver à margem do modelo e conseqüentemente dos direitos humanos que esse sujeito universal promete. Esse abismo existente entre o sujeito universal e as pessoas reais, torna o modelo de direitos humanos muito difícil de ser transposto para a vida cotidiana., e o resultado dessa dificuldade é que a transposição dos direitos do papel para a realidade não se concretiza e o indivíduo que não se parece com o modelo de sujeito universal se vê total ou parcialmente apartado do exercício de seus direitos.

Sociedades periféricas são sistematicamente obrigadas a adotar condutas de países do norte global com a justificativa de serem condutas universais, cidadãs, humanizadas, modernas. Mas essa adoção forçada cria uma massa de pessoas afastadas dos direitos

Se o demandante de direitos humanos não se parece com o indivíduo universal - homem, branco, ocidental e heterossexual, ele não se encontra no lugar de ter direito a ter direitos. Esses indivíduos que não se enquadram no modelo de sujeito universal podem nem chegar a ser reconhecidos enquanto pessoas, gerando o problema da não-pessoa/não-ser.

Um dos motivos de não acesso aos direitos humanos é o não reconhecimento social e político do demandante como ser humano, como pessoa. Helio Gallardo (2019), aponta para a perversidade dessa caracterização de não-pessoa em que determinados sujeitos e grupos são enquadrados. Nessa posição de não-pessoa, mesmo que diante da lei exista o reconhecimento, enquanto sujeito esse indivíduo não é visto socialmente como pessoa e, assim, os seus direitos não são respeitados.

Para Rita Laura Segato (2012), a modernidade é colonial e formulada por um conjunto muito específico: branco, ocidental, heterossexual, formulando o indivíduo universal à imagem e semelhança desse conjunto e construída por um padrão binário que só reconhece esses indivíduos como universais. Todos os elementos da modernidade devem ser universais, neutros, se eliminando tudo o que é múltiplo, dual, não-binário. Qualquer pensamento ou elemento de alteridade é rechaçado, particularidades são escondidas sobre pilhas de reelaborações da modernidade, fazendo um esforço enorme para que o não-indígena, o não-branco, o não-heterossexual, a mulher, sejam considerados apenas um ponto fora da curva que deve ser consertado.

Sueli Carneiro (2005), em sua tese, dialoga com a produção de Michel Foucault e sua formulação de dispositivos de poder – saber, práticas, discursos – e como esses dispositivos de poder seriam geradores de um indivíduo desejável. O indivíduo desejável pelos dispositivos de poder possuidor de uma conduta ideal, seria o indivíduo normal, o ser e possuiria um oposto indesejável, o monstruoso, o não-ser.

A autora, a partir do conceito de dispositivo de poder e levando em conta o contexto pós-colonial do país, em que um longo período de escravidão foi sucedido por um período de abolição sem inclusão, formula o dispositivo da racialidade para representar como opera o ser e o não-ser dentro da estrutura brasileira. “Podemos afirmar que esse dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a branquura será a sua representação” (CARNEIRO, 2005 p 42).

O dispositivo de racialidade, o normal, para operar precisaria de seu oposto, o anormal, o monstruoso, para não só definir a dimensão humana, mas também, hierarquizar,

ser. Assim, se constitui dentro do dispositivo da racialidade um ser, representado pela

61

brancura, e um não-ser representado pelo não-branco, que definiria o que seria normal e o que seria monstruoso. O dispositivo de racialidade, através da separação entre o branco e o não-branco, demarcaria como humano e normal não só o modelo de brancura da pele, a brancura também apareceria em elementos sociais e culturais que representam a pureza, a transparência, a virtude e a razão. (CARNEIRO, 2005)

Uma passagem presente na obra, "Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos", ilustra bem a divisão entre ser e o não-ser que opera na estrutura social. A obra relata como os indígenas (não-brancos) não eram vistos como dotados de humanidade por muitos, como no caso em que um jagunço narra: "Atirei nele [num índio]. Quando cheguei perto, vi que choravam. Parecia gente!" (SOUZA JUNIOR apud ESCRIVÃO FILHO, SOUZA JUNIOR 2016, p.18).

O não-ser não estaria situado no mesmo grau de humanidade que o ser. A figura do não-ser enquanto menos possuidor de humanidade e do ser enquanto possuidor de toda a humanidade é elemento fundante da nossa sociedade colonial, patriarcal e racista. Os indivíduos que não são reconhecidos como merecedores do ser são excluídos e subalternizados, são o outro, o anormal, o monstruoso.

As teorias contra-hegemônicas dos direitos humanos contestam a existência desse sujeito universal e buscam o fim desse modelo de sujeito universal e do não-ser, formulando uma teoria que abarque todas as formas de existência e todos os sujeitos, alargando os horizontes dos detentores de direitos humanos, descolonizando as categorias para que elas aceitem todas as formas de existência, para que todas e todos se encontrem na categoria do ser.

O outro, o monstruoso, o desviante, o não-universal, o não-branco, o não-heterossexual, o não-homem, os negros e negras, quilombolas, indígenas, mulheres, sem terras, sem teto, as crianças desamparadas, os ciganos e ciganas, os praticantes de religiões de matriz africana, os trabalhadores e trabalhadoras, os LGBT, os latino-americanos, os PcDs, os africanos, os não-ocidentais, os transgêneros, os pobres e todos os excluídos e espoliados colocados à margem da sociedade são vistos pelas estruturas decisórias, pela sociedade, pelos detentores de direito e por quem decide quem deve ser portador de direitos humanos, dignidade e cidadania como não-ser, não-pessoas e assim não teriam acesso ou teriam o acesso dificultado à cidadania, aos direitos humanos e a qualquer reconhecimento de sua existência como válida. Os direitos humanos contra-hegemônicos, os movimentos

diariamente para entender a zona do ser para todos e todas e descolonizar o indivíduo universal, tornando-o verdadeiramente representativo.

3.3 Sujeitos coletivos de direito

A atuação dos novos movimentos sociais pós redemocratização trouxe novas práticas políticas para dentro da sociedade civil, os novos movimentos sociais passaram a atuar como sujeitos coletivos de direitos. Os sujeitos coletivos de direitos têm sua atuação marcada pela autonomia, autoformação e caráter emancipatório, essa atuação dos movimentos sociais em forma de sujeitos coletivos, traz novas formas de ação e de subjetividades para a luta por direitos. Esses novos movimentos sociais passaram a demandar novos direitos e requerer direitos conquistados por outros sujeitos políticos, além de buscar a efetivação de direitos que constavam só no papel. (SOUSA JÚNIOR, 2008).

Os sujeitos coletivos de direitos que emergem dos movimentos sociais incluem sujeitos, que no papel de indivíduos são marginalizados e encontram na atuação coletiva uma possibilidade de enfrentar a marginalização e atuar politicamente na esfera social. Grupos de trabalhadores e trabalhadoras vulneráveis, camponeses, indivíduos étnicos e racialmente marginalizados como indígenas e negros/negras, e outras minorias, passam então a se organizar como sujeitos coletivos de direito.

Lyra Filho via no direito uma legítima organização social de liberdade, capaz, dentro de uma construção histórica, dialética e social, de enunciar, para espoliados e oprimidos, direitos e liberdade. Essa busca por liberdade, emancipação e garantia de direitos se daria no espaço público – a rua –, capaz de dar voz a esses sujeitos (SOUSA JÚNIOR, 2015).

O Direito Achado na Rua, aludindo, depois de a caracterizar, a uma concepção de Direito que emerge, transformadora, dos espaços públicos - a rua, onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (SOUSA JÚNIOR, 2008, pg 277).

De acordo com os princípios de O Direito Achado na Rua, de procurar compreender teoricamente a atuação dos sujeitos coletivos e dos movimentos sociais e atuar politicamente nos espaços públicos, sobretudo a rua, entendendo que a rua é o espaço popular por excelência (SOUSA JUNIOR, 2015), os sujeitos coletivos de direito passam a demandar direitos e a participar da luta emancipatória, a partir da rua.

As epistemologias do sul (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016) aparecem

como proposta não só metodológica para explicar os fenômenos que acontecem "do lado de

63

baixo" do mapa, mas também como horizonte utópico de enfrentamento ao norte global e sua dominação do sul global. As epistemologias do sul fazem um convite para se repensar a partir dos saberes do sul global, novas práticas e formas de pensar o mundo, procurando trazer à tona elementos de saberes que foram frequentemente esquecidos e eliminados, em um processo de epistemicídio dos saberes do sul.

Os saberes do sul não são só saberes produzidos no Sul global, do "do lado de lá" das linhas abissais. São saberes que resistiram ao domínio patriarcal e colonial praticados pelo Norte, representando a resistência prática e epistemológica. As pessoas "do lado de lá" da linha, do sul global, não são vistas pelo norte global como detentores de humanidade, dentro desse processo colonial, são as não-pessoas, nas palavras de Boaventura, os sub-humanos, os não candidatos à cidadania, aos direitos humanos e à inclusão. Essas ditas não-pessoas, são justamente as detentoras de práticas emancipatórias e saberes capazes de apresentar propostas de cidadania e emancipação (SANTOS, 2007).

As monoculturas do pensamento eliminaram as diversidades de saberes do norte. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências permite que essa monocultura de saberes do norte seja modificada a partir do sul. A sociologia das ausências busca resgatar o que ficou invisibilizado pelos saberes do norte. As monoculturas dos saberes devem ser substituídas pelas ecologias dos saberes. As sociologias das emergências buscam ampliar, a partir das experiências concretas, o nosso campo utópico de expansão de direitos. A proposta dos saberes do sul entende que todos os saberes são incompletos e, assim, os saberes devem ser articulados e complementados. Se afastando da monocultura dos saberes científicos, se busca uma ecologia de saberes, onde a ciência e os saberes tradicionais se complementam. A ecologia do reconhecimento substituiria a monocultura do reconhecimento buscando resgatar práticas e pessoas que foram escondidas pelas monoculturas do norte. Essa proposta de saberes do sul é uma proposta de baixo para cima, do sul para o norte, do invisibilizado "da linha de cá" para o "da linha de lá" sempre buscando não hierarquizar os saberes. As Epistemologias do Sul fazem contraposição às epistemologias do norte que se dizem universais e tem como objetivo que todas as epistemologias sejam reconhecidas (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016; SANTOS, 2007).

As Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderam ser discutidos a partir de

extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que

64

reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone) (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 17-18).

Resgatar as práticas e saberes do campo e fortalecer trabalhadoras e trabalhadores do campo enquanto sujeitos coletivos enunciadores de direitos é resgatar os saberes do sul, contribuindo com a ecologia de saberes, buscando práxis diversas de estar no mundo. Respeitando os saberes, científicos, do Norte, mas formulando novos saberes dentro de novos horizontes utópicos.

3.4 Da ocupação da terra para a defesa dos direitos humanos.

O sem-terra é aquela mulher ou homem que vive no campo e que não possui terra própria, trabalhando para outros fazendeiros, a maioria latifundiários, e busca obter também a sua terra, não um latifúndio, mas o suficiente para que possa plantar e viver da terra. O sem-terra quando se junta ao MST passa a possuir outra identidade, a de Sem Terra.

Para Roseli Caldart (2001), o/a Sem Terra não é apenas uma pessoa que vive no campo e não possui terra própria, é alguém que faz parte de um movimento social organizado de trabalhadores e trabalhadoras que possui identidade própria, a de sujeito Sem Terra. O MST não forma só militantes, mas “novos sujeitos sociais desse momento histórico, que vêm produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitam a exclusão como dado inevitável” (CALDART, 2001, p. 210). Esse sujeito social formado pelo MST, transforma a luta dos despossuídos de terra (sem-terra) na luta dos Sem Terra. A luta organizada pela Reforma Agrária foi o elemento que educou e construiu o sujeito social Sem Terra.

Com efeito, ao longo dos últimos anos, o MST não apenas tornou visível socialmente a sua identidade de sujeito coletivo capaz de criar direitos, como logrou angariar o reconhecimento de sua capacidade instituinte para o estabelecimento de novas práticas sociais e políticas (SOUSA JUNIOR, 2008, p. 21).

Esse processo pedagógico/militante de construção do sujeito Sem Terra é uma construção permanente a partir das vivências coletivas, dos processos de formação, da valorização dos saberes populares, da luta contra a opressão de classes e, mais recentemente, contra a opressão de raça, gênero e orientação sexual, construiu esse sujeito como um sujeito coletivo de direitos, o sujeito Sem Terra, que além de demandar a Reforma Agrária também demanda direitos humanos e sociais.

José Geraldo de Sousa Junior (2008), discorre sobre o papel que o MST passou a

Dentre os movimentos sociais, cuja presença criadora no espaço da política, lograram a constituição de novos direitos, mobilizados pela solidariedade dos direitos humanos – direito à moradia, direito de iniciativa legislativa, direito de audiência pública – o MST foi dos que mais realizou essa consciência participacionista, síntese do que a filósofa Hannah Arendt chamou de “consciência do direito de ter direito” (SOUSA JUNIOR, 2008 p. 21).

A luta pela terra norteia suas ações, mas à sua volta outras lutas sociais se fizeram necessárias para que seus militantes pudessem viver com dignidade na terra conquistada, fazendo com que o movimento, que se iniciou apenas tendo como objetivo a posse da terra, passasse a atuar na busca de diversos outros direitos sociais. O MST, no seu percurso de luta pela terra, desencadeou um processo de luta por dignidade (FLORES, 2009), colocando o sujeito sem terra, como sujeito social que busca direitos e emancipação.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais que são sistematicamente excluídos passaram a desencadear processos de luta contra essa exclusão, dentro desse percurso histórico, o MST passou a desencadear não só um processo de acesso à terra, mas um processo de luta por vida digna, acesso à educação, à moradia e, mais recentemente, luta pela igualdade de gênero, igualdade racial, respeito aos LGBTs, segurança alimentar e uma vida sem agrotóxicos.

O MST possui múltiplas formas organizativas para dar conta das diversas dimensões de lutas das quais o movimento faz frente, formando, nas palavras do movimento, uma organização social de massas. Fazendo com que um movimento social, que nasceu com uma bandeira específica, o acesso à terra, e com o lema “A Reforma Agrária é uma luta de todos”, seja atualmente um grande interlocutor da sociedade civil e dos movimentos sociais, tendo atualmente como bandeira a busca por diversos direitos sociais. O MST devido a essa construção de múltiplas frentes de luta, consegue construir um movimento que representa a luta de todos e todas e, assim, conquistar simpatia, apoio, e associação de outros movimentos e de uma parcela significativa da sociedade civil urbana, de intelectuais e de militantes do país e do exterior (CALDART, 2001).

O MST possui um setor de Direitos Humanos que ajuda a organizar as formações e demandas acerca da temática dentro do movimento, esse setor é muito atuante e o MST como movimento social já alguns recebeu prêmios e homenagens que reconhecem a centralidade da sua atuação na defesa dos direitos humanos. O último prêmio recebido foi o prêmio “Acampa – Por la Paz e Derecho a Refluxo, prêmio espanhol escolhido por júri popular na categoria internacional⁴.

⁴[MST recebe prêmio internacional de Direitos Humanos na Espanha - MST](#)

66

Assim, o MST se transformou em um dos maiores movimentos sociais do mundo, tanto em números quanto em legitimidade representativa. Com um processo de respeito aos saberes tradicionais e a partir da luta pelos direitos humanos na sua forma contra-hegemônica e pelos direitos sociais e coletivos, o MST constituiu um movimento social que rompeu as cercas do meio rural e se tornou um representante fundamental da sociedade civil organizada em defesa dos direitos humanos.

3.5 Reforma Agrária

A defesa da Reforma Agrária faz parte da defesa do acesso à terra, o princípio da Reforma Agrária tem como base a ideia de que todos e todas devem ter acesso à terra para garantir a sua subsistência e que essa terra deve ser dividida da forma mais igualitária possível, não possuindo dentro do território nacional grandes porções de terra com um só dono, os latifúndios, e uma parte substancial da população sem-terra.

Segundo José Eli Veiga (1981), a Reforma Agrária seria a modificação da estrutura agrária anterior de um país ou região, com o objetivo de uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, mudança do perfil fundiário feita pela estrutura governamental, não pelo mercado de terras ou desencadeada pelas crises econômicas. Essa ação visaria corrigir as disparidades da distribuição de terras existente entre a massa de trabalhadores rurais e um número muito reduzido de proprietários de terras. Sendo uma opção política e econômica feita pelos governos. A Reforma Agrária teria como um dos seus objetivos, além da divisão mais equitativa de terras, o favorecimento dos pequenos e médios agricultores, o que levaria à diminuição da massa de trabalhadores rurais ociosos, elevaria o salário médio na área rural, garantiria trabalho e subsistência a um número maior de famílias e como, efeito colateral, elevaria a renda média das famílias, promoveria segurança alimentar e ajudaria a garantir uma série de outros direitos sociais.

A Reforma Agrária, em todos os momentos em que foi proposta, movimentou forças políticas e econômicas, favoráveis e contrárias. De um lado, grandes latifundiários que usam as terras, ora para produção de commodities, ora para especulação imobiliária, elite política ligada a grandes latifúndios e partidos políticos de direita. Do outro lado, a massa trabalhadora rural sem-terra, pequenos e médios agricultores, políticos interessados em maior divisão de terras, parte da sociedade civil, sindicatos, parte da elite urbana, governantes, partidos políticos, governos estrangeiros. ONU e FAO (VEIGA 1981)

Para Veiga (1981), a Reforma Agrária se torna uma demanda emergente quando existe uma grande massa de trabalhadores rurais sem terra e uma concentração grande de terras na mão de poucos. Diante desse quadro, desde o Brasil Império, o país possui as condições materiais necessárias para a realização da Reforma Agrária- concentração grande de terras e uma grande massa de trabalhadores- mas as pressões sociais e políticas dos contrários à Reforma Agrária impedem sua concretização.

Caio Prado Júnior (1979), em sua busca por entender os processos e estruturas sociais, econômicas e políticas brasileiros, começa a analisar a questão agrária e se afasta da ideia de que o campo teria uma estrutura semifeudal, passando a conceber o camponês como um empregado assalariado e não como um servo e os latifundiários como donos dos meios de produção. Esse seu enquadramento das relações de trabalho no campo rompe com a ideia de que a burguesia industrial estaria em posição oposta aos latifundiários e equipara trabalhadores rurais a trabalhadores urbanos. Além disso, sua teoria reafirma que a concentração fundiária articulada com outros componentes econômicos levaria à miséria da população rural.

Diante desse enquadramento do camponês não como servo e sim como trabalhador rural, o primeiro objetivo da Reforma Agrária segundo Prado Júnior, deveria ser a melhoria das condições de trabalho e de vida do empregado rural, passando por aumento de salário, equiparação de direitos trabalhistas aos dos trabalhadores da cidade e melhoria nas condições de moradia e saneamento. A melhoria das condições econômicas e sociais do trabalhador rural seria o ponto fundamental, a divisão de terras também eram uma ação importante, mas secundária. Para o autor ela deveria começar com a divisão de terras já parceladas, depois passar para a diminuição do preço da terra, para que os trabalhadores pudessem comprar parte dela e pelo aumento de tributação da terra, que impediria que terras improdutivas fossem mantidas pelos proprietários (PRADO JÚNIOR, 1979).

A Reforma Agrária teria como efeitos benéficos, além da diminuição da concentração de renda e distribuição da posse da terra, a elevação dos padrões sociais e econômicos, maior distribuição de vagas de trabalho para trabalhadores rurais e aumento do salário médio desses trabalhadores. Esse efeito do aumento do salário médio no campo e maior distribuição de vagas de trabalho no campo tem também reflexo na cidade. O aumento das vagas e salário no campo diminuiria o contingente de trabalhadores do campo buscando emprego na cidade, assim essa falta de mão de obra barata vinda do campo faria com que a mão de obra da cidade

Não pode haver dúvidas que os baixos salários relativos e as precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e de outras atividades urbanas... se devem em boa parte ao potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 18).

Sueli Bellato (2003), aponta as razões legais, econômicas, culturais e sociais para a defesa da Reforma Agrária. A função social da propriedade, que fez parte da Constituição de 1946 e aparece na Constituição de 1988, é seria a base legal. Como razão econômica, a autora afirma que possuir grandes latifúndios pode garantir uma safra recorde de plantios em relação ao volume total, mas não uma quantidade recorde de produção em relação ao tamanho da terra plantada, países que possuem territórios menores conseguem produzir muito mais por metro quadrado com o uso de tecnologia. Além disso, não é economicamente inteligente plantar só um tipo de cultura, como a de soja, a plantação exclusiva de soja obriga que outros gêneros alimentícios necessários para a subsistência, como trigo e arroz, sejam importados de outros países o que não demonstra uma racionalidade econômica. Os grandes latifúndios, como base da divisão territorial brasileira, também não devolvem a Estados e municípios uma quantidade justa de impostos.

Razões sociais também advogam em defesa da Reforma Agrária, a melhor distribuição de terra promove uma sociedade mais justa, igualitária, livre, onde todos tenham empregos e os direitos trabalhistas sejam respeitados, que saúde e educação cheguem a todos. Razões culturais também são elencadas pela autora como fundamento para a realização da Reforma Agrária, onde o desenraizamento das pessoas do campo que são obrigadas a deixar a terra e viver em situações precárias nas cidades, desde a abolição da escravidão até os dias atuais, é um grave problema, tanto do ponto de vista cultural, quanto do social, a escolha entre o campo ou a cidade deve ser uma escolha e não uma expulsão do campo (BELLATO, 2002).

O campo representa uma das mais importantes bases culturais do modo de vida brasileiro, modo de vida que é expressão da cultura negra dos escravizados sequestrados do continente africano, dos sertanejos, que criaram uma amálgama entre a cultura europeia de diversas localidades, expressão da cultura indígena em todos os seus hábitos e respeito ao seu território. Sem Reforma Agrária, com a contínua expulsão do campo, se cria um ambiente de perdas culturais inestimáveis.

Razões ecológicas, de manejo sustentável e de segurança alimentar, também fazem com que seja necessário realizar uma grande Reforma Agrária. Grandes latifúndios são os principais responsáveis pelas devastações dos biomas brasileiros para dar lugar a plantações

de soja e criação de bovinos. Essa existência da monocultura também afeta a segurança

69

alimentar com uma oferta insuficiente de diversidade de alimentos a preços razoáveis. A luta por Reforma Agrária também apresenta razões raciais, de gênero e de classe, por ter como principais beneficiários de uma melhor divisão da terra mulheres e homens negros/negras e pobres.

As revoltas de Canudos e do Contestado, que foram processos de luta pela terra feita por sem-terras, posseiros, negros, pardos e pobres, foi colocada na historiografia como obra de pessoas desprovidas de intelecto, pauperizadas e enganadas por líderes messiânicos. Assim como todas as críticas que se fazem à luta dos indígenas pelos seus territórios e dos diversos povos que lutam pela terra em toda a América Latina, o MST, que luta pela Reforma Agrária, é também criminalizado e perseguido pelas instituições políticas e mídia desde sua criação. (PRESSBURGER). As razões para realizar a Reforma Agrária apontadas por Sueli Bellato e Caio Prado Júnior são mais que suficientes para fundamentar a melhor divisão de terras e demonstram que as críticas a Reforma Agrária são críticas feitas por latifundiários, poderosos da cidade e demais elites que tem medo de repartir a terra de forma justa, provendo o acesso de parte da população a produção de alimentos e a diversos direitos social.

3.5.1 Reforma Agrária Popular – a proposta atual do MST⁵

O MST passou, ao longo dos anos, a apresentar uma proposta de Reforma Agrária Popular, a partir do entendimento que a que Reforma Agrária proposta e de certa forma implementada por uma sucessão de governos no período pós 88 não é suficiente. Essa proposta de Reforma Agrária popular agrega alguns elementos da proposta tradicional e acrescenta outras demandas importantes para o MST. Dentro dessa nova proposta de Reforma Agrária Popular o MST apresentou no segundo semestre de 2020, um plano emergencial de Reforma Agrária Popular levando em conta não só o acesso à terra, mas as desigualdades sociais e a pandemia de covid-19.

A proposta de Reforma Agrária que era defendida pelo MST⁷ era baseada na defesa da função social da terra, de terra para quem nela trabalha, de defesa da terra para todas e todos como política de Estado, e alteração das relações de poder e fortalecimento da classe trabalhadora e dos camponeses. O processo de luta pela terra ao longo dos anos fez com que o MST buscasse novos objetivos em sua proposta de Reforma Agrária transformando-a em

[digna/](#)

[7O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? - MST](#)

70

Reforma Agrária Popular. O popular dessa proposta abarca alguns elementos, primeiro representa a ideia de uma proposta que surge do povo, dos camponeses e camponesas, e não só da lei e do uso do conceito de função social da terra, uma proposta construída pelos militantes do movimento. É também uma proposta popular porque representa preocupações referentes ao bem-estar da população, defesa de direitos, além de ser uma proposta de enfrentamento do capital, das grandes empresas que usam agrotóxicos e produzem sementes transgênicas, além de degradar o meio ambiente.

Essa proposta de Reforma Agrária é também popular porque faz uma defesa da alimentação saudável e do combate à degradação do meio ambiente não só para quem reside no campo, e sim para toda a população. A Reforma Agrária Popular também passa pela transformação da sociedade, com o combate ao patriarcado, ao racismo e à lgbtFOBIA. Onde a cultura política obtida através do debate e da organização do movimento gestaram essa proposta popular de Reforma Agrária.

Dentro desse plano o acesso à terra e a luta contra a fome e a insegurança alimentar são os dois elementos norteadores dessa proposta. O plano tem como objetivos, promover a criação de empregos, a produção de alimentos sem agrotóxicos, a garantia de renda das trabalhadoras e trabalhadores e de condições de vida digna para todas as famílias do país.

O plano emergencial de Reforma Agrária Popular é organizado em eixos temáticos. O plano tem como meta que as famílias que se encontram acampadas na área rural sejam assentadas e que os latifúndios improdutivos sejam desapropriados, além da destinação de terras públicas devolutas para novos assentamentos. Demanda que as famílias da cidade que, se encontram sem emprego e recursos tenham seus direitos sociais de moradia, trabalho, saúde, habitação garantidos, assim como os das famílias dos assentados. As reintegrações de posse e despejos devem ser suspensos durante a pandemia, e que se preserve e legalize áreas quilombolas, territórios indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhas. Demanda também uma ação mais efetiva dos governos para a expulsão de grileiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros que invadam esses territórios. Mostrando o compromisso do MST com os povos carentes das cidades e povos indígenas, quilombolas e tradicionais em defesa dos direitos sociais de todos.

O plano emergencial de Reforma Agrária Popular também se baseia na produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, com a ampliação do PAA, programa federal que fomenta a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar destinado a pessoas que

financiamento de maquinário agrícola, linha de crédito bancário para agroindústrias

71

cooperativas, implementação do Plano Nacional de Agroecologia, fomento de hortas urbanas., além da suspensão de isenções fiscais e subsídios de empresas que façam uso de agrotóxicos e a aplicação desses recursos na Reforma Agrária.

4 ESTAMOS TODAS DESPERTAS!

“As mulheres assumindo o comando
 Estamos todos os dias transformando
 Estamos nos colocando como sujeitos da luta
 Protagonistas
 Revolucionárias
 Estamos levantando umas às outras
 Estamos nos fortalecendo.
 Estamos rompendo as correntes patriarcais
 Onde o machismo não vinga mais.
 Em nossas veias pulsa o sangue da rebeldia.
 Nós somos de luta, nós somos diversas, nós seremos o que quisermos ser, da forma única e linda que
 encontramos de ser mulher.
 Não recuaremos, resistiremos.
 Nós mulheres, por essência, somos lutadoras!”
 Talia Machado.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, surgiu na Europa e nos Estados Unidos um movimento organizado de mulheres que pleiteavam o direito ao voto, denominado movimento sufragista. O movimento sufragista é considerado o marco inicial do movimento feminista (PINTO, 2003). Porém, articulações de mulheres para demandar direitos já existiram em outros períodos da história, a exemplo da Revolução Francesa, em 1789, e da Revolução Russa, em 1917, momentos em que as mulheres já demandavam direitos políticos e sociais de forma organizada, tendo inclusive obtido algumas conquistas, principalmente após a Revolução Russa (GOLDMAN, 2014).

O movimento feminista é um movimento social emancipatório surgido das lutas sociais das mulheres. As ações individuais de lutas das mulheres podem ser caracterizadas como ações feministas, mas o que caracteriza o movimento feminista é a tomada de consciência das mulheres enquanto sujeito coletivo.

Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2015 p13).

O feminismo é ao mesmo tempo um movimento social, uma tomada de consciência coletiva, epistemológica, corrente política, práxis emancipatória e ação questionadora dos processos históricos e sociais que levaram à atual estrutura patriarcal. O feminismo atua enquanto elemento questionador das contradições da sociedade patriarcal, promotor da busca

por direitos sociais e crítica da estrutura social que sustenta a desigualdade entre homens e

73

mulheres. O movimento feminista busca mudanças na estrutura social e política, para garantir igualdade nas relações entre homens e mulheres.

Carole Pateman (1993, p. 21), em sua pesquisa fundamenta que os teóricos do contrato social e demais “[...] teóricos clássicos argumentam que as mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos indivíduos”. Diante dessa visão, de que mulheres não eram consideradas indivíduos ou sujeitos de direito como os homens, os teóricos, ao formularem a teoria do Contrato Social, que seria a base da formação do Estado e da sociedade civil, deliberadamente retiraram metade da sociedade – as mulheres – da esfera pública.

Para os contratualistas, o ingresso na sociedade, deixando o estado de natureza, é feito pelos homens mediante o Contrato Social. Nesse contexto, as mulheres que não eram vistas como sujeito de direito e, portanto, não poderiam sair do estado de natureza e ingressar na sociedade, seriam relegadas à esfera privada e à autoridade dos sujeitos de direito – pais e maridos – sendo assim instituído ao mesmo tempo que o contrato social, o contrato sexual, colocando as mulheres sob o jugo da sociedade patriarcal e dos homens (PATEMAN, 1993). O movimento feminista busca ao mesmo tempo enfrentar o patriarcado e as restrições impostas pelo contrato sexual, ao afirmar “que o pessoal é público” e promover a saída da esfera privada e do jugo dos homens, ingressando na esfera pública como cidadãs detentoras de direitos.

Junto ao conceito de contrato sexual e feminismo, se faz necessário acionar os conceitos de gênero e patriarcado para que os mecanismos da dominação masculina sobre as mulheres sejam totalmente revelados. Rubin Gayle (1975), formulou o conceito de gênero, a partir de seus estudos antropológicos, diferenciando sexo biológico, que seria um elemento da natureza, de gênero, uma construção social e elemento próprio da cultura.

Suas análises pela via do parentesco se baseavam na pergunta sobre quais elementos sociais levariam à conversão de uma fêmea em uma mulher, chegando à conclusão de que o sexo biológico foi modelado pela cultura, a sociedade e a política, resultando no gênero. Essa interpretação de gênero como fruto da aplicação dos elementos históricos, sociais e culturais ordenando as relações, homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher, que podem envolver ou não hierarquia, se tornou uma interpretação corrente não só na antropologia, mas em todas as áreas de estudo que analisam as repercussões sociais do sexo que o transformam em gênero (PISCITELLI, 1998).

Heleieth Saffioti (2004), afirma que só o conceito de gênero não é suficiente para

necessariamente, apresenta uma hierarquia ou opressão de um pelo outro, e sim uma expressão

74

social e cultural que modificou as diferenças biológicas. Assim, com a constatação que existe um grau de dominação dos homens sobre as mulheres, o conceito de patriarcado se faz necessário para compreender a opressão do homem sobre a mulher, se o conceito de gênero não necessariamente representa uma hierarquia, o conceito de patriarcado sim, e, para a autora, deixar de lado a existência do patriarcado em uma teoria é invisibilizar a existência dessa dominação. O patriarcado é o controle das mulheres, da reprodução da vida e de tudo que deriva dela, regendo a economia, o mundo do trabalho, a religião, a política e as demais estruturas sociais. Deslocando a ideia de que os problemas das mulheres são problemas particulares e individuais e sim problemas estruturais criados pelo patriarcado (GARCIA, 2015).

4.1 Feminismo no Brasil

No Brasil, a primeira fase do feminismo se concentrou na luta por direitos políticos, assim como ocorreu no movimento sufragista norte-americano e europeu, com a tentativa de instituição do voto feminino e da candidatura de mulheres para cargos eletivos. A grande ativista desse período foi Berta Lutz, que iniciou sua militância em 1920, concentrada nos espaços institucionais e focada no direito ao voto, ela não se aprofundando na crítica às relações de gênero e na posição do homem dentro da sociedade (PINTO, 2003).

Havia também nesse período grupos de mulheres anarquistas, comunistas ligadas ao PCB e outros grupos de mulheres organizados de forma difusa e composto por professoras, personalidades públicas, escritoras e jornalistas, que, ao contrário do grupo de Berta Lutz, expandiam suas preocupações para além dos direitos políticos e questionavam as relações de poder, o direito à educação para as mulheres e defendiam diversos direitos sociais. Esses grupos de mulheres, principalmente as anarquistas e comunistas, não reconheciam a dinâmica das desigualdades de gênero de forma apartada da desigualdade de classe e defendiam maior abertura para que mulheres fizessem parte dos espaços de discussão e do processo revolucionário, além de fazer críticas mais contundentes à divisão do trabalho e à opressão de gênero e raça, que as feministas que defendiam o direito ao voto (PINTO, 2003).

A década de 1960 e 1970, na Europa e nos EUA, gerou uma segunda onda feminista, com a implantação do Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial, junto a efervescência cultural, a contestação dos costumes, a oposição à Guerra do Vietnã nos EUA e o processo de decepção com os rumos que os países socialistas estavam tomando na Europa. Contestação e reformulação dos papéis sociais criaram uma grande onda política e social que

atingiu as mulheres. Nesse contexto, a Primavera de 1968, o livro de Simone de Beauvoir, O

75

Segundo Sexo, que apresentou o aporte teórico para as discussões e a queima de sutiãs promovida nos EUA por Betty Friedan, são importantes elementos para representar a segunda onda do feminismo (PINTO, 2003).

No Brasil, o cenário era muito diferente, com o Golpe Militar de 1964 e o endurecimento do regime em 1968, com o Ato Institucional número 5 (AI-5), aumentaram as perseguições, as prisões e as mortes dos opositores do regime e o espaço de debate ficou muito restrito. Não só o debate político ficou vetado, o debate de costumes, a emancipação da mulher e outras temáticas sociais e progressistas foram sufocadas. (PINTO, 2003)

Mesmo nesse ambiente pouco permeável ao debate, ainda existia durante a ditadura alguma forma de debate, primeiro nas periferias e entre grupos ligados à Igreja Católica, na forma de associações de mulheres. Esses grupos de mulheres lutavam contra a pobreza e a carestia, mas não debatiam o feminismo enquanto movimento. Mulheres de classe média e alta que haviam morado fora e tiveram contato com os debates feministas no exterior procuravam fazer grupos privados de discussão. Havia também uma articulação entre as mulheres exiladas que discutiam a questão feminista junto à anistia. Mesmo com a campanha da anistia promovida junto aos grupos privados de debate de temáticas feministas, os grupos de debate feministas eram vistos com desconfiança, tanto pela estrutura conservadora do país, quanto pelos grupos de esquerda que não queriam se afastar da pauta focada em derrotar a ditadura e promover a anistia (PINTO, 2003).

Para Céli Pinto (2003), o ano de 1975 foi um ano fundamental para o feminismo brasileiro, podendo ser considerado o momento inaugural do feminismo como o conhecemos, antes o movimento era restrito a pequenos grupos privados e as mulheres que participavam eram em sua maioria intelectuais e acadêmicas. Com a subida ao poder de Geisel e a promessa de uma transição lenta e gradual do regime, abriu-se um pequeno espaço para os debates sociais. Em 1975, a ONU decretou o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher com a realização de uma Conferência no México. Essa nova agenda da ONU mudou o status da questão feminista. Eventos sobre o feminismo começaram a ser organizados no Brasil ao longo do ano.

Foi realizado em 1975, no Rio de Janeiro, o evento "O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira, foi inaugurado também o Centro de Desenvolvimento da Mulher, que teve um importante papel ao longo da década de 1970 e foi um marco da institucionalização do feminismo. Feministas liberais, radicais, marxistas, sindicalistas e do

da década de 1970 aconteceu na reunião da Sociedade Brasileira Pelo Progresso da Ciência

76

(SBPE), que ocorreu em Belo Horizonte e foi patrocinado por acadêmicas de São Paulo. Com falas contrárias à ditadura, em favor da anistia e colocando a pedra fundamental para futuros encontros de mulheres pesquisadoras, o SBPE apresentou 2 mesas que discutiam o feminismo (PINTO, 2003).

A campanha pelas Diretas Já foi um importante momento de articulação das mulheres, em seguida a Constituinte de 1988 trouxe uma consistente atuação do movimento feminista brasileiro. A legislatura de 1986-1990, que trabalhou como constituinte elegeu apenas 26 mulheres (5,7% do número total de parlamentares), com o norte e nordeste com a maior participação. A grande maioria das parlamentares vinham de famílias ligadas à política ou de carreiras próprias, mas que não tinham ligações institucionais com o movimento feminista, parte dessas parlamentares era inclusive conservadora. Mesmo assim, esse cenário pouco permeável para as demandas feministas e uma forte articulação do movimento feminista, das organizações de mulheres e das parlamentares se formou (PINTO, 2003).

[...] as mulheres eleitas deputadas tiveram uma trajetória surpreendente: superando as suas diversas extrações partidárias, se autodenominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre o direito das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. É possível apontar três razões para essa tomada de decisão das deputadas: a primeira é a presença de três emendas populares promovidas por movimentos de mulheres, que propunham o alargamento dos direitos das mulheres; a segunda, a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época dirigido pela socióloga Jaqueline Pitanguá, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação constante junto aos constituintes e, principalmente, as deputadas constituintes, no sentido de incorporar a nova Carta pontos fundamentais dos direitos da mulher, pelos quais o movimento feminista lutava havia algum tempo no Brasil (PINTO, 2003 p 74).

Segundo Céli Pinto (2003), a “Carta das mulheres” apresentada pelo CNDM (Centro Nacional Das Mulheres) e elaborada por diversos movimentos de mulheres foi um dos documentos mais abrangentes do feminismo contemporâneo. Apresentava em sua primeira parte, demandas de justiça social, pedia a criação do SUS, autonomia sindical, ensino público gratuito para todos os níveis educacionais, renegociação da dívida externa, reforma tributária e Reforma Agrária. Na sua segunda parte entrava em uma agenda mais específica das mulheres, demandando acesso à saúde da mulher, igualdade conjugal, propostas contra a violência doméstica, redefinição do conceito de estupro e criação de delegacias da mulher. E, por fim, o direito de decidir sobre o próprio corpo por meio do aborto legal. Essa última parte da carta foi retirada na redação final por medo de que, em uma disputa com os conservadores,

A sociedade civil teve uma forte atuação na proposição de emendas populares. Essas emendas deveriam possuir pelo menos 30 mil assinaturas. Algumas emendas apresentadas – foram 122 no total – diziam respeito aos direitos da mulher. A emenda promovida pela Federação das Associações de Bairro de Salvador, Associação de Moradores de Plataforma e Associação de Mulheres de Cosme Farias apresentou uma proposta de aposentadoria de donas-de-casa, alegando que o trabalho doméstico também constitui uma atividade laboral e recebeu 132.528 assinaturas, demonstrando um grande engajamento e interesse das camadas mais pobres, principalmente das mulheres, pela constituinte (PINTO, 2003).

Outras duas importantes emendas sobre direito das mulheres foram apresentadas, a primeira, da Rede Mulher de São Paulo, Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso e SOS Corpo de Pernambuco, tinha como temática principal o uso da denominação homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras no texto constitucional, igualdade da situação conjugal, planejamento familiar e saúde da mulher, assistência à mulher vítima de violência, defesa de grupos ou indivíduos que sofreram violência e discriminação e, por fim, o direito à posse e à propriedade de terras para as mulheres. Essas propostas foram efetivamente incorporadas ao texto constitucional. A terceira emenda popular defendia a legalização do aborto, proposta pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, União de Mulheres de São Paulo e Grupo de Saúde Nós Mulheres, com 3.338 assinaturas. Essa emenda foi a única emenda popular apresentada pelas mulheres que não foi incorporada ao texto constitucional (PINTO, 2003).

As demandas das feministas à Assembleia Constituinte foram ousadas, não só do ponto de vista dos direitos da mulher, mas dos direitos sociais e ampliação da cidadania e da justiça social. O movimento feminista acompanhou o processo de perto e teve quase a totalidade de suas demandas incorporadas à Constituição de 88. Demonstrando que a reconstrução da agenda feminista, que começou ainda na ditadura e se fortificou na redemocratização, o desejo da sociedade da época em ampliar os direitos sociais e a atuação das feministas enquanto grupo de pressão durante a constituinte foram fundamentais, não só em relação às conquistas e ampliação dos direitos da mulher como também para o debate e ação em relação a políticas públicas e justiça social (PINTO, 2003).

Na década de 1990 o feminismo se tornou mais difuso, com a temática da violência contra a mulher e assuntos ligados à saúde da mulher como pautas principais. Delegacias especializadas em atendimento a violência contra a mulher e a lei Maria da Penha foram as

as militantes passaram a buscar espaço dentro da esfera pública, nos conselhos, secretarias e

78

ministérios, criando uma especialização do movimento. ONGs e serviços profissionais também passaram a representar parte substancial da atuação dos movimentos feministas, representado também a especialização do movimento. O feminismo acadêmico também foi fortalecido com a criação de diversos núcleos de estudos sobre a mulher, sobre gênero e temáticas afins (PINTO, 2003).

O feminismo após os anos 2000 continua seguindo a tendência de ser bastante difuso e ter uma atuação institucional forte. Porém, vem encontrando em outras lutas sociais uma base importante de interlocução, desde a teoria até as suas práticas. A aproximação do feminismo com o movimento negro e o entendimento de que a luta das mulheres se relaciona com fatores como raça e classe, fato já observado pelas feministas marxistas e anarquistas ainda no começo do século XX, vem desenhando uma nova estrutura para o feminismo.

Se o feminismo, em todas as suas correntes de pensamento, questiona a sociedade patriarcal e busca a igualdade entre mulheres e homens, suas diversas correntes teóricas, políticas e de práxis – feminismo negro, descolonial, radical, liberal, interseccional, marxista – adicionam outros elementos de questionamento das estruturas sociais. Poderíamos de certo modo falar em feminismos, dentro do movimento feminista, ou até mesmo falar em vários movimentos feministas, com práxis, epistemes e planos de ação diferentes e até opostos.

Crenshaw (2004), apresenta um novo elemento para interpretar as questões de identidade, feminismo, negritude e classe que atravessam as diversas experiências de ser uma mulher negra, a interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade, diante das contradições e ausências teóricas presentes na formulação do feminismo é criado para dar conta de articular elementos como gênero, raça, orientação sexual, classe, dentre outros. Para ela mulheres negras apresentariam uma dupla identidade fundante, raça e gênero, que se apresentariam de forma conjunta, sendo indissociáveis, tanto na luta política, quanto para a análise sociológica.

A interseccionalidade é, além de uma intersecção de elementos de identidade, uma intersecção de elementos e mecanismo de pesquisa e de luta. Para se entender as questões colocadas pelo gênero é necessária uma análise conjunta de raça e classe, para que exclusões sociais, posições políticas e papéis desempenhados dentro da sociedade sejam refeitos. A interseccionalidade como elemento de análise teórica começou a ser usada não só pelo feminismo negro e adentrou outras teorias/correntes feministas, como instrumental para se aprofundar o entendimento das identidades sociais e das exclusões que se entrelaçam. O

teórico e força motriz e abarca cada vez mais mulheres que antes se encontravam fora do movimento.

O feminismo que até a década de 1990 possuía uma presença maior de mulheres brancas, com ensino superior e de classes média e alta, passou a debater essa composição e a procurar modificá-la. Mulheres que pertenciam a outras camadas da sociedade, periféricas, faveladas, líderes comunitárias, indígenas, ciganas e negras e pardas passaram a adentrar os movimentos feministas e questionar suas bases políticas e teóricas. Mulheres do campo e que lutam para ter a primeira pessoa com curso superior na família, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, mulheres latino-americanas e africanas que buscam romper com as bases coloniais e basear seus pensamentos nos saberes do sul, passaram a ter contato com o pensamento feminista e a agir em suas comunidades a partir dele.

Essas mulheres não buscavam reproduzir um feminismo branco, liberal e de classe alta e sim formular o seu próprio feminismo, se baseando em sua visão de mundo, vivências e atuação. O feminismo passou a debater assuntos e pontos de vistas antes negligenciados e a ganhar uma grande bagagem teórica de grupos até então invisibilizados. O feminismo mudou, se expandiu e ganhou força e vitalidade com mulheres que ainda tem muito a dizer e a fazer.

4.2 Feminismo camponês popular

O feminismo camponês popular como corrente de pensamento feminista e modo de reinterpretar o mundo e as dinâmicas sociais é recente e foi construído pelo acúmulo de diversas epistememas, movimentos sociais, práxis políticas e sociais, correntes sociológicas, interpretações de categorias sociais, vivência das pesquisadoras e, principalmente, da práxis militante das mulheres do campo. Por ser uma formulação teórica recente ainda aparece em poucas pesquisas e trabalhos acadêmicos, sendo referências os trabalhos de Ísis Táboas, (2014; 2020) e Iridiani Seibert, (2019) e Rosângela Piovezani Cordeiro (2021)

O feminismo camponês popular surge no Brasil com formulação teórica e possibilidade de criação de uma corrente feminista dentro do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). O MMC nessa ocasião fazia parte de um esforço internacional de grupos de mulheres latino-americanas camponesas, de comunidades tradicionais, negras e indígenas. Segundo Iridiani Seibert⁸ (2019), a Campanha de 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular de 1989 originou a formação da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do

°Iridiani Seibert é formada em engenharia agroecológica, agronomia e mestre em Estudos Comparados sobre as Américas, atua como dirigente do MMC.

80

Campo (CLOC) -Via campesina, uma organização camponesa a nível continental, onde a autonomia e a luta do campo eram as bandeiras principais, junto ao combate da ideologia neoliberal que dominava parte dos países latino-americanos à época, com seus dirigentes políticos buscando restringir direitos sociais adquiridos e impedir novos direitos de emergirem.

A CLOC-Via campesina realizou em Lima, Peru no ano de 1994, o I Congresso Continental. As mulheres presentes perceberam que elas tinham uma grande participação na resistência camponesa e no trabalho diário do campo, mas uma representação política pequena nas instâncias de decisão. A partir dessa percepção as mulheres camponesas de toda a América latina passaram a buscar conquistar espaços de debate e decisão políticos e “[...] para isso, elas consideravam fundamental fortalecer e ampliar nos países a criação de movimentos autônomos de mulheres de caráter nacional” (SEIBERT, 2019, p. 47).

O feminismo liberal, que era formado majoritariamente por mulheres brancas, de classe média e alta e que se focava mais em direitos individuais e não em direitos sociais coletivos, era a face do movimento feminista com maior voz no debate público e acabava abafando outras correntes feministas, como o feminismo radical, o feminismo marxista e o feminismo negro. Essas outras correntes feministas procuravam se afastar dessa percepção restrita do feminismo liberal que via a vivência da mulher branca classe média e alta como universal, invisibilizando a vivência das mulheres pobres, negras, de trabalhos pouco remunerados, indígenas, imigrantes e fora do eixo Estados Unidos – Europa. Essas mulheres que não eram feministas liberais tinham outro entendimento da opressão, da dinâmica social e das forças políticas e, em sua maioria, acreditavam que classe e raça não deveriam ser apartadas do debate de gênero. Uma mulher seria oprimida a partir do seu gênero, da sua classe e da sua raça e não só por um desses elementos (SEIBERT, 2019).

A ocupação do debate sobre a condição da mulher e sobre o patriarcado pelo feminismo liberal, inclusive dentro dos órgãos internacionais, a concentração do debate nas pautas políticas e não nas pautas sociais e uma discussão concentrada nos espaços urbanos e feita por mulheres de classe média e alta com escolaridade também alta, afastou outros segmentos de mulheres do movimento feminista e tirou visibilidade de correntes com ideias opostas ou diferentes do feminismo liberal. (SEIBERT, 2019).

As articulações feitas pelas mulheres camponesas latino-americanas tinham como um dos objetivos combater a ideia de que o feminismo e o debate sobre a condição da mulher

crítica das mulheres camponesas latino-americanas, quando tratava apenas do gênero, sem a

81

classe, a raça e a etnia, que não são fatores primordiais na formação da teoria do feminismo liberal, deixava de lado elementos muito importantes da estrutura política e econômica dos países. Segundo o entendimento dessas mulheres, o feminismo hegemônico focado apenas no gênero e que tinha como princípio obter a igualdade formal entre homens e mulheres apenas dentro da estrutura liberal, deixando de lado clivagens e desigualdades de raça, etnia, orientação sexual dentre outras, não seria suficiente para restaurar a igualdade de condições entre mulheres e homens (SEIBERT, 2019; TÁBOAS, 2014).

Dentro desses processos de lutas emancipatórias e de questionamento das diversas explorações sofridas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal, racista e ainda profundamente colonial, o feminismo liberal não era visto como o modelo ideal de luta das mulheres. O feminismo liberal, por sua defesa do modelo capitalista, mais especificamente, do modelo neoliberal em países do sul global, das liberdades individuais em detrimento das liberdades coletivas e, por deixar em segundo plano questões como raça, etnia, mulheres que se encontram fora da Europa e dos EUA, levaram muitas mulheres a adotarem outros horizontes teóricos, sem deixar de lado as formulações feministas. Resolver só o gênero e não a raça, por exemplo, não seria o suficiente para alcançar a igualdade entre homens e mulheres. O feminismo liberal hegemônico na busca por interlocução com as instituições políticas e o fomento de políticas públicas apenas alguns perfis de mulher não se opõe politicamente às políticas neoliberais, às restrições de direitos sociais que não se referiam diretamente às mulheres e à estrutura opressora que continuava a excluir homens negros, indígenas e outras minorias étnicas, pessoas de orientação sexual diversa, dentre outras desigualdades.

Mulheres trabalhadoras de escolaridade mais baixa, fora das grandes cidades, fora dos meios acadêmicos, negras, pardas, indígenas, que possuem pautas que não se focam no comportamento individual e sim em mudanças políticas e sociais mais profundas se encontram afastadas do movimento feminista predominante. As mulheres do campo se encontram nesse cenário de afastamento do feminismo liberal e hegemônico. As mulheres do campo não têm como foco principal ingressar em altos cargos de comando e chefia nas grandes empresas, serem professoras universitárias, discutir relacionamentos mais livres e uma sexualidade focada na mulher, temáticas emergentes no feminismo de terceira onda. Não que elas não desejassem discutir também esses elementos, mas suas demandas e debates mais urgentes eram outros.

Essas mulheres passaram a considerar o feminismo camponês popular, o feminismo de

feminismo emergentes como caminhos viáveis de luta. O feminismo camponês popular tem

82

origem em diversos questionamentos do papel de gênero feito pelas mulheres do campo e procura pensar os processos estruturais dialógicos de dominação e opressão a partir do gênero e do conceito de patriarcado, não deixando de lado sua intersecção de raça e classe. O patriarcado, o capitalismo e o colonialismo seriam elementos que apareceriam como articulados para fazer com que as mulheres camponesas tenham sua condição subalternizada de todas as formas possíveis. Características pessoais como ser mulher, negra, latina e pobre agiriam conjuntamente, política e socialmente, para relegar um estrato substancial da população a uma condição de afastamento dos direitos, afastamento da condição de cidadã, de alvo de políticas públicas, de recebedora de um salário capaz de prover o seu sustento e de portadora de dignidade no sentido proposto por Herrera Flores (2009).

A partir da leitura do cenário mundial e da posição da mulher camponesa feita no I Congresso da CLOC-Via campesina, as mulheres passaram a atuar em duas frentes, o MMC e a ANMTR. As mulheres do campo decidiram construir no Brasil o ANMTR (Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais), procurando fortalecer a luta das mulheres camponesas a nível nacional e continental. Foi realizado em Jundiaí-SP o primeiro encontro da ANMTR, no ano de 1995. O lema do encontro era “Mulher trabalhadora rural amante da igualdade, é preciso ter força, garra. Sempre!”. Nesse espaço as mulheres debateram, elaboraram e produziram entendimentos a partir da discussão de gênero e classe no campo (SEIBERT, 2019).

Assim, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a partir da necessidade de articular luta de classes, luta contra o patriarcado, luta contra o racismo e contra outras formas de opressão trouxe a necessidade de incorporar as discussões de gênero dentro da luta camponesa para enfrentar dentro e fora do campo, a exploração das mulheres e demandar ampliação de direitos, levando em conta as características interseccionais das mulheres do campo. Surgiu, então, no MMC, o conceito de um feminismo camponês popular. (SEIBERT, 2019).

O acúmulo das lutas e conquistas históricas obtidas através da organização coletiva, faz as camponesas entrarem no novo milênio, com um desafio posto de aprofundar e fortalecer sua organização política e sua autonomia. E esse passo se concretiza na construção de um movimento autônomo das mulheres camponesas de caráter nacional. Esta ação se assenta na consciência que as camponesas acumularam em sua trajetória de que sua libertação dependerá delas próprias e que para isso sua autonomia é fundamental (SEIBERT, 2019, p. 107).

O feminismo camponês popular é um movimento articulado internacionalmente, principalmente na América Latina, pela CLOC-Via Campesina, pelo MMC, pelo MST e outros movimentos camponeses. Formulado e promovido por mulheres camponesas de baixo

para cima, sob uma visão descolonial, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal.

83

Ísis Táboas (2014) aponta algumas das demandas e bandeiras do feminismo camponês popular:

As coordenadoras do MMC indicam a construção do Feminismo Camponês Popular, cujas principais bandeiras de luta apresentadas foram: a) reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres camponesas, atividade essencial para a subsistência da família e para a manutenção da agricultura familiar; b) promoção da autonomia econômica, tendo em vista que o empoderamento das mulheres camponesas passa, muitas vezes, pela independência financeira; c) reconhecimento institucional das mulheres camponesas como sujeito da política agrária perante o estado, acesso à documentação pessoal; d) valorização da identidade das camponesas, fortalecimento da cultura, reconhecimento das formas particulares de conceber a dignidade humana e seus direitos humanos; e) libertação do machismo, compreendendo que as raízes patriarcais estão apegadas às tradições populares do campo (TÁBOAS, 2014, p. 99-100).

As demandas do feminismo camponês popular demanda a valorização do trabalho da mulher no campo, entendendo que plantar e colher é uma atividade essencial para a manutenção da vida e foram formuladas pelas próprias camponesas. Demanda também a promoção da autonomia financeira das mulheres, com a defesa do acesso aos benefícios e programas sociais, benefícios previdenciários, licença maternidade, financiamentos para compra de maquinário e sementes, e a posse de suas terras.

O feminismo camponês popular também demandam valorização dos saberes populares, o combate ao machismo, ao racismo e a lgbtfofia, a superação do capitalismo e das políticas neoliberais, respeito a diversidade, combate à violência doméstica e valorização da vida no campo. Defende a agroecologia, do reflorestamento, das sementes crioulas, da produção de alimentos livre de agrotóxicos e promove a defesa dos pequenos e médios produtores e o fim do latifúndio.

Rosângela Piovezani Cordeiro (2021) pesquisadora, mulher camponesa, militante do MMC, desenvolve pesquisa acerca da luta pelo direito previdenciário das mulheres do campo como requisito de conclusão do curso de direito da Universidade Federal de Goiás na turma organizada a partir do PRONERA, que contempla assentadas e assentados da Reforma Agrária. Sua análise trata da trajetória de conquista da aposentadoria rural pelas mulheres camponesas, que começa na constituinte de 1988, onde as organizações e movimentos sociais do campo demandaram junto aos parlamentares o direito à aposentadoria rural, e que as mulheres do campo fossem reconhecidas enquanto trabalhadoras. O direito a pensões e licença maternidade também foram demandas apresentadas.

A luta por direitos previdenciários encampada pelas mulheres camponesas demonstra que o direito à aposentadoria não deve ser apenas um direito que existe só papel, ele deve ser implementado e efetivado e essa efetivação do direito previdenciário é também um processo social emancipatório. A luta coletiva por direitos sociais fortalece a própria coletividade e a ação dos sujeitos sociais e movimentos sociais. É no trabalho para obtenção de direitos e na luta pela efetivação dos direitos conquistados que as mulheres camponesas e demais grupos sociais de sujeitos coletivos encontram o mecanismo não só de ação e demanda de direitos, mas a sua própria substância emancipatória. Perceber-se enquanto cidadão e ter no dia a dia sua luta coletiva efetivada levam os sujeitos coletivos a entenderem não só que sua luta vale a pena, mas que é através dessa luta coletiva que suas conquistas são realizadas.

Para Rosangela (2021), a luta pela aposentadoria rural não terminou após promulgada a Constituição de 88, sua efetiva implementação e as articulações para que ela não fosse restringida em sucessivas reformas previdenciárias se deu ao longo dos anos, com a intensa mobilização dos movimentos camponeses, dentre eles o MMC. Segundo a autora, o processo de luta por direitos dos setores socialmente excluídos por direitos e emancipação é permanente, demonstrando que só a legislação não é garantia suficiente de obtenção de um direito e as lutas e disputas sociais pela implementação das políticas públicas são necessárias e urgentes.

A aposentadoria rural conquistada pelas mulheres camponesas não se restringe ao ganho monetário, ela desencadeia diversos processos de emancipação dessas mulheres. A partir da obtenção dessa renda, as mulheres passaram a ter maior participação no orçamento doméstico e assim passaram a contribuir com as decisões da destinação desse orçamento. Essas mulheres passaram a usar a renda obtida para a compra de necessidades básicas de manutenção da casa, compra de material escolar, vestuário para si e demais membros da casa, reformas nas suas casas e compra de eletrodomésticos que facilitam bastante o trabalho do dia a dia dessas mulheres. Ter um orçamento próprio também ajudou no enfrentamento da violência doméstica, que vitimiza muitas mulheres. A possibilidade de emancipação pessoal

de ter uma renda própria promove também a emancipação das mulheres enquanto

85

comunidade, essas mulheres passaram a buscar coletivamente suas conquistas, além de debater suas lutas e suas vivências. (CORDEIRO, 2021)

O Direito Achado na Rua "uma concepção de Direito que emerge, transformadora dos espaços públicos - a rua - onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática " (SOUSA JUNIOR, 2021 p. 56) é uma perspectiva de análise não só dos elementos constitutivos do direito, mas do processo histórico e social e da ação dos movimentos sociais. Não sendo só uma abordagem crítica do direito, mas uma abordagem dialógica dos processos sociais. Os processos jurídicos que ocorrem no interior do Estado são parte das relações sociais, mas não o todo, e é fundamental que se pense os processos jurídicos junto às questões sociais. O processo dialógico de perspectiva crítica, como promove o ODAR, insere uma dinâmica histórica e social relacionando sob uma ótica marxista as dinâmicas de relações de produção e reprodução da vida, onde a esfera jurídica é apenas uma parte da realidade social e se encontra articulada com as dimensões econômicas, sociais, políticas dentre outras. (CORDEIRO, 2021)

A luta social pela previdência assim como diversas outras lutas por direitos " não é apenas uma luta pelo direito, ela não constrói apenas o direito como norma e lei e nem apenas relações sociais de direito, mas também relações sociais de cidadania, de soberania, de democracia, de melhores condições de participação política democrática para a superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo"(Cordeiro, 2021 p. 74)

Ainda de acordo com Cordeiro (2021), as relações sociais e políticas se constituem umas às outras e estruturam não só outras relações sociais, bem como as desigualdades estruturais, que são políticas e econômicas e que impedem que determinados sujeitos coletivos, classes sociais e grupos excluídos vivenciam uma cidadania plena. A criação, modificação ou revogação de uma lei não surgem apenas da técnica, mas no interior das relações sociais e do Estado e são geralmente tuteladas por grupos e classes sociais que possuem maior poder político, econômico e social. Assim a luta emancipatória deve orientar suas demandas e conquistas nas estruturas jurídicas, sociais e políticas concomitantemente. Os direitos para se tornarem efetivos devem vir acompanhados de políticas sociais, onde o Estado

não deveria apenas aprovar a lei e sim garantir seu cumprimento por todos os meios necessários. (Cordeiro, 2021)

Em artigo de Rosângela Cordeiro e Iridiani Seibert (2021) sobre o feminismo camponês popular, as autoras afirmam que:

A luta feminista das mulheres camponesas, como apresentado ao longo do artigo, está vinculada a luta por seus direitos, mas elas também sempre estiveram e estão inseridas na luta pelos direitos do campesinato para garantir melhores condições de vida e de dignidade para toda a população do campo, das águas e das florestas. Assim como, também se unem e fortalecem todas as lutas em prol da conquista de direitos para as mulheres trabalhadoras urbanas, que como elas enfrentam as desigualdades de gênero e de discriminação étnico/racial e somam nas fileiras das lutas pelos direitos do conjunto da classe trabalhadora, pela Democracia e por Soberania Nacional dos povos e por um projeto popular de país. (CORDEIRO; SEIBERT, 2021, p.329).

Assim, a partir do entendimento de que a condição da mulher na sociedade não é um fenômeno individual e sim um fenômeno coletivo, as mulheres camponesas afiliadas ao MMC, MST e Via Campesina, encontraram na luta dos sujeitos coletivos sua forma de ação. A percepção dessas mulheres trabalhadoras dos sistemas de dominação e exploração e de sua sistemática exclusão da condição de cidadãs, as levou à organização popular, na forma de sujeito coletivo, lutando contra as injustiças sofridas, o avanço de direitos e o fim das desigualdades sociais que as atingem (SEIBERT, 2019).

As autoras chamam atenção ao papel das mulheres de toda a América latina, que de forma coletiva e organizada lutam contra as mais diversas formas de exclusão. A luta das mulheres, contra o colonialismo e as resistências populares não só de camponesas, mas de quilombolas, indígenas, trabalhadoras pobres, operárias, empregadas domésticas e pequenas comerciantes, formam a resistência popular. As autoras afirmam que sem a participação política dessas mulheres trabalhadoras, não há como transformar a realidade social e a relação de dominação e exploração, além de não ser possível lutar pela garantia dos seus direitos sociais fora dessa esfera política. (CORDEIRO; SEIBERT, 2021).

Cordeiro e Seibert (2021) ressaltam a importância da participação das mulheres camponesas enquanto sujeitos coletivos de direito nas arenas políticas e na sociedade civil e de como essa participação sustenta o feminismo camponês popular na busca por direitos sociais para alcançar o direito à cidadania plena:

É por meio deste processo que as camponesas descobrem que tem direito a ter direitos, se tornam cidadãs, trabalhadoras, documentadas, aposentadas, direitos que trans-

lar. Esta expressão de luta radical que dá o direito das mulheres camponesas a esta condição de sentir-se “gente”, cidadãs de direito e sujeitos sociais de luta capazes de imprimir profundas transformações sociais. Estes direitos somente se fazem efetivos por meio da organização e ação coletiva das camponesas que forjam e conquistam espaços de participação política para as mulheres, colocando suas demandas e necessidades no marco das lutas camponesas e populares. Contribuindo na construção de estruturas e espaços de participação política mais democráticos, participativos, horizontais e igualitários, com a voz, a forma e as necessidades das mulheres. (CORDEIRO; SEIBERT, 2021, p.325)

A prática política enunciada pelas mulheres camponesas se dá primeiro pelo entendimento que agem enquanto sujeitos coletivos e que não abandonam a sua condição de trabalhadoras na sua luta política (CORDEIRO; SEIBERT, 2021). As exclusões da classe trabalhadora, fruto das desigualdades do capital é central, já a categoria de gênero, que não necessariamente representa uma desigualdade, e sim a assimetria necessita do complemento do conceito de patriarcado, que esse sim representa a desigualdade entre gêneros e o processo histórico de supremacia do homem sobre a mulher. Junto a essas duas categorias, o racismo e o colonialismo também fazem parte da base de exclusão das mulheres e homens segundo o entendimento das mulheres camponesas. (TÁBOAS, 2020). Heleieth Saffioti usa do conceito “nó” entre classe, gênero, e raça/etnia para expressar todos os processos e formas que tomam a desigualdade contra as mulheres. Raciocínio esse adotado pelas lideranças dos movimentos camponeses entrevistadas na tese de Ísis. (TÁBOAS, 2020). Além das análises das desigualdades, baseadas no nó entre classe, gênero/patriarcado e raça, as mulheres camponesas encontraram na participação política e social, dentro dos seus movimentos e fora deles, um importante mecanismo de ação.

4.3 Feminismo camponês popular no MST

O Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra, acompanhando as reflexões feitas pelas mulheres do campo em toda a América Latina e pelo MMC, passa a pensar o feminismo e o gênero a partir do feminismo camponês popular, suas demandas, práxis e formulações teóricas, buscando construir essa nova corrente e refletir sobre a questão da mulher no movimento e na sociedade.

Junto aos questionamentos colocados pelo MMC e pelo feminismo camponês popular, as mulheres do MST apresentam um importante questionamento sobre a divisão sexual do trabalho e o papel da mulher dentro do próprio movimento. A divisão sexual do trabalho

característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

88

reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens de funções de forte valor social agregado” (KERGOAT, 2009), divide a esfera pública e a esfera privada, o trabalho da mulher e o trabalho do homem.

O trabalho do homem na cidade e no campo é visto como o trabalho mais importante na divisão sexual do trabalho. No campo o homem faz o serviço pesado nas plantações, e na colheita, a mulher fica com o trabalho menos pesado e no cultivo da horta, que fornece alimentos para o dia a dia. O homem também ainda tem uma participação maior nas decisões do movimento, como as decisões de financiamento do plantio, e do que plantar. As mulheres do MST a partir das rodas de conversas, dos debates e da autoformação, passaram a questionar essa divisão sexual do trabalho.

Em relação as reflexões sobre o papel das mulheres no MST que vem acompanhada aos estudos e reflexões acerca do feminismo camponês popular, o movimento apresenta o entendimento de que as mulheres sempre estiveram presentes em todas as ações do movimento, desde sua fundação (Caderno de formação setor de gênero, 2018). Elas se encontravam presentes no rompimento das cercas e nas ocupações dos territórios, nos acampamentos levantados debaixo da lona e na construção dos assentamentos. Elas sempre estiveram presentes na busca da fonte de água, no carregamento dos alimentos e móveis em caminhões para a montagem do acampamento, na montagem das barracas de lona. No plantio e na colheita. Foram também vítimas da violência dos latifundiários e jagunços, e se fizeram presentes nas negociações com os governos e o judiciário, nas marchas e protestos (LOERA, 2009).

Essa presença diária nos acampamentos e assentamentos e a vivência dos momentos de luta do movimento, fez com que as mulheres passassem a demandar também um papel ativo nas instâncias de discussão, formação e decisão do movimento (Caderno de formação setor de gênero, 2018).

Outra importante contribuição das mulheres do MST a formulação do feminismo camponês popular é a defesa da Reforma Agrária popular e a existência de um setor de gênero dentro do movimento que realiza formações e debate e implementa importantes diretrizes dentro do movimento visando o combate ao machismo, ao racismo e a lgbtfobia e a inclusão das mulheres em todas as instâncias decisórias, formações e setores do MST

4.4 Setor de gênero do MST

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra costuma ser dividido em setores para organizar suas ações, um dos setores é o de gênero. O setor de gênero do MST foi consolidado em 2000, mas esse processo se iniciou nas primeiras ocupações de terra, ainda nos anos de 1980, acompanhando o debate feminista brasileiro feito durante as lutas contra a ditadura militar e reforçado na redemocratização (Caderno de formação setor de gênero, 2018). Segundo Fernandes (2000), a primeira aparição das mulheres enquanto demandantes do espaço público dentro do MST aconteceu no I Congresso do MST (1986), onde se formou a Comissão Nacional das Mulheres do MST. Segundo o autor, nesse mesmo ano as mulheres do MST tiveram um importante demanda atendida, a titularidade da terra, onde conquistaram o direito de receberem seus lotes do assentamento no seu nome, sem que tivessem que receber os lotes nos nomes do marido ou outro homem considerado o responsável.

O setor de gênero do MST foi construído por um amplo processo de disputas, mudanças e ampliação do debate dentro do próprio movimento social. No início do movimento, apenas os homens ocupavam cargos de liderança no MST. Mesmo as lideranças sendo ocupadas em sua maioria por homens, o processo de ocupação da terra, de acampamento e de assentamento, nunca foi um processo feito apenas pelos homens. Famílias inteiras, mulheres, crianças, e é importante destacar o argumento apresentado pelo setor de gênero, LGBTs homens e mulheres, sempre fizeram parte de todas as atividades do movimento.

Mesmo fazendo parte de todas as atividades de ocupação e do dia a dia da terra, apenas algumas poucas mulheres se arriscavam a falar nas reuniões do movimento no seu início. No decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000, diversos processos de luta e reconhecimento foram desencadeados por mulheres e LGBTs no interior do movimento, apresentando as contradições existentes dentro da sociedade e que se encontravam também presentes no interior do movimento buscando uma maior participação, não só das atividades diárias e de luta pela terra, mas também das atividades de liderança e discussões das decisões tomadas pelo movimento (Caderno de formação setor de gênero, 2018).

Mulheres e LGBTs, a partir do entendimento da sua posição social, das contradições da sociedade e da sua posição de opressão, passaram não só a participar do movimento, mas

Emergiu assim o setor de gênero do MST, no ano de 2000, durante o Encontro Nacional do MST, realizado em Goiânia. Traçando sua linha política tendo como base a participação de mulheres e homens de maneira igualitária desde a base até o setor nacional do MST.

Assim, o setor de gênero conseguiu efetivar a participação de 50% de mulheres nos cursos ofertados pelo movimento, nos encontros e trabalhos de base. A participação das mulheres no Diretório Nacional foi efetivada em 2006, se instituindo uma participação de 50% de mulheres no Diretório Nacional. Foi organizada uma estrutura interna para que a participação efetiva dessas mulheres fosse assegurada. Cursos de formação específicos, intervenção em espaços internos e estudos dos temas referentes ao lugar social e político da mulher foram dados. (Caderno de formação setor de gênero, 2018).

Atualmente as mulheres do MST tem seu espaço garantido pelas diretrizes do movimento, em todos os setores e espaços. As mulheres se encontram presentes nas reuniões dos acampamentos e assentamentos, nos encontros regionais e nacionais, nas formações, nos congressos com outros movimentos do campo, em instâncias de discussão da esquerda e reuniões com governos locais e federais, representando o movimento. São dirigentes e diretoras do movimento, que atuam em brigadas e setores, debatem e decidem as diretrizes de ação.

O setor de gênero ressalta que gênero não se trata apenas do papel das mulheres, mas do papel que a sociedade apresenta também para os homens e o setor de gênero tem pensado sobre esse papel à luz da opressão patriarcal. A organização dos homens e o debate do machismo e do patriarcado feito dentro de grupos predominantemente masculinos também é um debate levantado dentro do setor de gênero com a realização de reuniões, intervenções e noites anti-patriarcais, além da construção da assembleia dos homens em 2017, durante a reunião da Coordenação Nacional do MST, que impulsionou o debate dentro dos estados (Caderno de formação setor de gênero, 2018).

4.5 LGBTs⁹ no MST

A consolidação do setor de gênero e sua presença cada vez maior dentro do movimento, desencadeou um processo de auto-organização das militantes e dos militantes LGBTs, que se iniciou em 2015, quando foi realizado o I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” na Escola Nacional Florestam Fernandes, em Guararema, São Paulo¹⁰. Após a realização desse encontro foi fundado o Coletivo LGBT. O respeito à diversidade é um tema que tem sido colocado nos debates internos do movimento, como se observa nas diretrizes do setor de gênero que engloba a garantia dos direitos das/dos militantes LGBTs do MST junto ao direito das mulheres.

Em 2017, ocorreu a primeira reunião nacional, a partir da necessidade de repensar o movimento juntamente ao setor de gênero, questionando não só gênero, mas também a opressão patriarcal, que coloca os sujeitos LGBT extremamente vulneráveis a diversas violências e opressões e nega espaços importantes dentro da sociedade. O Coletivo tem como um dos seus objetivos discutir vivências LGBTs, temas relacionados e promover a auto-organização dos LGBTs do movimento. Dentro do movimento, a frente LGBT, assim como o setor de gênero, discute bastante a divisão sexual do trabalho que ainda impera nos acampamentos e assentamentos, onde as mulheres fazem mais trabalhos domésticos e de colheita e os homens, mais trabalhos braçais e de plantio e são mais convidados a tomarem decisões nas reuniões (Caderno de formação setor de gênero, 2018).

O Coletivo LGBT tem como objetivo atual possuir representação organizada em todos os Estados em que o MST tem militantes, o trabalho ainda está no começo e nem todos os Estados possuem coletivos LGBTs organizados. Outro objetivo do coletivo é fazer um trabalho de conscientização do preconceito e violência que os LGBTs sofrem no país, dentro e fora do movimento, discutir LGBTfobia, as opressões que os transgêneros sofrem, além buscar espaços políticos dentro e fora do movimento.

Organizar encontros nacionais anuais para debater e discutir políticas do movimento para os LGBTs e realizar autoformação são também objetivos a serem alcançados. Até agora já ocorreram dois encontros anuais.

⁹O uso da sigla LGBT segue o critério atualmente adotado pelo MST, alguns pesquisadores e ativistas atualmente adotam a sigla LGBTQI++

Durante a caminhada, eu e minha companheira do Coletivo Quilombo, Meg, conhecemos a Elza, que estava com a camiseta do MST LGBT. Elza faz parte de um assentamento do sudeste e ajuda a organizar o Coletivo LGBT do movimento. Elza me conta que um dos objetivos do Coletivo LGBTs é de contar a história de seus militantes LGBTs, demonstrar que mulheres e homens, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais sempre existiram na sociedade e o MST não é exceção, porém a opressão e violência contra os LGBTs na sociedade que refletia no movimento fazia com que essas pessoas se escondessem. Os núcleos LGBTs pretendem reafirmar a presença dessas pessoas no movimento em toda a sua trajetória. Os LGBTs do MST são orgulhosos de sua existência e história de luta dentro do movimento e, após 2015, passaram a se organizar para externar esse orgulho.

A marcha do dia internacional das mulheres de 8 de março terminou perto do meio-dia, nos juntamos aos outros eventos do dia internacional da mulher por cerca de 2 horas e depois retornamos às atividades do encontro das mulheres do MST no pavilhão. Aguardando pela Mística de encerramento e a última noite cultural, Meg e eu começamos a conversar com duas participantes do encontro da região nordeste. Uma delas, Kelly, é uma mulher trans, de 21 anos. Ela me conta que abandonou os estudos para ajudar a família, mas retornou recentemente ao ensino de jovens e adultos e que planeja se formar no ensino médio e cursar uma faculdade. Também tem muitos planos de atuação dentro do MST, pretende em breve se inscrever na brigada de direitos humanos ou na frente de mobilização.

Outras mulheres trans também participam do encontro, Kelly cita uma amiga, também da região nordeste, que, segundo ela, é muito talentosa e que costuma criar diversas coreografias e encenações para as místicas do movimento, fazendo apresentações sempre emocionantes.

O movimento do MST conta atualmente com uma juventude muito participativa e que demanda cada vez mais aceitação e representação, isso se reflete bastante no coletivo LGBT, jovens que se identificam enquanto gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, se apresentam orgulhosos carregando os símbolos do MST junto à bandeira do arco-íris e demandando respeito, espaço e aceitação.

O uso de camisetas e bonés do MST faz parte da mística do movimento e a existência de camisetas, bonés e outros materiais do MST com as cores do arco-íris, símbolo mundial do movimento LGBT é simbolicamente forte, demonstrando, não uma adesão orgânica do movimento ao coletivo LGBT. O uso dos símbolos do MST junto ao arco-íris reforça a dupla

As diretrizes do setor de gênero do MST e as diretrizes nacionais do movimento mais recentes procuram garantir a inclusão e o respeito aos LGBTs em todas as instâncias do movimento, junto à existência do Coletivo LGBT essas iniciativas representam um avanço institucional e efetivo dentro do movimento.

4.6 O Caderno de Formação – Setor de Gênero: A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base

A formação do MST é feita por rodas de conversa, cursos, mesas de debates, cadernos e cartilhas. Os cadernos e cartilhas são formulados e escritos pelo próprio movimento, tendo como base livros e trabalhos acadêmicos que possuem literatura e bases sociais alinhadas com o pensamento do movimento e a produção do saber tradicional dos próprios militantes. O caráter auto formativo do movimento privilegia na sua formação as experiências vividas pelos militantes, seus saberes e histórias de vida e esse esforço aparece bastante nos cadernos e cartilhas do movimento.

Outros cadernos e cartilhas foram produzidos pelo movimento para as formações de gênero ao longo dos anos. Nesse caderno se encontram as Linhas Políticas do Setor Nacional de Gênero, organizadas a través das dimensões elementares que a norteiam, para que possamos pautar em nossos espaços de debate e formação, na base e na militância, a urgência e centralidade das questões de gênero, na luta política e trazê-la à luz de nossa ação prática, combativa e emancipatória (Caderno de formação setor de gênero, p.1 2017).

O caderno de formação coloca em sua apresentação, que foi escrita a muitas mãos, pelo Setor de Gênero, pela Frente de Literatura do MST – Palavras Rebeldes, por companheiras e companheiros do movimento engajados na emancipação, na práxis militante e que tem no cotidiano o desafio de combater as diversas expressões de violência, opressão e exploração, de classe, raça e gênero (Caderno de formação setor de gênero, 2017).

Buscando incentivar a reflexão sobre as contradições presentes cotidianamente e os conflitos em que somos inseridos como classe trabalhadora, como camponesas e camponeses, como mulheres, LGBTs, negras e negros, e a luta contra o patriarcado, o racismo e o capital. O caderno serve de apresentação teórica das formulações do movimento sobre gênero, para auxiliar discussões, questionamentos e conversas promovidas pelo movimento e que busquem debater gênero, desconstruindo relações abusivas e conservadoras que se encontram do lado oposto das relações revolucionárias que construiriam a base social de uma sociedade justa e

igualitária, segundo a cartilha. O caderno de formação não é só teórico, incorporando diálogos

94

que representam o cotidiano, as vivências e a arte, como desenhos, poesias, músicas e indicação de filmes (Caderno de formação setor de gênero, 2017).

4.6.1 Linha política central do setor de gênero do MST

O Caderno do Setor de Gênero (2018) apresenta suas linhas políticas centrais. O MST tem como linha política o entendimento de que as opressões que sofrem mulheres e LGBTs tem origem no patriarcado, que é um sistema fundamentado pela divisão sexual do trabalho e pela propriedade privada, que é inclusive anterior ao capitalismo. Junto a essa opressão, se encontra a opressão colonial e racista. O modo de produção capitalista, o patriarcado e o racismo são os elementos de sustentação da ordem do capital a partir da exploração do trabalho de quem ele oprime, elementos contrários à luta das trabalhadoras e trabalhadores. (Caderno de formação setor de gênero, 2017).

O setor de gênero e o MST buscam pensar e praticar um feminismo vinculado de forma orgânica à classe trabalhadora e à luta popular. Diante desse processo de luta e transformação das relações de poder entre os gêneros, o combate ao agronegócio, combate a mineração, a exploração ambiental e as sementes transgênicas em defesa da terra, surgiu o feminismo camponês popular. A luta feminista do feminismo camponês popular se junta à luta pela Reforma Agrária Popular, à luta socialista e assim ela se articula com todas as ações de organização do MST (Caderno de formação setor de gênero, 2017).

4.7 Princípios e dimensões do MST e do setor de gênero¹¹

O setor de gênero em seu caderno apresenta os princípios e dimensões do MST que são orientações de organização que devem ser seguidos por todos os acampamentos e assentamentos, nas instâncias de decisão do movimento, e serve como base para administração do movimento em todos os seus espaços e para a formulação e apresentação de demandas do movimento a sociedade civil e a todas as instâncias governamentais.

¹¹ (Cademmo de formação do setor de gênero, 2018).

4.7.1 Dimensão política organizativa

No capítulo das dimensões políticas se encontra uma das principais propostas do MST em relação a igualdade de gênero dentro do movimento, a garantia de uma formação paritária com 50% de mulheres e 50% de homens em todas as instâncias da direção e nas esferas de formação política, escolarização e capacitação técnica. A garantia de que todos os assentamentos e acampamentos tenham uma mulher e um homem acompanhando as atividades segue esse princípio. A existência de cirandas infantis nos espaços de reunião e formação para que as mães e responsáveis pelas crianças possam participar desses espaços também é uma garantia definida pelo caderno do setor de gênero em sua dimensão política. A garantia é o fomento de participação de LGBTs e das mulheres em todos os processos de luta pela terra e instâncias do movimento.

Além do estímulo a auto-organização desses indivíduos e a garantia de promoção de espaços de construção coletiva como assembleias são princípios do movimento. O que fomenta a construção de iniciativas como o Coletivo LGBT em todos os estados, as rodas de discussão de masculinidades, a garantia de participação das mulheres em todas as instâncias e o debate acerca do machismo, do patriarcado, da violência doméstica, de gênero e LGBT e seu combate dentro e forma do movimentos.

4.7.2 Dimensão econômica

As demandas econômicas são muito importantes para o setor de gênero e para o MST porque buscam garantir a manutenção de direitos sociais, a autonomia econômica das mulheres, a segurança alimentar e a garantia dos direitos sociais e coletivos. A garantia da documentação da posse ou concessão de uso da terra preferencialmente no nome da mulher ou no nome do casal é uma demanda antiga do movimento buscando a proteção dos bens das mulheres e a manutenção da sua autonomia independente do seu estado civil. A garantia da posse para quem possuir a guarda dos filhos, a posse dividida para casais LGBTs, a posse em nome social para transexuais e travestis também são garantias importantes de autonomia financeira.

A divisão sexual do trabalho é um elemento importante de questionamento das mulheres

trabalho de hortas para subsistência e tarefas domésticas e os homens com as plantações para venda e as decisões financeiras de pedido de empréstimos, e a partir disso se instituiu a garantia e valorização da participação de mulheres, LGBTs e jovens em decisões relativas a reprodução da vida, políticas públicas, créditos financeiros, titulação de terras, para garantir que não fique só a cargo dos homens do movimento decisões importantes acerca da viabilidade econômica dos acampamentos e assentamentos e do trabalho de reprodução da vida.

4.7.3 Dimensão cultural e subjetiva

A dimensão cultural, que aparece como princípios e dimensões políticas do setor de gênero e do MST, busca primeiro o entendimento dos elementos formadores do racismo, do patriarcado, e quais as relações sociais de poder, dominação e exploração sustentam esses elementos, pretende entender também a diversidade sexual e como esse elemento constitui o indivíduo. A partir dessas questões pretende promover atividade de formação, trabalhos de base e debates em todas as instâncias do movimento acerca dessas questões.

Por fim, o caderno do setor de gênero apresenta dimensões subjetivas da linha política do movimento. Dentre elas combater todas as formas de violências sofridas, em especial as sofridas por mulheres, negras, indígenas, crianças e adolescentes, idosas, LGBT, que devido ao papel ocupado dentro da sociedade se encontram vulneráveis. Se compromete também a combater a naturalização dos papéis sociais impostos pelo patriarcado e aprofundar a reflexão e o debate acerca da descriminalização do aborto. Esse último tópico afeta diretamente a saúde pública, o aborto clandestino mata centenas de mulheres anualmente e o debate sobre legalização do aborto enfrenta diversas barreiras dentro de todos os ambientes da sociedade e da política, sendo fundamental que o MST coloque esse debate internamente e avance na questão, auxiliando a sociedade nesse avanço também.

5 ERAM RANCORES ABISSAIS¹²

Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é África
Pois em prática, essa tática, matemática falou
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou
(Principia, Emicida)

5.1 A questão da terra no período escravagista

As transformações políticas e sociais ocorridas entre o fim do século XIX e o início do século XX foram profundas e formaram a estrutura política e social do país. A Independência do Brasil em 1822, a Abolição da Escravidão em 1888, o fim do Império em 1889 e o fim da Primeira República em 1930 operaram profundas e complexas mudanças estruturais que refletiram nas mais diversas questões sociais até os dias atuais.

A questão da terra no Brasil, do século XVI até o início do século XIX, foi baseada primeiro no extrativismo, com a extração de madeira e ouro, depois nas monoculturas de açúcar e café e criação de gado. A mão de obra escrava era a base de todo esse processo econômico, primeiro com a escravização dos indígenas, que eram os povos residentes originários, depois com a escravização dos povos africanos, sequestrados de seus países de origem (PRADO JÚNIOR, 1979).

O século XIX acrescentou outros elementos à disputa da terra, o modelo econômico baseado na escravidão, base da mão de obra do país, começou a sofrer pressão da Inglaterra, para que tivesse um fim, paralelamente, diversas lutas abolicionistas eram travadas por intelectuais, escritores, artistas, trabalhadores e trabalhadoras e parlamentares (VEIGA, 1987). O processo do fim da escravidão foi bastante longo e uma série de leis foram aprovadas para que ele se realizasse por completo: Proibição do tráfico de escravos, Lei Eusébio de Queirós, de 1850, Lei do Ventre Livre, de 1871, Lei do Sexagenário, em 1885, e, por fim, a Lei Áurea, em 1888.

No campo, as fugas dos escravizados que ocorreram ao longo dos séculos XVIII e XIX, cresciam e davam origem aos quilombos. Esses quilombos se transformaram em espaços de resistência, não somente política, mas também alimentar. Os escravizados

Também se referem às linhas abissais de Boaventura de Sousa Santos (2007) que dividem o norte global do sul global.

98

passaram a tomar posse e cultivar territórios mais afastados dos grandes centros escravagistas e, assim, formaram verdadeiras comunidades. Essa posse informal do território nos quilombos, pelos ex-escravizados fugidos ou alforriados acendeu um alerta no governo central brasileiro (GOMES, 2015).

5.2 Brecha camponesa

Escravizados, ex-escravizados libertos e pequenos camponeses tinham acesso à terra por meio da brecha camponesa, que consistia em um espaço de áreas cultiváveis para fornecimento de alimentos para a comunidade. A brecha camponesa existia, tanto nos quilombos, quanto dentro dos latifúndios escravagistas, onde o senhor de escravos destinava uma pequena área para os escravizados produzirem alimentos para a própria subsistência (CARDOSO, 1987).

Essa terra, formada pela brecha camponesa, poderia vir a formar um pequeno campesinato, com pequenos produtores posseiros que produziriam para a própria subsistência e venderiam o excedente. Porém, devido à pressão da elite econômica e política, a brecha camponesa nunca se transformou em um espaço de direito para o uso dos ex-escravizados (CARDOSO, 1987).

A elite econômica e política brasileira, que tinha na elite rural uma categoria muito forte politicamente, junto a outros estratos da elite buscou evitar de todas as formas a formação de um campesinato de ex-escravizados. Primeiro, não permitindo aos ex-escravizados o recebimento de nenhum tipo de compensação econômica após serem libertos. A elite brasileira usou das leis e da pressão política para garantir que os ex-escravizados não pudessem tomar posse da brecha camponesa que já cultivavam e nem sair em busca de terras devolutas onde pudessem plantar, além de aumentar a perseguição aos perseguindo os quilombos.

A mão de obra escrava foi gradualmente substituída por mão de obra imigrante, vinda da Europa durante o processo de abolição, impedindo que os ex-escravizados trabalhassem em troca de salários nas fazendas em que eram escravizados anteriormente. Restava como alternativa a esses ex-escravizados procurarem um trabalho fora dos latifúndios, em fazendas menores, na cidade ou como posseiros, cultivando uma terra que antes se encontrava vazia. No fim do século XIX, o território brasileiro, que era bastante vasto, não estava nem perto de ser ocupado e assim ocupar terras vazias era uma alternativa muito viável para os ex-

escravizados agora libertos. Pensando nessa possibilidade, a elite, que fez de tudo para não

99

pagar uma restituição, também se preparou para vetar o acesso à terra pelos ex-escravizados através da Primeira Lei de Terras.

5.3 Primeira Lei de Terras¹³

A primeira legislação de terras brasileira, de 1850, foi aprovada no mesmo ano da proibição do tráfico de escravos. Essa lei visava manter a concentração fundiária na mão dos poucos proprietários de terra que formavam a elite agrária. Antes dessa lei, que regulamentou a posse da terra, possuir terra no Brasil ainda estava ligado ao sistema imposto no século XVI, com as sesmarias e capitanias, essa posse era temporária, cedida pela Coroa portuguesa, não existindo ainda a posse pessoal da terra de forma registrada.

A Primeira Lei de Terras buscava determinar quem deveria ter a posse das terras devolutas, terra sem posse de ninguém, evitando que posseiros, ex-escravizados, quilombolas e imigrantes recém-chegados, tomassem conta dessas terras. Essa legislação estabelecia que só se poderia adquirir terras por meio da compra ou doação do Estado, ficando vedada, a partir dessa lei, a obtenção de terras por meio da posse ou usucapião. Com essa lei os ex-escravos libertos não poderiam simplesmente tomar posse de terras devolutas pela usucapião, não poderiam comprovar posse de terras já ocupadas, como no caso dos quilombos, e, certamente, não teriam dinheiro para comprar suas próprias terras.

Essa lei também preparou a vinda dos imigrantes europeus, que eram vistos como os trabalhadores assalariados desejáveis, deixando os ex-escravizados libertos fora do trabalho nos grandes latifúndios, um projeto de embranquecimento do país. Os trabalhadores que viriam da Europa, a partir da lei de terras, não poderiam ir atrás de suas próprias terras desbravando o imenso território brasileiro, poderiam apenas comprar pequenas porções de terra para cultivarem após alguns anos de trabalho duro, quando não estivessem trabalhando nos grandes latifúndios. A terra nesse período não tinha nenhum valor pelo seu tamanho ou em si mesma, havia uma extensão imensa de territórios não ocupados nem registrados, o seu valor se encontrava na mão de obra e no capital financeiro necessário para cultivá-la e não no seu espaço físico (GADELHA, 1989).

A Primeira Lei de Terras foi considerada uma lei que não pegou, pois não tinha uma regulamentação muito clara quanto à compra dessa terra, mesmo assim ela protegeu os grandes latifúndios e evitou que um grande número de ex-escravizados tomasse posse por

¹³http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.

usucapião, além de garantir que não houvesse uma corrida dos imigrantes europeus pela posse de terras devolutas (SILVA, 2015).

A Primeira Lei de Terras, a falta de indenização e a substituição da mão de obra escrava por europeia deixaram poucas alternativas para os escravizados libertos no início do século XIX. Arrumar algum emprego com seu ex-patrão, quando possível, virar mão de obra excedente e baratíssima para épocas de plantio e colheita, cultivar pequenas hortas de subsistência durante o ano, tentar sobreviver dentro dos quilombos ou ir em busca de alguma ocupação nas cidades, eram as poucas alternativas existentes.

Todas essas alternativas não forneciam a dignidade e os direitos sociais que os escravizados, agora libertos, mereciam e as implicações do impedimento da ocupação de terras pelos ex-escravizados, a falta de indenizações, o impedimento de posse da terra pelos quilombos e a migração de um grande quantitativo de escravizados libertos para a cidade, sem dinheiro e vivendo em condições precárias, foi o motor das desigualdades raciais daquela época e a base das desigualdades raciais e sociais que perduram até os dias de hoje.

5.4 A questão do território

O entendimento dos processos políticos e sociais da questão da terra no Brasil e dos acontecimentos ocorridos após o fim da escravidão passa pelo entendimento do conceito de território e suas possibilidades de uso. O território é um conceito diverso do conceito de espaço geográfico – espaço físico – e leva em conta espaço, atores e poder em sua formulação.

[...] características comuns ao território: possuir área, recursos, povo, poder, limites e fronteiras. É assim que vemos o território ao pensar nos conflitos agrários, lutas por demarcação de terras, bem como no zoneamento urbano, na criação de corredores ecológicos ou estabelecimento de áreas verdes nos grandes centros, e assim por diante. Área, recursos, povo, poder, limites e fronteiras entram em jogo para definir o território, uma vez que são alvos diretos ou indiretos dos atores e seus poderes (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 52).

O território não é só o espaço geográfico, a sua representação em mapas, registros de terras ou mesmo o cercamento de determinada área. É a conjunção do espaço, atores – Estado, atores coletivos, entes privados – com o poder, atravessado pela estrutura social, política e cultural de determinada área. A formação do território implica manutenção, disputa e perda de

menor poder político, como pequenos agricultores, Sem Terras, posseiros e cidadãos mais

101

pobres nos ambientes urbanos. A disputa do território geralmente envolve assimetria de poder, atores políticos e sociais também assimétricos, conquista e reconquista de espaços. “O território se conforma a partir da sociedade. Embora o território venha do espaço, é moldado pela sociedade” (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 54).

O território é o palco de parte dos conflitos entre atores dotados de poder econômico, social e político, tentando se apoderar, delimitar, permanecer e ditar as regras em determinado território e com atores subalternos, muitas vezes organizados de forma coletiva, que procuram resistir a essa delimitação do seu território. O conceito de território também evoluiu bastante para englobar identidade e pertencimento, incorporando não só a concepção técnica e social. O território e a população que nele reside são intrinsecamente relacionados (STÜRMER; COSTA, 2017). Assim, analisar sob a visão sociológica o território se torna condição fundamental para entender diversos conflitos sociais e urbanos.

5.5 Campesinato negro

Para Flávio dos Santos Gomes, em seu livro *Mocambos e quilombos* (2015), as definições de quilombo variavam entre uma visão culturalista, de quilombos como resistência cultural e uma visão materialista com os quilombos sendo estruturas físicas de resistência contra os maus tratos, uma terceira definição de quilombo, não em termos de resistência, mas em termos econômicos, foi proposta por Décio Freitas, essa definição apresentava sete diferentes estruturas econômicas dos quilombos (extrativista, mercantil, predatório, pastoril, serviços, mineração e agrícola). Essa definição dos quilombos em termos econômicos lança luz a ideia de que os quilombos são estruturas que deram origem ao campesinato negro. Os quilombos tinham um importante papel de garantir terras cultiváveis, alimento para a comunidade e até excedente para a venda, sem deixar de lado suas características reivindicatórias e de resistência, seu papel na obtenção de liberdade para todos os escravizados, bem como no impedimento de punições e castigos.

Os quilombos podiam ter uma estrutura permanente ou temporária, com apenas dois escravizados fugitivos ou grandes comunidades, mais próximos das fazendas e com certo intercâmbio com elas ou protegidos pelas barreiras geográficas, formado por pessoas hostis que saqueavam fazendas ou que comercializavam com fazendeiros. “As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo

coletivo da terra” (GOMES, 2015, p. 6).

102

As comunidades rurais compostas por negras e negros tiveram origem nos processos desencadeados na escravidão e pós-escravidão, se encontrando intrinsecamente ligados à formação dos quilombos. A estrutura dos quilombos divididos pela sua organização econômica não era fixa, mas os quilombos que possuíam características extrativistas, pastoris e agrícolas passaram a cultivar para além da subsistência e comerciar o excedente se tornando uma das bases do campesinato negro (GOMES, 2015).

Os quilombos no Brasil não eram lugares isolados, como se presume, eram locais de trocas sociais e econômicas com o seu entorno, como venda de insumos para fazendeiros, troca com comerciantes da cidade, taberneiros, garimpeiros, quitandeiros e mascates. Existia também uma interlocução entre quilombos e fazendas, que buscava a proteção dos fugitivos e uma série de movimentos para uma vida sem castigos físicos e com terra própria para cultivo dentro das fazendas. Parte dos quilombos se localizavam no meio urbano e tinha comunicação entre os habitantes da cidade (GOMES, 2015).

Mesmo sabendo da existência de negras e negros como camponeses, até hoje enquadrámos pouco a questão racial como categoria sociológica importante para entender as relações no campo. Em entrevista à página do MST¹⁴, Flávio Gomes, que trabalha a temática dos quilombos junto a dos camponeses negros, afirma que a questão agrária é fundamental para pensar o Brasil, mas que estudos importantes estudam o campesinato sem entrar na questão da raça. Se fala do campesinato e camponeses, do norte e nordeste, do centro-oeste, do sul e sudeste sem definir em nenhum momento se eles são negros, pardos, brancos, indígenas ou asiáticos. Ele afirma que não se reconhece o óbvio, grande parte dos camponeses no século XX e início do XXI eram ex-escravizados libertos ou descendentes de ex-escravizados. Esses negros e negras formaram o primeiro grupo camponês e não os imigrantes europeus. Pensar quem eram os camponeses de Canudos ou das Ligas Camponesas em termos de raça é uma grande lacuna de pesquisa que vem, aos poucos, sendo preenchida. Ele afirma que as lutas agrárias são seculares e atravessaram a sociedade colonial, assim como a luta de negros escravizados e indígenas, sendo travadas, muitas vezes, pelos mesmos atores sociais.

Itamar Vieira Junior, em seu livro *Torto Arado*, que se passa em uma comunidade rural baiana habitada por quilombolas, narra através da saga de duas irmãs as vicissitudes da vida no campo, o preconceito com o negro e o papel dos donos de terra na pós-abolição, que fizeram de tudo para impedir que os negros e negras ex-escravizados prosperassem a partir do seu trabalho.

¹⁷ <https://mst.org.br/2020/12/04/para-cada-5-anos-de-historia-no-brasil-quatro-foram-vividos-sob-a-escravidao/>. Acesso em 01/05/2021.

103

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Procurando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar fingindo que nada mudou porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. A batata-doce do café da manhã. - “Mas vocês precisam pagar esse pedaço de chão onde plantam seu sustento, o prato que com em, porque saco vazio não fica em pé. Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo, nem colocar telha de cerâmica. Você são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono. Podem ir embora se quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.180).

Segundo artigo de Raumi de Souza (2017), militante do MST na Bahia, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil são pretos e pardos e no campo essa estratificação não é diferente, a maioria das mulheres e homens dos assentamentos e acampamentos do MST também é negra ou parda, demonstrando que as desigualdades sociais e de classe estão profundamente ligadas às desigualdades raciais.

Segundo o Censo Rural de 2010¹⁵, existiam quase 30 milhões de pessoas residindo no meio rural, mais ou menos 15 milhões eram homens e 14 milhões de mulheres. Desses, 10 milhões se declaravam brancas, 2 milhões de declaravam pretas¹⁶, 16 milhões se declaravam pardas, 200 mil amarelos e 500 mil indígenas. Ou seja, 60% dos residentes no meio rural são pardos e negros, 33,33% são brancos e 2,33% indígenas ou orientais.

A raça, do ponto de vista biológico, não apresenta diferença genotípica de cor da pele ou etnia, todos somos biologicamente membros da raça humana. Todavia, existe sim uma divisão racial baseada não na biologia, mas no fenótipo e nas clivagens sociais, onde a diferenciação social em relação à etnia, cor da pele e características físicas estão presentes em quase toda a sociedade. Uma diferenciação social que é reproduzida nas estruturas e mecanismos de dominação, exploração, discriminação, exclusão social, e violências sociais e físicas.

Para Sueli Carneiro, o uso do termo raça possui perspectiva teórica que nos permite analisar as relações desiguais entre brancos e negros – pretos e pardos – e não brancos no Brasil, ao mesmo tempo em que produz a prática discursiva de que “visam a modificação das relações sociais que produzem as discriminações e assimetrias raciais” (CARNEIRO, 2005, p. 52). Lembrando que a raça, enquanto definição social e política, é sustentáculo fundamental

¹⁵Censo Rural do IBGE de 2017 <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

¹⁶A população negra é formada pela junção dos autodeclarados pretos e pardos.

das sociedades coloniais e pós-coloniais do ocidente, como a sociedade brasileira. O racismo busca, em sua função social, legitimar uma estrutura política e social de privilégios materiais e simbólicos de povos brancos sobre povos não-brancos (CARNEIRO, 2005).

Para o MST, a terra é fator estruturante das relações sociais e é um importante elemento das relações de poder existentes. Terra cultivável, capaz de sustentar uma comunidade fornecendo alimentos é um elemento fundamental e fundante para a formação de uma sociedade (STEDILE, 2005). Ao analisar a questão racial junto à questão da terra, vemos como esses dois elementos, acrescidos à classe e ao gênero, se relacionam de forma intrínseca. A pós-abolição dificultou o acesso à terra para negros e negras libertos, colocando os negros e negras ex-escravizados na condição de trabalhadores ocasionais, mão de obra excedente ou mesmo pessoas que mesmo tendo como meio de vida o cultivo da terra não poderiam ter um pedaço de terra, os sem-terra.

A Primeira Lei de Terras (1850) e o impedimento da posse da terra aos ex-escravizados na pós-abolição foram fundamentais para que os negros e negras até hoje possuam renda média e empregos inferiores às pessoas brancas, aliando as desigualdades de classe às desigualdades raciais. A divisão do território brasileiro foi também uma divisão racial que manteve as estruturas políticas, sociais e culturais, tanto territorialmente quanto socialmente.

O MST, em sua base de análise, tem o entendimento de que as questões estruturais do país e as questões da terra devem ser analisadas sob um ponto de vista que articule classe, raça e gênero, mas ainda está começando a dar um maior protagonismo às análises de raça. Márcio Matos (SOUZA, 2017), militante do MST que foi dirigente do MST de 2005 a 2015, acredita que o movimento ter se originado muito ligado à Igreja Católica e ter iniciado as suas atividades no sul do país retardaram a entrada da questão racial no movimento. Mesmo com a fundação do MST na Bahia, sendo datada em 1987, a chegada da questão racial no debate da questão da terra e da classe ainda é recente. Para ele, a formação do movimento ainda não aborda a fundo que a questão da terra só será superada junto à questão racial.

Valmir Assunção, hoje deputado federal-BA (PT) e dirigente nacional do MST, foi o primeiro negro a ser dirigente nacional do movimento, na década de 1980. “O MST até hoje não debate com prioridade essa questão racial, não é prioridade, mas lógico que em qualquer lugar que a gente chegue à maioria dos acampados ou dos assentados são negrão, e falta justamente impulsionarmos cada vez mais esse debate” (SOUZA, 2017, p. 6).

movimento negro do Brasil e os pesquisadores de raça tem debate a questão racial de forma

105

extensa e importante, mas ainda voltados apenas para o meio urbano, tendo como exceção apenas os debates voltados para os quilombos, sendo necessário ampliar o debate de raça no meio rural. Nos movimentos do campo o debate de gênero vem sendo sistematicamente retornado por movimentos como o MMC e o próprio MST, mas o debate de raça ainda é incipiente.

5.6 Mulheres Negras e negritude no MST

Em artigo sobre o mapeamento do estado de arte de trabalhos que pesquisam gênero e raça no MST (MAGRINI; LAGO; MINELLA, 2013), os pesquisadores mapearam teses, dissertações e artigos no Brasil e no mundo que estudem MST, tendo como recortes o gênero, a sexualidade, a raça e suas interseccionalidades, encontrando, entre 1987 e 2001, cerca de 91 teses e dissertações sobre o MST e, entre 2002 e 2010, 320 dissertações e teses, o que demonstra um aumento expressivo da temática, encontrando também 54 artigos em periódicos nesse último período.

O estado de arte levantado pelos pesquisadores mostra primeiro que as pesquisas entre gênero e MST ainda são insuficientes, mas tiveram crescimento nos últimos anos. A última década, que engloba 2010-2020, não foi alcançada pelo trabalho, mas se supõe que tenha seguido a década anterior apresentando crescimento de teses e dissertações sobre gênero e campesinato, mulheres camponesas, movimento de mulheres camponesas e feminismo camponês popular, como apresentam alguns textos de referência do presente trabalho.

Os autores ressaltam que diversos trabalhos se referiram ao gênero, mas não como temática principal, a grande maioria dos trabalhos sobre o movimento na esfera social destaca a classe social como principal recorte. Dentre esses trabalhos, a maioria se encontra nas áreas de educação, sociologia, história, antropologia e psicologia. A maioria dos trabalhos era sobre MST e gênero e mulheres do MST, três eram sobre MST e sexualidade e apenas um falava sobre a temática da raça e p MST. Os autores destacam que assuntos como raça, sexualidade, aborto, LGBTs, violência doméstica ainda se encontram pouco citados.

As pesquisas que se referem a campesinato e raça, especificamente ao MST e raça, ainda são bastante raras. A ideia de que existe uma grande parcela do campesinato negra ou parda e, principalmente, o que gerou esse efeito, ainda não são temas muito trabalhados na academia, sendo a raça mais abordada dentro da problemática urbana. Se juntarmos raça e gênero fica ainda mais restrito o número de trabalhos que apresentam esse enquadramento

quando falam do campo. Apenas um trabalho desse levantamento falava sobre raça e campo, especificamente mulheres negras e o MST, a tese de Simone Maria de Souza (2010).

De acordo com o estado de arte mapeado por MAGRINI, LAGO e MINELLA (2013), no período de 1987 a 2013, apenas um trabalho tinha como temática de pesquisa o MST e mulheres negras, a tese defendida por Simone Maria de Souza (2010), no programa de pós-graduação de serviço social da Universidade Federal de Pernambuco. Simone afirma que a divisão racial do trabalho junto à divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres negras tenham trabalhos com remuneração menor ou sem remuneração, como o trabalho doméstico, ambos trabalhos pouco valorizados na estrutura social.

A divisão sexual do trabalho atingiria de forma mais potente as mulheres negras, inclusive no campo, onde essas mulheres ficariam sempre com trabalhos relacionados à limpeza, ao cuidado com a horta e outros trabalhos manuais, tendo esses trabalhos um valor social inferior aos demais (SOUZA, 2010).

A partir das entrevistas da sua tese, realizadas em um assentamento em Pernambuco, as militantes entrevistadas afirmam que as mulheres se encontram presentes nos cursos de formação, no setor de educação e saúde e, em alguns casos, respeitando a paridade de 50%, nos cargos de direção regionais e nacionais, mas ainda são poucas em setores como o de formação e de finanças, que é o setor que toma as decisões de pedidos de financiamento pelas cooperativas, revelando que o MST precisa avançar em algumas questões que envolvem as mulheres, principalmente as mulheres negras (SOUZA, 2010).

Essa presença das mulheres dentro das estruturas de trabalho, formação, debate e decisão do movimento é um elemento muito importante dentro do MST, sendo colocada como princípio do movimento, como afirma o Caderno do Setor de Gênero (2018). A diretriz de paridade de gênero em todas as instâncias organizativas e decisórias do movimento é um passo muito importante no combate ao patriarcado, mas o caminho ainda é longo, as mulheres ainda não são tão atuantes nas decisões coletivas do dia a dia dos assentamentos como deveriam e um longo caminho de fomento da presença de mulheres, principalmente das mulheres negras, deve ser percorrido dentro do movimento. Esse caminho de inclusão e participação das mulheres na sociedade e dentro do MST já se iniciou, mas falta muito a ser feito ainda.

Ao chegar ao I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra para a abertura, a primeira impressão foi de que o evento tinha uma quantidade grande de mulheres negras e pardas de

ligadas à terra e ao campo, nem no imaginário popular, nem nos debates públicos e na mídia

107

colocam a raça como um fator importante quando nos referimos ao campo e ao campesinato. A raça fica como apenas uma questão de fundo, misturada com o entendimento de que as pessoas do campo são pobres, o que aumenta a chance de serem pardas ou negras. Junto a esse imaginário, o pouco debate teórico da clivagem entre raça e campo se junta ao imaginário social que as pessoas e a mídia construíram sobre os camponeses e, mais especificamente, sobre os militantes e as militantes do MST.

Figura 8: Militante negra no encontro



Fonte: Matheus Alves, Instagram do MST.

O campesinato no Brasil está imagetivamente ligado aos imigrantes europeus, principalmente italianos, que chegaram ao Brasil após a abolição da escravatura. Já o imaginário ligado ao MST se encontra ainda muito ligado ao local de origem do movimento, o sul do país. Assim, a imagem que as pessoas formam do MST é de um movimento do sul do país e composto em sua grande maioria por pessoas brancas, descendentes dos imigrantes europeus.

O MST realmente é muito atuante na região sul do país, com diversos militantes brancos, de olhos claros, militância essa aguerrida e fiel às bandeiras do movimento. Mas ao longo dos anos o movimento foi se fazendo presente em todas as regiões do país. Assim, hoje o MST é formado por mulheres e homens brancos, negros, pardos, indígenas e orientais, da região norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, formando um movimento que possui pluralidade em relação à raça, gênero, origem regional, cultural e orientação sexual e que organizam um dos maiores movimentos sociais do mundo, com capilaridade e presença em todo o território nacional.

evento, fui em busca dos debates de raça que seriam feitos dentro do encontro. Raça e racismo

108

era um dos temas que norteava o evento, junto a gênero e violência doméstica e foi trabalhado em diversos momentos. Em uma mesa específica - “Capitalismo, patriarcado, racismo e violência” -, na questão do cochicho – qual o ponto de intersecção entre racismo, patriarcado e capitalismo? –, nas oficinas e trocas de saberes, nos relatos das cartas escritas, nos momentos de mística, nas exposições montadas no pavilhão e nas apresentações culturais no fim de cada dia do encontro.

Trabalhar elementos da cultura e dos saberes populares é parte fundamental da formação do MST e elementos da cultura negra, da reafirmação da negritude e da beleza da mulher negra foram bastante trabalhados no encontro. No primeiro dia, me chamou a atenção que no momento cultural a banda era formada só por mulheres negras. Usando turbantes, saias rodadas e com um repertório de músicas de exaltação à cultura negra e à resistência, elas fizeram uma bela apresentação. Além das místicas e nos momentos culturais, o encontro, no seu momento de oficinas e troca de saberes, trouxe diversas oficinas de empoderamento e valorização da mulher negra e da cultura negra, como na oficina de colocação de turbantes, de fabricação de bonecas negras, roda de conversa sobre experiência de negritudes.

As exposições montadas no encontro também davam destaque a mulheres negras, desde a exposição que tratava de mulheres “cabulosas” da história, que ressaltava grandes ativistas negras como Ângela Davis e Carolina de Jesus, até a valorização das mulheres anônimas que fazem parte do MST, onde a grande maioria das fotografias expostas mostravam mulheres negras.

Todo assentamento ou acampamento fundado pelo movimento ganha um nome e geralmente esse nome se refere a lideranças importantes do movimento ou da luta do campo, lideranças de esquerda, Sem Terras que sofreram violência no campo na sua luta pelo direito à terra – Pequeno William e Carajás, no DF –. santas e santos da Igreja Católica são nomes comuns também em referência à ligação do movimento com as comunidades eclesiais de base, e à teologia da libertação. Com esse espírito de homenagem e valorização da cultura negra, da negritude e como forma de resistência, figuras negras importantes dão nome a diversos assentamentos como: Teresa de Benguela, Aquatune, Pantera Negra, Zumbi dos Palmares. A resistência dos quilombos, principalmente de Palmares, é também uma grande referência de resistência e autonomia para o MST que é bastante citada nas formações e místicas.

Uma importante figura contemporânea que representa a resistência negra e, de forma

assassinada em 2018, crime que permanece sem solução, se tornou uma figura de referência

109

para o movimento. Marielle empresta o nome para um assentamento no Maranhão, Marielle Franco, e um acampamento, Marielle Vive! em São Paulo. Diversas mulheres do acampamento Marielle Vive! estavam presentes no encontro e o grupo era formado quase que totalmente por mulheres negras.

Além dessa aproximação do movimento com as pautas de negritude, ele ainda possui uma aproximação política e social com os movimentos quilombolas. MST, demais movimentos camponeses, movimentos de comunidades tradicionais, comunidades extrativistas, movimento dos atingidos por barragens, dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, de comunidades indígenas e quilombolas costumam unir forças para demandar ao poder público os seus direitos sociais e coletivos.

Vera Lúcia Barbosa, a Lucinha, mulher negra e militante do MST¹⁷, acredita que o tema racial já existe na prática, pois o movimento é formado em sua maioria por negros e negras e que a luta do movimento é muito semelhante à luta feita pelos quilombos. Mas acredita que os movimentos negros urbanos avançaram muito mais em termos de debate, de pautar a questão do negro. “Inconscientemente a gente faz a luta, esse resgate da nossa raça, do gostar de ser negro, do gostar de ser trabalhador e trabalhadora rural. No nordeste a gente tem muito isso e no sudeste também, onde tem mais povo negro, mulheres e homens negros (BARBOSA, 2017, p.7).

Vera Lúcia Barbosa apresenta uma crítica importante sobre as pautas e lutas do movimento, para ela, falta ao MST avançar na tematização da raça como fundamental na discussão do movimento, assim como fez com o gênero e as vivências LGBTQs, que são pautas de muito destaque atualmente. Segundo ela, os princípios antirracistas e a abertura a temática são presentes no movimento, mas precisam ser temas aprofundados. A discussão de raça e a situação dos negros e negras precisam ser trabalhados como estratégia de luta (SOUZA, 2017).

A questão da raça, do antirracismo e das mulheres negras encontrou abertura, tanto no encontro, quanto nos debates gerais do movimento, mas ainda é vista como uma questão secundária na articulação da luta pela terra e pela Reforma Agrária, não sendo vista como um ponto central das relações sociais e do próprio tecido social que forma a sociedade. Raça, classe e gênero não são recortes, elementos separados de análise das relações sociais e sim elementos fundamentais de análise e ação

⁴⁴Vera Lúcia Barbosa foi dirigente nacional do MST, entre 2005 e 2015, secretária da mulher, no governo Jaques Wagner (BA) e secretária da promoção de igualdade racial do governo Rui Costa (BA).

110

Lélia Gonzalez, pesquisadora fundamental para entender raça no Brasil, tem em seu trabalho conceitos importantes que podem ser articulados aos conceitos usados pelo MST para a ampliação do debate racial dentro do movimento. Ela acreditava que a questão da mulher negra deveria ser pensada dentro do movimento negro, mas com uma interlocução com o movimento feminista e com mulheres de toda a diáspora africana e as mulheres indígenas autóctones da América. Lélia queria eliminar o distanciamento existente entre o feminismo e as mulheres das classes populares, fator presente em toda a América Latina e África, procurando costurar uma solidariedade améfricana, entre todas as mulheres da diáspora e da América latina, fazendo a ligação entre classe, raça e gênero (RATTS, 2010).

Lélia Gonzales, em sua produção intelectual e militância no MNU, entendia que a classe, juntamente à raça e ao gênero, eram elementos fundantes da estrutura social brasileira e que trabalhavam de forma articulada, opressões de classe, gênero e raça agiam em conjunto. A sua teoria rompia com a narrativa de democracia racial, que afirmava que negros e negras viviam em perfeita harmonia de raça, sem sofrer qualquer opressão devido à cor da pele, com a prevalência da classe como fator estruturante da desigualdade. Ela rompia também com uma tradição de feminismo que estava voltada apenas para mulheres brancas, de classe média e alta e que, ao deixar de lado a classe e a raça, excluía muitas mulheres. (RATTS, 2010)

A autora propõe abandonar o I do latino, nesse caso o latino faz referência a península ibérica e formar a améfrica ladina. Para a autora essa herança latina herdada de portugueses e espanhóis, procurava fazer com que uma cultura e visão de mundo branca e colonial fosse predominante em relação à cultura e visão de mundo negra e indígena. Essa predominância branca não se encontra na prática e nossa cultura e sociedade foi estruturada pela herança africana e indígena que se notaria nas práticas culturais e linguísticas do país. Diante dessa base africana e indígena, Lélia Gonzalez sugere que passemos a analisar o Brasil pela ótica améfricana. Esse resgate de uma formação social e cultural da nossa cultura negra e de resgate diaspórico que Lélia propõe também inclui o resgate das contribuições dos povos originários e indígenas em todo o continente americano (GONZALES, 1988).

A categoria de améfricanidade seria uma categoria importante a ser incorporada a práxis do MST, pois essa categoria representa as vivências e histórias em comum dos negros e negras em toda a América é uma proposta de reconhecimento epistemológico, cultural e das vivências de violências raciais e coloniais comuns a todas essas pessoas. Dentro desse conceito, se encontra a visão de que o racismo, o colonialismo, o patriarcado e a classe atuam

de que para que haja uma reconstrução epistemológica, que valorize as contribuições

111

culturais, as vivências dos negros e negras e indígenas e a negação da democracia racial dentro da luta contra as estruturas opressoras, tem que ser feita de forma conjunta, pela América como um todo (GONZALEZ, 1988).

A articulação entre os povos das Américas e nosso resgate enquanto povo deve incluir os indígenas de toda a América, que são os verdadeiros residentes originários do continente americano, e que também foram vítimas do colonialismo, patriarcalismo e racismo desde o início do “descobrimento” da América e sua posterior exploração e colonização. Junto aos negros e negras, os povos originários da América sofreram todo o tipo de violência, física, social, epistemológica e simbólica. Os povos latino-americanos, são a junção dos povos originários, dos negros e negras e do povo europeu, formando o conjunto populacional do Sul global e que, por estarem “do lado de cá” das linhas abissais (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016), sofrem um brutal processo de colonização e são relegados à violência e ao abandono, sofrendo brutais interferências do Norte global e de suas perspectivas de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bandeira vermelha se moveu
 É um povo tomando posição
 Deixe o medo de tudo pra depois
 Puxe a faca, desarme sua mão
 Fique muito tranquilo pra lutar
 Desamarre a linha da invasão
 (Sem Terra, Zé Ramalho)

Figura 9: Colcha de retalhos feita pelas militantes em preparação para o encontro.



Fonte: A autora.

Os camponeses latino-americanos que são fruto de junção entre indígenas, negros, negras e europeus ao se reunir e compartilhar sua identidade camponesa, racial e de gênero passaram a se entender como sujeitos coletivos de direitos e começaram a desencadear processos de luta emancipatória em todo o continente. Esses sujeitos coletivos de direito, como o MST, a CLOC-Via Campesina, o MMC, outras associações de camponeses, sindicatos, quilombos, comunidades tradicionais e grupos de trabalhadores e trabalhadoras de diversos países em toda a América latina têm se organizado a partir da centralidade da luta contra as estruturas coloniais, racistas e patriarcais em uma luta conjunta contra as opressões vivenciadas, contra a austeridade e o neoliberalismo crescentes, contra a perda dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e em defesa dos direitos sociais e coletivos. Um desses pontos de convergência dessa luta é o feminismo camponês popular, articulado pelo MMC, CLOC- Via campesina e MST.

Os processos que levaram a realização do I Encontro de Mulheres Sem Terra, vem

de longe e passam pela organização do setor de gênero, pela formulação do feminismo

113

camponês popular feita pelo movimento e pela luta feita por cada mulher que faz parte do MST desde o seu início.

Essa articulação das mulheres do MST, que teve seu grande momento na realização desse encontro, não parou nele, as mulheres seguem na luta, seja buscando o acesso à terra e a direitos sociais, seja enfrentando a pandemia de covid-19 que se instalou no país após o encontro.

O MST, setor de gênero e as mulheres do MST fizeram diversas ações de combate a pandemia de covid-19 ao longo de 2020-2021. O MST promoveu uma campanha de doação de alimentos e quitandas produzidos pelo MST como medida de combate à insegurança alimentar, um dos grandes problemas gerados pela pandemia. No 8M de 2021¹⁸, fizeram a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra que durou todo o mês de março, de forma virtual e com algumas manifestações e doações de alimentos de forma presencial, respeitando o distanciamento e o uso de máscara. O tema da jornada “Mulheres pela vida, semeando a resistência contra a fome e as violências” é um bom exemplo da continuidade do trabalho e do debate após o encontro.

A jornada nacional das mulheres de 2021 demandava também maior combate à violência doméstica, resolução do assassinato da vereadora Marielle Franco, defesa do SUS, volta do auxílio emergencial, compra e fornecimento de vacinas contra o covid-19 para toda a população brasileira e a abertura de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, que vem tendo sua atuação na pandemia bastante criticada pelo MST e pela sociedade civil como um todo. Uma campanha nacional de plantio de mudas de árvores e a campanha VIDA, PÃO, VACINA E EDUCAÇÃO também foram promovidas entre 2020 e 2021.

O relato etnográfico exige um exercício de bricolagem que procura colar elementos que parecem distantes e até mesmo antagônicos. Espero que meu exercício de colagem desses elementos tenha relevado com alguma clareza as peças que procurei ressaltar nessa colagem. Procurei no corpo do trabalho pontuar alguns conceitos e observações feitas durante a etnografia, como o de formação política do movimento, da mística, o debate de gênero e raça, e a ação do movimento enquanto sujeito coletivo de direito na defesa dos direitos sociais. As exposições artísticas montadas no encontro, as cartas lidas, a marcha das mulheres no 8M, a noite política, a ação direta no Ministério, as oficinas de saberes, os momentos de místicas e

¹⁸ <https://mst.org.br/2021/03/08/mulheres-sem-terra-reefirmam-a-defesa-da-vida-em-15-estados-e-no-distrito->

diversos outros momentos do encontro são reflexos do trabalho desenvolvido pelo MST e uma representação dos debates levantados ao longo do presente trabalho.

Nos capítulos desenvolvidos após o relato etnográfico, busquei discutir alguns conceitos e processos que levaram a realização do encontro. A partir de um breve resumo da trajetória do MST de demandante do acesso à terra para enunciador de direitos humanos, procurei relacionar a construção dos sujeitos coletivos de direito, do sujeito Sem Terra, ao processo que levou o MST a ter um importante papel na sociedade civil como defensor dos direitos humanos.

Passei então para uma breve história do movimento feminista brasileiro, da ascensão do feminismo camponês popular, do surgimento do campesinato negro no Brasil e do papel das mulheres negras dentro do movimento para que todos esses elementos sirvam de auxílio para entender os caminhos da práxis e do pensamento que levaram ao I Encontro das Mulheres Sem Terra e que ajudaram na escolha das temáticas do encontro.

Os elementos do feminismo camponês popular podem ser vistos por todo o relato etnográfico, até porque a existência do encontro e a escolha dos temas do encontro – violência contra a mulher, interseccionalidade de classe, gênero e raça – são elementos importantes dessa nova corrente do feminismo e o próprio encontro foi um espaço importante de formação e formulação do feminismo camponês popular.

A presença de uma maioria de mulheres negras foi um elemento importante observado no encontro, acredito que mais trabalhos sobre a presença de negros e negras no campo formem um importante campo de pesquisa, que ainda não foi suficientemente explorado, e espero que mais trabalhos sejam produzidos no futuro

O Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra tem feito ao longo de sua trajetória importantes debates acerca das desigualdades sociais e esforços concretos para superar as contradições e violências existentes na sociedade e dentro da sua estrutura, mas há ainda um longo caminho a ser percorrido. A existência do Setor de gênero e do coletivo LGBT, as ações por eles desenvolvidas e a preocupação com o combate à violência doméstica são exemplos desse esforço de transformação social e de busca por igualdade de gênero, raça, orientação sexual e classe dentro e fora do MST. A questão racial precisa se tornar um elemento mais central dentro do movimento como classe e gênero, como muito bem aponta os militantes Valmir Assunção e Vera Lúcia Barbosa e acredito que esse seja um debate emergente no movimento nos próximos anos.

mas que tem um potencial um de formação e práxis enorme. Acredito que o I Encontro

115

Nacional das Mulheres Sem Terra, assim como foi a Marcha das Margaridas¹⁹, promovida em 2019 pelo MMA, seja um marco para o feminismo camponês popular e para a luta das mulheres do campo. . O feminismo camponês popular nos fornece uma nova perspectiva de luta e emancipação, que vem de baixo, a partir das camponesas e que nos convida a lutar pelos nossos direitos a partir de uma visão de respeito a terra, a vida em comunidade, a existência das mulheres, de luta contra a estrutura patriarcal, colonial e racista da nossa sociedade, de defesa das trabalhadoras e um profundo respeito aos saberes populares de todo o continente Latino-americano.

O I Encontro de Nacional das Mulheres Sem Terra e o feminismo camponês popular demonstram que nem a teoria, nem a prática do pensamento ocidental/universal/patriarcal/racista/colonial são suficientes para explicar e para alterar a nossa realidade. É necessário descolonizar nossas epistemológicas, valorizar os saberes populares e pensar a partir do Sul, buscando a interseccionalidade entre classe, raça/etnia e gênero para compreender as nossas clivagens sociais e combater a nossa imensa desigualdade.

A consciência de que existe uma estrutura que nos oprime, a busca por entender e modificar essa estrutura social a partir da luta dos sujeitos coletivos, das mulheres e dos homens trabalhadores, dos negros e negras, dos indígenas, LGBTs e outras minorias são as lições que o MST, os Sem Terra e principalmente as mulheres do MST nos convidam a pensar. Da rua, do campo, da cerca rompida e com os pés no chão o MST conduz a sua marcha para a emancipação e para a mudança da estrutural social patriarcal/colonial/classista a partir de sua práxis militante.

As linhas do papel, a pesquisa acadêmica e até mesmo o método etnográfico não conseguem absorver a força da experiência que foi ter acompanhado o I Encontro das Mulheres Sem Terra. Conhecer mulheres de todos os estados e todas as idades que lutam diariamente por uma vida melhor, e que concretamente plantam as suas sementes de saberes em um solo que é muitas vezes árido e refratário é um testemunho da força da mulher do campo. Abdicar da sua vida cotidiana para viajar o país e participar de um encontro de luta por seus direitos não é uma tarefa leve, sendo mulher essa tarefa se torna mais pesada ainda. Essas mulheres em um país com um contexto político e social cada vez mais radicalizado se colocaram como ponta de lança na luta social e política com uma coragem e resiliência impressionantes.

¹² <https://www.brasildetato.com.br/2019/08/12/marcha-das-margardas-2019-espera-reunir-mais-de-100-mulheres-em-brasilia>

116

Se afastar temporariamente da sua vida cotidiana, da sua casa e da sua família. Ficar horas no sol durante uma marcha, participar de atividades da manhã até a noite, invadir um prédio público e fazer frente a um governo que reiteradamente toma decisões políticas que levam a violência no campo, a destruição ambiental e a violência de gênero e racial é um sopro de coragem, em tempos em que coragem e disposição para a luta pelo que se acredita são cada vez mais necessários. Elas nos fazem lembrar a luta e a emancipação nascem das pessoas comuns, na vida cotidiana.

No meu primeiro semestre Conceição Evaristo ministrou a aula inaugural do meu programa, PPGDH, e durante sua fala ela disse que apenas o amor poderia nos ajudar a quebrar o ciclo de violências sociais e políticas que estamos vivendo. Penso muito na lição que essa intelectual tão potente nós deu e procuro colocar amor nessa tarefa solitária, que se tornou pesada e incerta, que é fazer ciência durante uma pandemia, nesse país, nesse contexto social e político. Paulo Freire dizia que o intelectual não deve ter medo de ser amoroso. Espero que tenha depositado nesse trabalho não só uma pesquisa acadêmica, mas um olhar amoroso a essas mulheres que me inspiraram muito no processo de pesquisa e que elas tenham despertado no leitor/a pelo menos um vislumbre do Brasil que pode e vai ser.

Como me ensinaram as mulheres do MST, “Pisa ligeiro, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro” e as mulheres camponesas assim como as formigas estão se unindo e descobrindo a força do seu formigueiro.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria. F. S.; FIGUEIREDO, A. D. R. **Paulo Freire e a Pedagogia do MST: Caminhos Para (Re)Pensar A Formação Humana. Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, Ano 2, v.2, n° 4. Edição Especial. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>>. Acesso em: 13 jan 2021
- ALLENDE, Isabel. **Mulheres de minha alma**. Benedetti, I. (Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BARROS, Clarissa. F. R. **MST - história, lutas e perspectivas**. História Agora – A Revista de História do Tempo Presente, Brasil, p. 1-19, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8barros_clarissa_artigo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BELLATO, Sueli. A. **Reforma Agrária: caminho para a democracia**. In: TOURINHO NETO, F. C.; SOUSA JÚNIOR, J. G.; MOLINA, M. C. Introdução crítica ao direito **agrário**. [s. l.]: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. ISBN 85-7060-118-2. pág. 307-314
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.
- BOFF, Leonardo; Beto, F. **Mística e Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 13 jan. 2021
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARDOSO, Ciro. F. S. **Escravo Ou Camponês? O Protocampesinato Negro Nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CALDART, Roseli. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, 2001, 15 (43), [s. l], p. 207-224.
- CARNEIRO, A. Sueli. **A Construção Do Outro Como Não-Ser Como Fundamento Do Ser**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, 2005.
- CARVALHO, Sandra M. G.; PIO, Paulo M. **A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora**. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 98, n 249, p. 428-445, maio/ago. 2017.
- CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade da Discriminação de Raça e Gênero**. Cruzamento raça e gênero. Ação cidadania, 2004. Disponível em:

interseccionalidade-na-discriminacao-de-raca-e-genero>. Acesso em: 20 de out 2020.

118

COMPARATO, Bruno. K. **A ação política do MST**. Perspec, São Paulo, 15 (4), dez 2001.

CORDEIRO, Rosângela, Piovizani, SEIBERT, Iridiani Graciele **FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: uma afirmação histórica na luta por direitos das mulheres trabalhadoras do campo**. Introdução crítica ao direito como liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua / organizador: José Geraldo de Sousa Junior [et al.] – Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2020. (O Direito Achado na Rua; 10)

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JÚNIOR, José. G. **Para um debate técnico-conceitual e político sobre direitos humanos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, 2005, 13, p. 155-161.

FERNANDES, Bernardo. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FLORES, Joaquín. H. **A (re)invenção dos direitos humanos**. GARCIA, C. R. D.; SUXBERGER, A. H. G.; Dias, J. A. (Trad.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADELHA, Regina. M. D. F. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão, capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. Revista História, São Paulo, v. 120, p. 153-162, Jan-Jul 1989.

GALLARDO, Helio. **Direitos humanos como movimento social: para uma compreensão popular da luta por direitos humanos**. CARBALLIDO, M. E. G. (Org.); CARNEIRO, F. O. (Trad.). Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.

GARCIA, Carla. C. **Breve história do feminismo**. 4. ed. São Paulo: Claridade, 2015. 120 p.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo/Iskra Edições, 2014.

GOMES, Flávio. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil (agenda brasileira)**. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 196 p.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, p.69-82, jan.- jul, 1988.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H.; LABORIE F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp. 2009.

sul no mundo fora do mapa. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n° 43, set dez 2016, p 14-23.

120

SANTOS, Boaventura. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** *Novos Estudos* - Cebrap, [S.L.], n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002007000300004>>. Acesso em: 23 maio 2021.

SAFFIOTTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, Rita. L. **Gênero e Colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** *E-Cadernos [ces]*, v. 18, p. 105-131, 2012. Disponível em: <eces.revues.org>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SEIBERT, Iridiani. G. **Feminismo Camponês Popular: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Estudos Latino-americanos, ELA, UnB, Brasília, 2019.

SILVA, Marcio. A. **Bothda LandLaw of 1850: Lessons on effects and the results of not condemn “a one fifth part of current agricultural population”.** *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2015, vol.35, n.70, p. 87-107, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FmYs48dr3PBS_Q9JxhrG5ckK/?lang=en>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOUSA JÚNIOR, José. G. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito.** 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUSA JÚNIOR, José. G. **Ideias para a cidadania e para a justiça.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabrís, 2008.

SOUSA JÚNIOR, José. G. (Coord.). **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática,** Coleção O Direito Vivo, Volume 2. Editora Lumen Juris, 2015.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo, **O DIREITO ACHADO NA RUA: questões de teoria e práxis. In: Introdução crítica ao direito como liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua / organizador: José Geraldo de Sousa Junior [et al.] – Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2020. (O Direito Achado na Rua; 10).**

SOUSA JÚNIOR, José. G. **Coluna Lido pra Você.** In: Estado de Direito, 2018. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/o-direito-e-a-educacao-do-campo/>>. Acesso em: 01 maio 2021.

SOUZA, Rafael. B. **A Mística no MST: Mediação da Práxis Formadora de Sujeitos Históricos.** Tese (Doutorado) – UNESP, Araraquara, 2012.

SOUZA, Raumi. J. **Terra, Raça, Classe e Estratégia: A Luta Pela Reforma Agrária na Bahia e a Questão Racial.** In: II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre a teoria e prática, articulações e resistências. Salvador, 2017.

rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação

121

das mulheres negras. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

STEDILE, João. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** programas de reforma agrária - 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TÁBOAS, Ísis. D. M. Z. **Viver sem violência doméstica e familiar:** a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TÁBOAS, Ísis. D. M. Z. **Mulheres, Movimentos Sociais e Direito:** feminismo popular e o direito achado na luta camponesa. 2020. 169 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

TORRES, Cristiane. L. **O simbolismo do MST na marcha e na mística - espaço itinerante de formação humana.** Revista Espaço Acadêmico, n 110, jul. 2010.

MONTOYA URIARTE, Urpi. **Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas.** ReDobra, Salvador, ano 3, n.10, 2012.

VEIGA, J. Eli. **O que é reforma agrária:** Coleção Primeiros Passos # 33. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

